

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Sheila Cristina Gomes dos Reis

**OPORTUNIDADES, ‘FRICÇÕES’ E (I)MOBILIDADES:  
Trajetórias de estudantes internacionais brasileiras em Sidney/Austrália**

Belo Horizonte

2024

Sheila Cristina Gomes dos Reis

**OPORTUNIDADES, 'FRICÇÕES' E (I)MOBILIDADES:  
Trajetórias de estudantes internacionais brasileiras em Sidney/Austrália**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Identidades e Modos de Vida

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Candice Vidal e Souza.

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R375o Reis, Sheila Cristina Gomes dos  
Oportunidades, 'fricções' e (i)mobilidades: trajetórias de estudantes internacionais brasileiras em Sidney/Austrália / Sheila Cristina Gomes dos Reis. Belo Horizonte, 2024.  
160 f. : il.

Orientadora: Candice Vidal e Souza  
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Mulheres - Migração. 2. Mulheres imigrantes - Austrália. 3. Intercâmbio educacional. 4. Mercado de trabalho. 5. Trabalhadores estrangeiros brasileiros - Austrália. 6. Imigrantes - Política pública. 7. Direitos humanos. I. Souza, Candice Vidal e. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 325

Sheila Cristina Gomes dos Reis

**OPORTUNIDADES, ‘FRICÇÕES’ E (I)MOBILIDADES:  
Trajetórias de estudantes internacionais brasileiras em Sidney/Austrália**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Identidades e Modos de Vida

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Candice Vidal e Souza – PUC Minas (Orientador)

---

Prof. Dra. Alessandra Sampaio Chacham – PUC Minas

---

Prof. Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini - UFSM

Belo Horizonte, 5 de março de 2024

*Dedico esta dissertação às mulheres da minha família e às amigas de jornada.*

*“Without my sisters beside me, I am not whole, nor are any of my individual achievements possible... They (sisters) remind us of what’s important, putting our circumstances into perspective, and consistently help us all believe we are stronger and more capable than we know.” (Marlee Silva, My Tidda, My Sister)*

*In respect to the original inhabitants and the first storytellers of Australia, I would like to acknowledge the Gadigal people of the Eora Nation, the traditional custodians of the land on which the city of Sydney now stands, and pay my respects to their Elders, past and present.*

## AGRADECIMENTOS

Durante o percurso de elaboração de uma dissertação, muitos são os encontros que permitem que as ideias se materializem. Início os agradecimentos com a Profa. Dra. Candice Vidal e Souza (PUC Minas), minha orientadora, por se aventurar em terras distantes, pela recomendação de leituras e pelos conhecimentos compartilhados. Também pela orientação acessível e encorajadora.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa de pesquisa para cursar o Mestrado em Ciências Sociais na PUC-Minas, o que possibilitou a realização desta dissertação.

Agradeço à profa. Dra. Cristina Filgueiras (PUC Minas) por acreditar no potencial dessa pesquisa e por participar da banca de qualificação. Seu olhar abriu importantes caminhos de reflexão. À Dra. Cláudia Ayer, colega de Ciências Sociais da UFMG, por fazer da banca de qualificação um agradável reencontro, a quem devo o compartilhamento de seus conhecimentos na área de migrações e as sugestões bibliográficas.

Agradeço às Profas. Dra. Alessandra Sampaio Chacham (PUC Minas) e Dra. Maria Catarina Zanini (UFSM) por participarem da banca de defesa da dissertação. À Profa. Alessandra, também gostaria de agradecer pelos aprendizados durante o curso de metodologia que foram tão valiosos para o planejamento desta pesquisa. Já à profa. Maria Catarina, meus agradecimentos pela oportunidade em participar do Grupo de Trabalho (GT) “Migrações, deslocamentos e refúgio em perspectiva mundial e dialogada”, do XIV RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul.

Aos professores e colegas da PUC Minas, agradeço pelos ensinamentos durante as disciplinas, as trocas em sala de aula e as conversas descontraídas nos intervalos. A todos os trabalhadores que tornaram possível o funcionamento cotidiano no Emaús/PUC Minas, meu imenso agradecimento.

Agradeço aos amigos, colegas e professores de tantas instituições de ensino que estudei, ao longo da minha trajetória acadêmica. Vocês me ensinaram muito, não apenas com teorias, mas com exemplos de atuação.

Às minhas amigas do *Kopan Nunnery/Nepal* sou devedora das lições de simplicidade e paciência diante dos obstáculos. Vocês me ensinaram a alegria dos pequenos passos para o aprendizado.

Como representantes de tantos laços construídos durante meu percurso na Austrália, agradeço aos amigos André, Sarah, Thaís, Vivi, Gi, Fê e Vanessa pelos cafés compartilhados, pelo afeto e apoio emocional. Impossível fazer justiça a todos os encontros e vivências no campo, por isso, meu agradecimento especial às interlocutoras desta pesquisa. Obrigada pela confiança em compartilhar seu tempo, suas experiências e leituras de mundo comigo. Sem dúvidas, vocês são a parte mais especial desse projeto.

Às minhas amigas de longa data, Maria Paula Ottoni, Laura Rajão, Luana Aguiar e Luiza Bogado, agradeço pelos exemplos de trajetórias de vida e por, tantas vezes, serem os meus portos seguros em tempos de mudanças. Enfim, agradeço minha família pelo suporte e pela possibilidade de conectar passados, presentes e futuros. Especialmente aos meus pais, Maria José e Tadeu, pela compreensão e apoio. Ao Gustavo Barbosa, companheiro e amigo, por caminhar comigo na conclusão desse projeto.

*"De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro."(Fernando Sabino, O Encontro Marcado)*

*"Eu acabara de aprender que a vida tem de ser mais à deriva, mas ao acaso, porque quem se guarda de tudo foge de tudo."(Valter Hugo Mãe, A Máquina de Fazer Espanhóis)*

## RESUMO

Neste trabalho, busco apresentar e analisar as trajetórias de mobilidades e imobilidades de um pequeno grupo de mulheres migrantes brasileiras que chegaram, com visto de estudante (500), na Austrália entre os anos de 2016 e 2019. Para isso, utilizo como metodologia principal o método qualitativo, focando na observação participante e na entrevista semiestruturada. A partir de suas experiências nos trabalhos, moradias e espaços urbanos, as estudantes internacionais vão construindo e reconstruindo projetos que impactam em suas mobilidades. Diferente das narrativas de migração em família, em que as redes familiares e de vizinhança têm um papel central na migração, a migração analisada, neste trabalho, inicia-se como um projeto solo. O recorte de gênero busca ressaltar a migração internacional de mulheres. Nestas trajetórias, os laços fracos, tal como a *webdiáspora*, as agências de intercâmbio e os conhecidos, têm papel central para a circulação de informações e para o estabelecimento de redes de apoio, denominadas capitais de rede.

Como método secundário, utilizo as análises de dados e documental para apresentar o perfil do migrante brasileiro na Austrália e os regimes de mobilidade envolvendo Brasil-Austrália. Neste contexto macro, se encontram as entrevistadas, com suas trajetórias e anseios individuais. Motivadas pela busca de melhor qualidade de vida, aprendizado do idioma e experiências diversas, as estudantes internacionais se tornam migrantes temporárias de longo prazo e entram no mercado de trabalho australiano. Neste sentido, a pesquisa buscou observar as brasileiras que viviam na Austrália há, pelo menos, dois anos, e se encontravam nos primeiros cinco anos de sua vivência migratória. Concluímos que a condição de migrantes temporárias impacta seus projetos e vivências, principalmente no mercado de trabalho e nas suas (i) mobilidades. A busca pelo visto de Residência Permanente (PR) se apresenta como um horizonte de maior liberdade de circulação e realização, no entanto, apenas a entrevistada com maior motilidade (*motility*) alcança tal objetivo, enquanto as outras seguem no país, em vistos temporários.

## ABSTRACT

Through this work, I seek to present and analyze the mobility and immobility trajectories of a small group of Brazilian migrant women who arrived with a student visa (500) in Australia between the years 2016 and 2019. For this purpose, I use qualitative methodology as the main method, focusing on participant observation and semi-structured interviews. Based on their experiences in jobs, housing, and urban spaces, international students are constructing and reconstructing projects that impact their mobility. Unlike migration narratives within families where family and neighborhood networks play a central role in migration, the migration analyzed in this project begins as a solo endeavor. The gender perspective seeks to highlight the international migration of women. In these trajectories, weak ties, such as the diaspora web, exchange agencies, and acquaintances, play a central role in the circulation of information and in establishing support networks, referred to as network capitals.

As a secondary method, I use data analysis and document analysis to present the profile of Brazilian migrants in Australia and the mobility regimes involving Brazil-Australia. In this macro context, we find the interviewees with their individual trajectories and aspirations. Motivated by the pursuit of a better quality of life, language learning, and diverse experiences, international students become long-term temporary migrants and enter the Australian labor market. In this sense, the research sought to observe Brazilian women who had been living in Australia for at least two years and were in the first five years of their migratory experience. We conclude that the condition of temporary migrants impacts their projects and experiences, especially in the labor market and in their (im)mobilities. The pursuit of permanent residency (PR) visa presents itself as a horizon of greater freedom of movement and fulfilment; however, only the interviewee with the highest *motility* achieves this goal, while the others remain in the country on temporary visas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ingresso Sydney Film Festival 2019/Marighella .....	28
Figura 2 - Mesa de gabinete do primeiro ministro Scott Morrison. A foto de Lukas Coch circulou em diversos jornais .....	29
Figura 3 - Mapa da Austrália .....	54
Figura 4 - Curiosidades.....	54
Figura 5 - Porcentagem de matrículas na Austrália facilitadas por agentes .....	77
Figura 6 –Divulgação Agência Hello Australia.....	79
Figura 7 - Equipes de trabalhadores migrantes temporários na pandemia do COVID-19 .....	115
Figura 8 - Motility e os componentes da mobilidade .....	119

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de Brasileiros por Continente/Região (2020).....	53
Tabela 2 - Fatores motivadores da mobilidade internacional para a Austrália porentrevistada .....	74
Tabela 3 - Vistos mais buscados por brasileiros/ agência Hello Austrália.....	78
Tabela 4 - Políticas Públicas relacionadas à COVID-19, na Austrália, no ano de 2020 .....	108
Tabela 5 - Titulares de visto temporário com direito total ou parcial ao trabalho-2020-21 ...	109

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1.</b>	<b>Escopo.....</b>	<b>18</b>
<b>2.</b>	<b>DE ONDE PARTE A PESQUISA .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1.</b>	<b>Considerações metodológicas .....</b>	<b>31</b>
<b>3.</b>	<b>ESTUDOS MIGRATÓRIOS E DAS MOBILIDADES .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1.</b>	<b>Dos estudos migratórios do início do século XX à “virada das mobilidades” ....</b>	<b>34</b>
<b>3.2.</b>	<b>Produção acadêmica brasileira sobre (e)migração (1990-2020) .....</b>	<b>39</b>
<b>4.</b>	<b>REGIMES DE (I)MOBILIDADES: A CONEXÃO BRASIL-AUSTRÁLIA .....</b>	<b>45</b>
<b>4.1.</b>	<b>A (e)migração brasileira em perspectiva temporal e as políticas públicas .....</b>	<b>45</b>
<i>4.1.1.</i>	<i>Primeira fase: 1980 a 1989.....</i>	<i>46</i>
<i>4.1.2.</i>	<i>Segunda fase: 1990 a 1999 .....</i>	<i>48</i>
<i>4.1.3.</i>	<i>Terceira fase: 2000 a 2009 .....</i>	<i>49</i>
<i>4.1.4.</i>	<i>Quarta fase: 2010 a 2021.....</i>	<i>51</i>
<b>4.2.</b>	<b>O contexto migratório australiano.....</b>	<b>53</b>
<i>4.2.1.</i>	<i>Políticas de educação na Austrália e a atração de estudantes internacionais.....</i>	<i>57</i>
<i>4.2.2.</i>	<i>Migração temporária, mercado de trabalho e políticas neoliberais .....</i>	<i>58</i>
<b>4.3.</b>	<b>Mobilidades migratórias de brasileiros (as) para a Austrália.....</b>	<b>60</b>
<b>4.4.</b>	<b>Apresentando as interlocutoras .....</b>	<b>63</b>
<i>4.4.1.</i>	<i>Mulheres que estabeleceram residência em Sidney em algum momento de sua trajetória.....</i>	<i>63</i>
<i>4.4.2.</i>	<i>Trajetoárias migratórias compreendidas entre 2016-2023 .....</i>	<i>63</i>
<i>4.4.3.</i>	<i>Mulheres brasileiras que chegaram ao país no Visto de Estudante (500) .....</i>	<i>64</i>
<i>4.4.4.</i>	<i>Mulheres que tenham chegado na Austrália com o estado civil de solteiras, divorciadas ou separadas (isto é, mulheres não-casadas).....</i>	<i>64</i>
<i>4.4.5.</i>	<i>Mulheres brasileiras que vivem na Austrália há pelo menos dois anos. ....</i>	<i>65</i>
<b>4.5.</b>	<b>Motivações e Expectativas .....</b>	<b>68</b>
<b>5.</b>	<b>CAPITAIS DE REDE .....</b>	<b>75</b>
<b>5.1.</b>	<b>Recrutamento de estudantes: as agências, os influenciadores digitais e os ‘conhecidos’ .....</b>	<b>76</b>
<b>5.2.</b>	<b>A Comunidade em movimento e a webdiáspora .....</b>	<b>81</b>
<b>6.</b>	<b>(SOBRE)VIVENDO NA AUSTRÁLIA.....</b>	<b>86</b>
<b>6.1.</b>	<b>Experiências de estudos e trabalhos e as fricções do percurso.....</b>	<b>86</b>

<b>6.2.</b>	<b>Casa como (não) refúgio e os “perrengues” da trajetória .....</b>	<b>96</b>
<b>6.3.</b>	<b>Ser mulher (migrante) na Austrália .....</b>	<b>101</b>
<b>6.4.</b>	<b>As vivências da pandemia na Austrália.....</b>	<b>105</b>
6.4.1.	<i>Políticas Sociais e vistos temporários em contexto de crise .....</i>	<i>109</i>
6.4.2.	<i>Impactos da primeira onda da COVID-19 sobre os (as) estudantes internacionais</i>	<i>110</i>
6.4.3.	<i>Lidando com a pandemia: exclusão e janela de oportunidades .....</i>	<i>113</i>
<b>6.5.</b>	<b>PR como liberdade de circulação.....</b>	<b>116</b>
6.5.1.	<i>Análise de trajetórias a partir do conceito de motilidade (motility).....</i>	<i>118</i>
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>127</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>132</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>145</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>158</b>

## 1. INTRODUÇÃO

"...que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós." (Manoel de Barros, *sobre importâncias*)

Vivemos em tempos em que as (i)mobilidades cruzam muitos debates, desde a visão positiva de movimento como liberdade, progresso, empoderamento e como a própria representação dos tempos modernos, aos aspectos mais problemáticos como o controle, as fronteiras, as questões ambientais e as barreiras aos movimentos. O tópico tem variados níveis de complexidade e de sentido.<sup>1</sup> A presente pesquisa busca analisar os recentes movimentos migratórios de brasileiras para a Austrália na interseção entre gênero, (i)mobilidades e migrações internacionais (Uteng; Cresswel, 2008).

A migração de brasileiros e brasileiras para a Austrália, apesar de muito abaixo se comparada a Estados Unidos, Japão, Portugal e Reino Unido, vem se tornando mais marcante, desde os anos 2000. A presente pesquisa busca contribuir para o estudo sobre mulheres brasileiras na Austrália, particularmente as que chegaram ao país no visto de estudante (500) e que tenham vivido em Sidney em algum momento de sua trajetória nos últimos 5 anos a partir de 2016. O trabalho busca responder como mulheres brasileiras vivenciam suas trajetórias de (i)mobilidades, ao longo dos primeiros cinco anos de seu percurso migratório. A escolha específica em adotar a perspectiva das estudantes e não apenas da migração, é uma forma de enfatizar a necessidade de considerarmos o lugar das perspectivas subjetivas nos debates atuais sobre migração (Pearson; Sweetman, 2019).

A Austrália disponibiliza categorias de vistos temporários que permitem ao estrangeiro estudar e trabalhar na condição documentada no país. O visto de estudante é o mais comum dentre os vistos temporários, sendo a porta de entrada para muitos migrantes, incluindo os que pretendem permanecer por longas temporadas. Sidney será a cidade de referência da pesquisa. Disputando a posição apenas com Melbourne, ela está entre as duas maiores cidades australianas. Além disso, ela é a cidade, na Austrália, que mais recebe estudantes internacionais e onde reside a maior parte dos(as) brasileiros(as). Partimos, de Sidney, para seguir a trajetória das entrevistadas, isto é, suas (i)mobilidades: de onde vieram, onde se fixaram e para onde seguiram.

---

<sup>1</sup> Segundo Urry (2003, p.28), é preciso separar a natureza de cinco tipos de mobilidades: mobilidade de objetos, mobilidade corporal, mobilidade imaginativa, mobilidade virtual e mobilidade comunicativa.

O metrô, o ônibus, o bonde (*tram*), a balsa (*ferry*), o trem e as caminhadas pela cidade, bem como os transportes e espaços públicos emolduram a combinação de línguas, culturas e fusos horários que faziam justiça à denominação de Sidney como uma cidade “cosmopolita” e “multicultural”. Grandes cidades ao redor do mundo, disputam espaço e investem recursos para se manterem como “cidades globais” (Urry, 1990; Massey, 2007). Da recepção de turistas, à atração de estudantes internacionais, às conferências de negócios e aos grandes eventos, pelas cidades globais - construídas sobre recursos localmente situados (Sassen, 2001) - circulam pessoas, saberes e informações, em uma velocidade sem precedentes. Daqui parto para apresentar o percurso desta pesquisa.

Laura (brasileira, 30 anos)<sup>2</sup> estava no trem rumo ao trabalho. No caminho, falava com sua mãe por videochamada. Aquele era o melhor horário para a ligação, já que a rotina e o fuso horário - 12 horas de diferença entre Sidney/Austrália e São Paulo/Brasil - dificultavam o encontro virtual com a família. A conversa, em português, contrastava com o som de fundo de tantas outras conversas em idiomas variados. Uma torre de babel mediada por câmeras de celular. Nos diálogos entre mundos, muitos passageiros falavam ao celular e poucos se davam conta das presenças ao seu lado. Um cenário comum na hipermodernidade (Lipovetsky, 2005).

“Uma das coisas que o ‘ciberspaço’ mais famosamente permite é o contato instantâneo a distância (...). As conexões podem ser múltiplas, e você pode escolher com quem estar em contato (este último, naturalmente, não de modo completo (...)). As comunidades, no sentido de redes de comunicação de interesse comum, de similaridade ao longo de dimensões selecionadas, podem ser, facilmente, estabelecidas a distância; tempo-espaço não-contíguos de comunalidade. Mas também há maus presságios. (...) Um aspecto desse debate é que, à medida que nossas comunicações a longa distância aumentam, também pode diminuir a importância daqueles que vivem ao nosso lado (...). E isso seria, precisamente, minar uma das mais efetivamente produtivas características da espacialidade material-seu potencial para ajustaposição circunstancial de trajetórias previamente não conectadas, de ter de (de alguma forma e bem ou mal) se dar com vizinhos que chegaram ‘aqui’ (...) por caminhos diferentes dos seus; este estar juntos aqui e, nesse sentido, não coordenado.”(Massey, 2013, p.142 e 143).

Conheci Laura como migrante<sup>3</sup> brasileira em Sidney em 2020 em meio à pandemia do COVID-19. Ex-bancária no Brasil, com 27 anos na época. Ela partiu para a Austrália em 2019, após graduar-se em engenharia civil e quando estava prestes a receber uma promoção do banco onde trabalhava, há mais de 5 anos, como gerente comercial. Em suas palavras, ela deixou o Brasil “quando estava em um bom momento profissional”.

<sup>2</sup> Os nomes utilizados são fictícios. Laura é de São Paulo (capital). Ela chegou em Sidney/AU em 2019 portando um visto de estudante (500), categoria de visto na qual permanecia até a data de sua entrevista em 15/03/2023.

<sup>3</sup> Thomas Nail (2015) afirma que o migrante tem se tornado a figura política do nosso tempo.

Durante algum tempo, acompanhei o seu trabalho em uma empresa da área de transportes públicos em Sidney/Nova Gales do Sul (NSW). O trabalho, nomeado, durante a pandemia, como “trabalho essencial”, empregou muitos migrantes em vistos temporários, incluindo brasileiras em visto de estudantes que permaneceram no país durante a crise. Diferente da experiência de *home office*, que muitos dos seus conhecidos no Brasil viviam, Laura experimentava algo na contramão, uma vez que seu trabalho demandava pouco do seu conhecimento técnico e exigia grande circulação por Sidney, inclusive nos momentos de *lockdown*.

A trajetória de Laura e de tantas outras brasileiras chamava a minha atenção para um perfil migratório de mulheres que encontrei com muita frequência durante os anos que morei na Austrália: mulheres solteiras, que se autodenominavam de classe média<sup>4</sup>, acima dos 25 anos, migrantes documentadas, com curso superior e experiência profissional qualificada no Brasil. Muitas delas saíram do Brasil com visto de estudante internacional<sup>5</sup> para viver na Austrália por alguns meses e, ao invés de retornarem no prazo planejado, permaneceram na condição de migrantes documentadas por períodos maiores que dois anos. Na Austrália, muitas delas exerciam suas atividades em profissões de cuidado e de limpeza, em um mercado de trabalho etnicizado e recortado por papéis de gênero. Muitas vezes, essas mulheres acabavam trabalhando em posições abaixo de suas qualificações, especialmente quando comparadas às suas experiências profissionais no Brasil (Margolis, 1992). Ao mesmo tempo que mantinham uma vida autossuficiente na Austrália, isto é, não recebiam recursos do Brasil, elas também raramente enviavam remessas para as contas bancárias brasileiras.

Três dimensões estão presentes no título do trabalho e recortam toda a pesquisa: a das oportunidades, das fricções e das (i)mobilidades. Como oportunidades, consideramos uma dimensão ampla, que envolve novas experiências, aprendizados e melhoria de vida. A esfera das fricções remete às estruturas de poder, as quais impõem obstáculos e dificuldades aos projetos e movimentos das entrevistadas, tais como fronteiras, vistos, restrições de horas de trabalho, dentre outras. Por fim, a ideia de (i) mobilidades abarca um amplo espectro:

---

<sup>4</sup> O termo classe média ou camadas médias é um termo de controversa definição. Aqui é, em grande parte das vezes, é utilizado como uma autodefinição das entrevistadas.

<sup>5</sup> Utilizo o termo Estudante Internacional para estrangeiros que estão no país com o visto de estudante (500).

“mobilidade é um emaranhado de movimento físico, de significado e de prática. Cada um desses elementos, é, em meu entender, político. Mobilidade é também, movimento social. Combinam o movimento com as narrativas que os circundam. Permitem igualmente reconhecer que o fato de as mobilidades serem produzidas dentro dos sistemas sociais que, por sua vez, ajudam a configurar. As mobilidades não podem ser compreendidas sem reconhecermos que existem inter-relação e em relação com várias formas de fixidez “ (Creswell, 2009, p.25)

A dissertação está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo apresento a pesquisa a partir da minha experiência no campo das mobilidades migratórias na Austrália. São apresentados o recorte da pesquisa, as questões motivadoras e a metodologia utilizada. No segundo capítulo denominado “Estudos Migratórios e das Mobilidades” apresento um breve panorama das teorias sobre migração e mobilidades em perspectiva mundial e histórica e a produção brasileira sobre o tema. No capítulo três, chamado “Regimes de (I) Mobilidades: a Conexão Brasil-Austrália”, abordo questões macro estruturais relacionadas à conexão Brasil-Austrália. Abro o capítulo apresentando as mudanças nos fluxos migratórios brasileiros nos últimos 50 anos e os impactos nas políticas públicas voltadas aos emigrantes brasileiros. Sigo para as políticas migratórias australianas e sua relação com a atração de estudantes internacionais e trabalhadores temporários. Apresento o perfil dos (as) migrantes brasileiros (as) na Austrália, as sete interlocutoras desta pesquisa e as suas motivações para o intercâmbio. No capítulo quatro intitulado “Capitais De Rede“ explicito o papel dos laços fracos na trajetória das estudantes internacionais, particularmente as agências de Intercâmbio e a webdiáspora. No Capítulo 5, cujo título é “(Sobre)vivendo na Austrália”, apresento as trajetórias e relatos das interlocutoras da pesquisa sobre trabalho, moradias, a condição de ser mulher na Austrália e a experiência da pandemia como estudante internacional. Por fim, analiso as trajetórias a partir do conceito de motilidade (motility) comparando os percursos das entrevistadas.

### **1.1. Escopo**

Nesta pesquisa, parto do pressuposto que o gênero é uma categoria que atravessa o movimento migratório em conjunto com outros marcadores, como “etnia”, “classe” e “geração” (Glauca Oliveira, 2000). Estudiosos (as) da área das mobilidades migratórias por muito tempo chamaram atenção para a invisibilidade das mulheres nas pesquisas sobre migrações internacionais (Massey, 1994; Pearson e Sweetman, 2019). Tal ocultamento não está apenas no fenômeno em si, mas também no forma como são descritas como coadjuvantes na posição de membros da família, conferindo um caráter estereotipado às suas experiências. O gênero como categoria social pode ser entendido como:

“uma maneira de indicar as “construções sociais” - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.” (Scott, 2012, p.14)

Como categoria de análise, gênero pode ser dividido em dois aspectos indissociáveis: o primeiro aspecto são os símbolos que são culturalmente disponíveis e evocam representações múltiplas. Estes símbolos mudam de sociedade para sociedade, portanto, a mobilidade migratória pode gerar mudanças na vivência de padrões de gênero. O conceito de “mulher” não é tratado aqui como uma categoria universal que poderia englobar todas as experiências de “mulheres brasileiras”, sem considerar diversos marcadores sociais da diferença. Na verdade, o foco está nas mulheres que deixaram o Brasil em circunstância semelhantes e que, apesar de suas diferenças pessoais e sociais, vivenciam a migração como um processo que envolve tanto empoderamento quanto vulnerabilidade. Neste sentido, importa observar as construções de subjetividades, estratégias de ação e processos decisórios nesse contexto.

O segundo aspecto são os conceitos normativos, hegemônicos em momentos históricos específicos, que legitimam poder desiguais (Scott, 1986, p.21). Aqui, explico por que utilizo o recorte por nacionalidade/etnia citando as palavras de Abdelmalek Sayad (1998):

“(...) o imigrante mais do que qualquer outro, é portador, tem sempre consigo ou junto de si a marca do estatuto e da posição atribuídos a seu país na escala internacional dos estatutos e das posições políticas, econômicas, culturais, etc. (...) Um imigrante não é apenas o indivíduo que é: ele é também, através de sua pessoa e pelo modo como foi produzido como imigrante, o seu país.” (Sayad, 1998, p. 241)

Muitas são as brasileiras que chegam à Austrália sob o *status* inicial de “estudantes internacionais”, com autorização de permanência de algumas meses e que prolongam sua estadia no país indefinidamente na condição de migrantes documentadas. A grande maioria são estudantes de inglês ou cursos técnicos (VET), na faixa entre 25 a 42 anos (75,3%)<sup>6</sup>.

Um aspecto crucial a ser considerado são os custos iniciais associados a uma viagem para a Austrália, especialmente no visto 500 (visto de estudante). É amplamente reconhecido que a mobilidade requer recursos financeiros e que a falta deles pode resultar em períodos de imobilidade forçada. Além disso, examinar o contexto prévio à migração e as trajetórias das migrantes antes de sua chegada à Austrália nos ajuda a entender os diferentes momentos de mobilidade e imobilidade ao longo de suas vidas, bem como suas estratégias para permanecerem no circuito migratório.

---

<sup>6</sup> Ver Anexo 1.

Durante a pesquisa, muitas vezes, as interlocutoras serão denominadas como estudantes internacionais, migrantes, migrantes temporárias ou intercambistas. Tais termos são utilizados como sinônimos, apesar da diversidade que abarcam. Aqui, o termo temporário é utilizado não como referência ao tempo de permanência<sup>57</sup>, mas sim à categoria jurídica de permanência no país (*Temporary Visa Holders*). O migrante temporário, juridicamente, é o não-cidadão e, por conseguinte, não tem acesso aos mesmos direitos políticos e sociais de um cidadão. Portanto, a “migração temporária de longo prazo” remete ao movimento de indivíduos que, inicialmente, migram com a intenção de permanecer por um curto período, mas estendem, indefinidamente, esse tempo.

Optei por utilizar o termo migrante(s), em detrimento de imigrante(s) ou emigrante(s), uma vez que a pesquisa foi realizada em dois contextos distintos: na Austrália e no Brasil. A partir do olhar de dentro do contexto migratório, as interlocutoras poderiam ser definidas como imigrantes e, a partir de quem olha do Brasil, elas seriam emigrantes. Apesar do termo migrante ser muito utilizado em referência às migrações internas, recentemente, pode-se observar uma mudança no seu uso para ressaltar a noção do migrante como sujeito de direitos (independe do ponto de referência).

“Na atual configuração geopolítica, em que os territórios são divididos por fronteiras nacionais, imigrar geralmente refere-se a entrada de uma pessoa a um determinado país e sua instalação. Para entrar em um país, porém, essa mesma pessoa teve de sair de outro. É por esse motivo que quando falamos de imigrante, por oposição a emigrante (do verbo emigrare: migrare, “mudar de residência/ condição” + e “para fora”), tendemos a assumir o ponto de vista do país em que a pessoa entrou e permaneceu. Se o imigrante ao se deslocar ‘entra’ em algum lugar, este lugar nada mais é que o país de chegada. (...)”

Recentemente, houve uma importante mudança de paradigma, acompanhada de uma alteração na forma de uso do termo migrante. Nessa nova configuração, ressalta-se o reconhecimento do migrante enquanto sujeito de direitos, não o definindo a partir de se este “sai” ou “entra” de determinado território nacional (i ou emigração) ou mesmo se permanece nele. Trata-se, nesse sentido, de focar principalmente a migração enquanto fenômeno humano, que necessariamente atravessa os diferentes territórios nacionais, envolvendo diversos atores e processos transnacionais.

Comparado a “imigrante”, “emigrante” e “estrangeiro”, então, o termo migrante nos convida a considerar que atravessando ou não fronteiras nacionais, a mobilidade, o deslocamento e os movimentos são aspectos tão fundantes do humano tanto quanto a permanência, o estabelecimento e os enraizamentos.” (MUSEU DA IMIGRAÇÃO, MIGRAÇÕES EM DEBATE, 2019).

<sup>7</sup> Por migrante “permanente” entende-se uma pessoa a quem foi concedido o direito de fixação pelo país de destino no momento da entrada ou que entrou no país como migrante temporário e se tornou um migrante permanente ou estabelecido. O direito à residência permanente *per se* só pode ser concedido após vários anos de residência no país. Um migrante temporário, por outro lado, entra no país com uma autorização que não é renovável ou apenas renovável de forma limitada. Incluídos neste grupo estão pessoas como estudantes internacionais, estagiários, trabalhadores destacados, instaladores, pessoas em programas de intercâmbio, pessoas que trabalhem férias, trabalhadores sazonais, requerentes de asilo, etc. (Crossroads, apud Fron et al. 2011, p.6).

A pesquisa acompanhou a trajetória de sete estudantes brasileiras que chegaram na Austrália entre os anos de 2016 e 2019. Todas vivenciaram a pandemia no país, e estão há mais de dois anos em visto temporário, sendo definidas como “migrantes temporárias de longo prazo”. Todas as interlocutoras da pesquisa são mulheres e chegaram, ao país, com vistos de entrada individuais, se enquadrando na condição de não-casadas (solteiras, divorciadas, viúvas), sendo assim, a migração em família não está incluída no escopo da pesquisa.

O trabalho busca responder quais são as estratégias utilizadas pelas interlocutoras para chegarem e permanecerem na Austrália. Com o objetivo de compreender tal trajetória, se faz necessário a observação do percurso anterior à partida e quais eram seus planos quando saíram do Brasil. Há diferença nas trajetórias entre as migrantes que partem com o objetivo de realizar um intercâmbio de curta temporada, decidindo permanecer, indefinidamente, na Austrália, e a migrante que já parte do Brasil com a intenção de buscar a Residência Permanente (PR)/cidadania australiana? Qual é o perfil do migrante brasileiro na Austrália? Quais nuances de capital social, cultural e de rede, dentro deste grupo, fazem diferença em suas trajetórias? Qual o papel dos laços fracos e fortes sociais nesse percurso? Quais as motivações das migrantes, dificuldades enfrentadas e possibilidades construídas no percurso?

A pesquisa também busca observar o impacto das tecnologias de governo (como categorias de vistos, sistemas formais de reconhecimento de diplomas, exigências de formação) nas trajetórias. Por fim, através das mobilidades migratórias, busca-se pensar a condição da mulher migrante em movimento e as nuances de suas trajetórias. Nesse sentido, o trabalho pretende contribuir para o estudo da circulação de brasileiras entre Brasil e Austrália, especialmente devido ao recente aumento do fluxo migratório de brasileiros(as) para a Austrália. Sobre estudar a experiência das mulheres brasileiras em Sidney, como motivação, ressalto o fato de que a principal corrente migratória é composta por mulheres. Muitas delas optam por viajar sozinhas, diferindo da tendência observada em outros países, onde as mulheres, predominantemente, realizam migrações em contextos familiares. Por fim, pela tendência de contínuo aumento dessas mobilidades migratórias, os debates em torno da migração temporária de longo prazo e a importância da construção de saberes sobre eles.

## 2. DE ONDE PARTE A PESQUISA

“(…) Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular.” (Haraway, 1995, p.33).

No início de 2015, entrei pela primeira vez em uma agência de intercâmbios. Interessada em passar um tempo no exterior, com objetivos de fazer um curso breve de inglês, trabalhar e viajar. Naquele momento, sobre a Austrália, eu pouco sabia para além do conhecimento de senso comum. Nunca havia morado fora do Brasil e minhas experiências internacionais contavam com poucas semanas, como turista, no circuito de países da América Latina (Chile, Argentina e Uruguai) mais acessíveis aos viajantes brasileiros, desde a valorização do real. Esta poderia ser a narrativa de muitos dos novos consumidores de viagem, vindos da chamada “nova classe média” (Dias, 2018; Millar e Fanini, 2022). Semelhantes ao meu percurso, observei que havia muitas mulheres, em Sidney, que partiram do Brasil como viajantes solos<sup>8</sup>, sendo, algumas delas, as primeiras de sua família a acessar os percursos migratórios internacionais. Esta realidade traz novos pontos de interesse para a pesquisa de mulheres migrantes que não estão inseridas na categoria de migração familiar. Ao mesmo tempo, a variedade de histórias de vida e pontos de partida chama atenção para a necessidade de observarmos o que se assemelha e o que se diferencia nos perfis, trajetos e experiências dessas mulheres.

Viajei para a Austrália, aos 31 anos, solteira, sem filhos e como viajante solo, para a minha primeira experiência de viver fora do Brasil. Lá, vivi como intercambista/migrante com visto de estudante entre fevereiro/ 2017 e dezembro/2021. Entrei no país matriculada em um curso de inglês com o projeto inicial de permanecer por seis meses (cinco meses de estudo e um de férias). Minha chegada foi em Brisbane/Queensland, no início de 2017, onde permaneci os primeiros por cinco meses. A partir dessa vivência, meu interesse pelo tema das mobilidades migratórias internacionais vai se intensificando.

Na chegada em Brisbane, morei em uma “casa de família”<sup>9</sup> (estadia organizada pela agência de intercâmbio). A família australiana de *background*<sup>10</sup> filipino foi uma importante referência no primeiro mês na Austrália.

<sup>8</sup> Aqui o termo “viajante solo” é utilizado como sinônimo de mulheres não-casadas, isto é, mulheres migrantes que não se enquadram na categoria de “migração familiar”.

<sup>9</sup> *Homestay* ou *host homestay* : hospedar-se em casas de moradores locais.

<sup>10</sup> Na Austrália, o termo *background* é utilizado tanto na esfera formal quanto no uso cotidiano para remeter à origem familiar (ancestralidade). O censo australiano conta com um conjunto de questões que dizem respeito à origem da população, naturalidade, cidadania e línguas faladas. No censo também são utilizados os termos

Eles me auxiliaram nas resoluções iniciais, tais como adquirir um chip de celular e um cartão para o transporte público. Na casa, também havia outros quatro intercambistas (três do Brasil e um do Japão). A residência era afastada da região central e aprendemos, juntos, a andar na cidade e a resolver pequenas burocracias. As informações circulavam à medida que o sentimento de intimidade com a cidade ia crescendo. Apesar do calor de fevereiro, andava muito a pé e sentia, no corpo, a mudança de ritmo que a experiênciame proporcionava. Brisbane era uma excelente cidade para a primeira moradia no exterior: tranquila, segura, organizada e mais acessível se comparada a outras cidades da Austrália. Como ponto negativo, as agências alertavam sobre as dificuldades de se encontrar trabalho se comparado a municípios maiores, tais como Melbourne e Sidney.

No meu segundo mês, me mudei para uma república, onde morei com uma jovem australiana e uma estudante da Colômbia (vaga encontrada em um anúncio na internet). Havia me organizado financeiramente e chegava em uma posição de relativa tranquilidade, muitas vezes, desconhecida pelas estudantes brasileiras que acompanhei a trajetória. Por alguns meses, tive a oportunidade de ser “apenas estudante” e viver a legítima experiência da estudante-intercambista. Apreciava os parques, as bibliotecas públicas e os equipamentos disponíveis, que facilitaram minha adaptação a cidade. As aulas ocupavam grande parte do dia, começavam pela manhã e seguiam até o meio da tarde. Ali, era um dos principais ambientes para se estabelecer os primeiros laços de amizade, ainda que a maioria das pessoas acabasse por retornar para seus países de origem após alguns meses de curso.

Ainda que tivesse uma passagem de volta, ao Brasil, ao fim do intercâmbio, decidi prorrogar minha permanência e fui “ficando”, conforme linguajar nativo e expressão encontrada em muitas narrativas migratórias (Escudero, 2017). Isso implicava me mudar para outra cidade em busca de oportunidades de trabalho. Precisava de fundos para renovar o visto e manter minha estadia. De Brisbane, me mudei para Sidney, cidade onde morei desde a minha decisão de prolongar a minha permanência na Austrália, até dezembro de 2021, quando retornei ao Brasil<sup>11</sup>.

---

primeira geração de australianos para pessoas vivendo na Austrália, que nasceram no exterior (incluindo cidadãos, permanente residentes e residentes temporários de longo prazo); os *australianos de segunda geração* são pessoas nascidas na Austrália e que vivem na Austrália, com pelo menos um dos pais nascido no exterior; os *australianos de terceira geração* são pessoas nascidas na Austrália cujos pais nasceram na Austrália. Um ou mais dos seus avós podem ter nascido no estrangeiro ou podem ter várias gerações de antepassados nascidos na Austrália. Este grupo também inclui a maioria dos aborígenes e das ilhas do Estreito de Torres. [Cultural diversity of Australia | Australian Bureau of Statistics \(abs.gov.au\)](https://www.abs.gov.au/australian-bureau-of-statistics).<sup>11</sup> Na Austrália morei em Brisbane (2017) nos bairros Tingalpa e Bowen Hills. Em Sidney (2017-2022) foram mais de 10 residências dentre estadias long/short term, divididas e solo, em diferentes regiões da cidade: Manly, Dee Why, Narrabeen, Naraweena, (Northern Beaches); Ultimo, Chippendale, Surry Hills (CBD); Newtown, Camperdown, Petersham (Inner West); Centennial Park (South West); Brighton Le Sands (Southern Sydney) e Crows Nest (Lower North Shore). Durante o tempo da pesquisa morei 6 meses fora da Austrália (3 meses no Nepal em 2018 e 3 meses no Brasil em 2019).

Já havia me familiarizado com Brisbane e com as novas amizades, portanto me despedir da cidade não foi fácil. Optei por fazer o trajeto de 733km (16 horas de viagem), de ônibus. Me pareceu a forma mais acessível de levar minhas bagagens e mais interessante para conhecer o percurso. A partida vinha com uma sensação mista de desamparo e animação. Naquele ponto, mudar de cidade parecia um passo maior que mudar de país<sup>12</sup>. O ônibus saiu cedo e parava em cada pequena cidade do caminho. Muitas eram as cidades costeiras e as paisagens tornavam a viagem bastante agradável. Cheguei em Sidney por volta das 22h, sob uma chuva torrencial e muito frio. O inverno da Austrália não era tão ameno como se dizia. Aluguei um quarto (ou melhor, uma cama em um quarto compartilhado) por um período de dois meses, era o chamado “*short term*”.<sup>13</sup> O lugar era de um conhecido brasileiro que estava visitando a família no Brasil, e eu ficaria com seu quarto, durante esse período. Iria dividir a casa com um intercambista chileno e uma brasileira, de São Paulo. Não conhecia meus novos *flatmates*, mas, segundo palavras do brasileiro, eram pessoas “de confiança”. Através do contato com a brasileira consegui indicação de um outro brasileiro que fazia uns “bicos” de Uber. Ele poderia me buscar e sabia me levar até o apartamento. Ali, começava a se formar uma pequena rede de contatos na cidade.

A mudança para Sidney também foi uma mudança na minha vivência como migrante, pois, em Sidney, entrei no mercado de trabalho australiano. Passei de estudante para estudante-trabalhadora/trabalhadora-estudante. Evidentemente não era a primeira vez que conciliava as duas atividades, tal como a maioria das brasileiras que conheci. O que tinha de peculiar na experiência não era a administração do tempo/energia entre as duas atividades. A sensação era de um início “do zero” e havia uma certa falta de sintonia entre as obrigações da estudante *full time* (que são exigidas para a manutenção do visto), a vida em uma grande cidade (bem maior e mais movimentada que Brisbane) e a oferta de trabalho (instáveis/*casuals*), que demandavam uma trabalhadora à disposição do mercado. Tudo isso sob um pano de fundo do controle migratório, vivido através das exigências do visto de estudante e das restrições da carga horária de trabalho.

---

<sup>12</sup> Este sentimento é frequentemente compartilhado pelas entrevistadas. O apego à cidade de chegada e às primeiras amizades tornam tão desafiadora a mudança de cidade quanto a própria mudança de país.

<sup>13</sup> *Short term* são os aluguéis por períodos curtos. Muitas das vezes, as vagas *short term* são oferecidas por brasileiros (as) que alugam apartamento/quarto enquanto estão fora da cidade. Esta é uma maneira de assegurar sua residência ou vaga nas repúblicas sem a necessidade de pagar aluguel.

Muitos dos trabalhos eram no “horário comercial”, o que coincide com o turno das aulas. Aquelas que “renovam o visto” ou que chegam à cidade com poucos recursos, encontram-se na seguinte posição: precisam trabalhar para pagar as despesas e as mensalidades do curso (e para acumular fundos para uma possível renovação de vistos ou compra de passagem para o Brasil), ao mesmo tempo, precisam/querem estudar e são demandadas pela legislação migratória a cumprir os requisitos de um visto de estudante (ver Anexos A). O idioma é um importante capital. Quanto mais rápido se progride no inglês, mais chances no mercado de trabalho. Somados a isso, devem construir sua rede de contatos para os trabalhos. Ao acessar essa rede, evitam recusar as ofertas, principalmente os trabalhos temporários (os *shifts* ou turnos), pois isso pode significar perder esse contato para sempre. Desde o início havia um conflito de prioridades a ser administrado, um paradoxo da experiência tantas vezes relatado ao longo das entrevistas: sobrevivência (trabalho) x estudo (permanência documentada no país, exigências do visto e aprendizado do idioma).

A necessidade, inegociável, de entrar no mercado de trabalho, e a cobrança, inegociável de ser estudante com obrigações diante da escola e do departamento de imigração australiano. Algo nesse conflito se apresentava como um limite tênue entre a experiência de se estar “documentada” no país e a possibilidade de perder a autorização de ali viver. Compreender este cenário auxilia no entendimento dos relatos desta pesquisa. Portanto, carregar uma autorização temporária e condicionada a um conjunto de obrigações, trazia uma pressão a mais para o que significava “ser estudante”.

Formada em Ciências Sociais, em 2009, pela Universidade Federal de Minas Gerais, quando fui para a Austrália, levava em minha bagagem experiências profissionais na área de educação, participação política e direitos humanos. Professora de Sociologia no Ensino Médio desde 2012, decidi buscar novas oportunidades profissionais, o que me permitiu financiar um estudo fora do país. Foi somente após alguns anos da minha entrada no mercado de trabalho que a ideia de intercâmbio passou a se delinear como um projeto possível de ser realizado.

Para além da experiência internacional, a mobilidade é tema de interesse pessoal de longa data. Nascida na região metropolitana de Belo Horizonte, percorro os “universos” da capital e da região metropolitana desde a minha adolescência. Tal movimento espaço-temporal, representava também um movimento “entre mundos” que acontecia nas idas e vindas entre as duas cidades. Minha primeira mudança de residência, motivada por este contato, foi em 2003, quando fui morar na área central, de Belo Horizonte, em uma república de jovens mulheres solteiras, todas vindas de pequenas cidades de Minas.

Este também foi o meu primeiro contato com as trajetórias de mulheres migrantes que se moviam em busca de melhores empregos, acesso a estudos e a equipamentos urbanos. Essa experiência contrariava as narrativas de migração em família, da restrição de circulação das mulheres ou de serem os homens da família os precursores do movimento migratório (Assis, 2007; Vidal e Souza, 2018). Imprescindível ressaltar que a liberdade de se mover, tanto nos espaços, quanto nos estudos e na profissão, se fazia possível por não serem o sustento, a figura de cuidado ou apoio financeiro de suas famílias (Jirón; Gomez 2018). Ao mesmo tempo, não contavam com capitais sociais ou rede de apoio (Bourdieu, 1985 e Lin, 2001) na capital, por isso moravam em “repúblicas”. A moradia, neste sentido, seria o início da construção de um capital de rede em uma nova cidade, tal como a relação com os/as *flatmates* para aquelas que moram no exterior (Dias, 2010).

Foi também, em dezembro de 2015, quando um dos maiores desastres ambientais do Brasil aconteceu. O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana, Minas Gerais, atingiu todo o Rio Doce e as populações que residiam no seu entorno. Muitas famílias foram levadas ao deslocamento forçado (Zhouri *Et Al.*, 2016, 2017; Zhouri, 2018). Uma das empresas responsáveis pelo desastre ambiental era uma multinacional anglo-australiana.

O desastre, de proporções gigantescas, podia ser notado ao longo dos trilhos de trem da rota Minas-Vitória. Equipes de pesquisadores partiram da estação ferroviária de Belo Horizonte, para realizar levantamentos de impacto socioambiental em todas as cidades na região. Ao receber a proposta de trabalhar no projeto de cadastramento dos atingidos, me juntei à equipe de Linhares, do Espírito Santo. Circulamos muito pela cidade e arredores. Dentre muitos dos povoados visitados, me lembro de uma pequena comunidade (os nativos contam que é uma comunidade indígena e que estão lá há mais de 150 anos). Ela havia sido atingida pelos rejeitos da barragem da Samarco, mas, antes disso, aguardavam, há mais de 40 anos, por ressarcimento de um vazamento de óleo, já que o vilarejo é cortado por dutos de petróleo. Essa era a imagem dos “involuntários da pátria”, de Viveiros de Castro (2016), ou, talvez, dos involuntários do capitalismo global. Nas palavras de Doreen Massey em “um sentido global de lugar” (2008, p.178):

“O senso de deslocamento, que algumas pessoas têm ao ver uma rua local, outrora bem conhecida, agora cheia de importações culturais – a pizzaria; a loja de comida árabe; a agência do banco do Oriente Médio –, deve ter sentido, durante séculos – embora de um ponto de vista bastante diferente – por povos colonizados do mundo inteiro (...)”.

Partindo dessa experiência e da curiosidade sobre a mineradora, vim a saber um pouco mais sobre a Austrália. Uma rápida busca no *Google* nos leva ao *ranking* de *commodities* deste país: 1º) mineração de ferro; 2º) carvão; 3º) gás natural; e em 4º) serviços de viagem relacionados à educação (Department of Foreign Affairs and Trade, 2021). Neste sentido, muito antes da minha chegada à Austrália, o país da Oceania já havia chegado ao Brasil, sob a forma de “empresa transnacional”.

Tal como uma das entrevistadas relata que, antes de partir para Austrália com o objetivo de aperfeiçoar o inglês, ela era desafiada frequentemente a receber clientes que falavam o idioma no escritório da multinacional onde trabalhava em São Paulo. Também são comuns os relatos de quem perdeu chances promissoras de emprego no Brasil por não ser fluente na língua inglesa. São estes alguns traços do capitalismo global (Bauman, 2010).

De alguma forma a figura dos migrantes temporários, na Austrália, passou a me remeter ao vilarejo em Linhares, no Espírito Santo. Não busco aqui fazer analogias arbitrárias e nem comparar situações tão diferentes entre si. O sentido da memória remetia aos grupos que vivem as mudanças e os desastres na “linha de frente” dos acontecimentos, sem muitas proteções e, por isso, são considerados mais vulneráveis que outros. Enquanto aquela pequena comunidade vivia à mercê de grandes corporações e estava na rota de interesses tão divergentes aos seus, a situação dos migrantes temporários, ressaltada pelo início da pandemia do COVID-19, transmitia o mesmo recado: os migrantes temporários sentiam as mudanças e crises invadir suas realidades muito antes de outros grupos. Foram eles os primeiros a perder seus empregos e também eram eles a mão-de-obra “excedente” para os trabalhos de limpeza de hospitais e clínicas, para trabalhar nos transportes públicos, para o trabalho nas madrugadas em supermercados e nas empresas de *delivery*.

Outro traço da globalização é a circulação de saberes e bens culturais. Me lembro de assistir “*Marighella*”, no *Sydney Film Festival*, em 2019. Naquele momento, o lançamento do filme, dirigido por Wagner Moura, havia sido vetado no Brasil e foi permitido apenas dois anos depois. Ouvimos uma palestra do diretor em seguida. Sentia um misto de comoção e receio em suas palavras. As notícias sobre o contexto político brasileiro exerciam um grande impacto na comunidade migrante que ali estava e ressaltaram a dúvida daqueles que pretendiam voltar para o Brasil. Também era visível a reprodução da polarização política nas comunidades de Facebook<sup>14</sup> de brasileiros(as) na Austrália. Foram criados grupos com recortes de preferências políticas para divulgar vagas de trabalho e de moradia.

---

<sup>14</sup> Facebook é uma mídia social e rede social virtual que teve início em 2004.

Nesse contexto, ouvi algumas vezes, em conversas informais no trabalho, brasileiros(as) da comunidade LGBTQIA+<sup>15</sup>, relatando o receio de voltar ao Brasil e vontade de permanecer em Sidney por se sentirem mais livres e seguros(as)<sup>16</sup> na cidade australiana.

**Figura 1 - Ingresso Sydney Film Festival 2019/Mariqhella**



Fonte: arquivo pessoal.

Se as temáticas do pertencimento, da construção de lar e do ‘partir ou ficar’ estão no centro de muitas narrativas migratórias, elas são ainda mais presentes nas conversas com migrantes em vistos temporários. Normalmente o momento de finalização do prazo de um visto é carregado de angústias. A renovação de um visto temporário, principalmente no caso do visto de estudante, exige recursos financeiros e a aceitação das limitações impostas pelo visto. É também um contexto em que a migrante se vê diante de um balanço sobre a sua trajetória migratória e precisa reafirmar (ou não) sua escolha por viver no país. Está confortável na condição de migrante temporária? Há perspectivas de “sair” do visto de estudante para um visto com mais oportunidades e menos restrições? Estaria mais próxima de se tornar cidadã? Conseguiu evoluir no idioma?

<sup>15</sup> A eleição do candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, para a Presidência da República do Brasil representava uma ameaça para a comunidade LGBTQIA+.

<sup>16</sup> O conceito de “refugiados LGBTI” é parcialmente aceito por agências migratórias internacionais. (Feldman-Bianco, 2020).

Acumulou capitais financeiros e sociais para a sua permanência? Sentem falta da família, dos amigos e da vida no Brasil? Como isso impacta sua rotina e sua saúde mental? Essas são algumas perguntas que circulam no dia a dia das migrantes. Ao renovar o visto, o migrante também pode receber uma recusa do país receptor, para muitas, este é um fator de medo e ansiedade. A possibilidade de visitar o Brasil ou ser visitada pela família/amigos pode amenizar o peso da decisão.

Em 2018, testemunhei a eleição de Scott Morrison (2018-2022) para primeiro-ministro da Austrália, o que motivou meu interesse em aprofundar-me no cenário político australiano. Em fóruns de brasileiros no Facebook, algumas pessoas interpretaram a eleição de Morrison como um indicativo negativo para a comunidade migrante, especialmente para aqueles que almejavam a cidadania australiana. Ele foi ministro da migração e da proteção das fronteiras entre 2013 e 2014. Conhecido por sua postura conservadora diante do assunto, Morrison era admirador do ex-presidente norte americano, Donald Trump. Também ganhou notoriedade uma foto de sua mesa de gabinete onde mantinha um troféu em formato de barco de pesca asiático, com os dizeres *“I stopped these”*. Tal objeto remetia às rigorosas operações de controle das fronteiras marítimas contra pessoas vindo da Ásia na condição de migrantes indocumentados e solicitantes de refúgio (The Guardian, 2018).

**Figura 2 - Mesa de gabinete do primeiro ministro Scott Morrison. A foto de Lukas Coch circulou em diversos jornais**



Fonte: The Guardian, 2018. Foto de Lukas Coch/AAP.

Além disso, Nova Gales do Sul (NSW) vinha se recuperando de incêndios florestais (*bushfires*) de intensidades e extensão sem precedentes entre 2019 e 2020. Foi neste contexto que as notícias sobre a pandemia do COVID-19 começaram a aparecer na mídia em dezembro de 2019, ainda como algo desconhecido e sem nome. As *bushfires* não só impactaram fauna, flora, os agricultores e moradores em geral, como também o setor de turismo e serviços na alta temporada australiana. É comum que as migrantes temporárias trabalhem no setor de hospitalidade e busquem acumular recursos, na alta temporada, para subsidiar a renovação de vistos e o sustento nos tempos de escassez de trabalho.

Entretanto, a virada de ano de 2019- para 2020 foi particularmente desafiadora para quem trabalhava no ramo do turismo. Nos grupos do Facebook de Brasileiros (as) na Austrália as recém-chegadas também demonstravam uma maior dificuldade em conseguir trabalho. Por fim, a eclosão da pandemia teve um forte impacto na comunidade migrante, sendo os migrantes temporários os mais vulneráveis à primeira onda da crise na Austrália.

O relato da minha vivência e das observações do campo representam um ponto de partida onde há encontros de histórias de vida de mulheres brasileiras na Austrália. Percursos migratórios estes que, muitas vezes, se iniciam anos antes da sua partida para o exterior. Como socióloga e vivendo a experiência migratória em visto de estudante, conheci muitas mulheres nas moradias e trabalhos por onde passei. Tais mulheres me apresentaram para conhecidas/os e me ajudaram a aumentar a minha rede de contatos e, com muitas delas, estabeleci laços de amizade. Também compartilhamos descobertas, sentidos, construções de saberes, trajetões e os processos de decisões ao longo do percurso. Este contato foi o ponto de partida para a pesquisa e o que permitiu que esse projeto pudesse ser realizado, mesmo à distância. Importa elucidar que os relatos e entrevistas que serão apresentadas ao longo deste trabalho seguiram os preceitos éticos da transparência e da veracidade e foram autorizados pelas interlocutoras. Neste sentido, nenhuma das entrevistas foi realizada no momento que ainda vivia na Austrália.

Portanto, a elaboração do projeto foi motivada por trajetórias que, muitas vezes, são invisibilizadas no fluxo da hiper mobilidades. Naturalizadas pela intensidade dos movimentos dos tempos atuais, tais relatos acabam por ficar restritos aos círculos pessoais. Sabendo da impossibilidade de apresentar tais narrativas na sua integralidade, me coloco na posição de quem tem um ponto de análise sobre tais vivências dentre tantos possíveis.

Também importa dizer que, muitas vezes, fui afetada pelas entrevistas e transitei além-mar nas memórias dos encontros presenciais com minhas interlocutoras e com tantas outras pessoas ao longo da minha trajetória como migrante.

Nesses momentos, foi preciso parar, apurar o olhar, o ouvir e o escrever<sup>17</sup>, e voltar para minha posição de pesquisadora.

Hoje, quando realizo as entrevistas - com ajuda das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)<sup>18</sup> -, percebo que ocupo posições contraditórias. Ora estou em um lugar privilegiado de uma troca qualificada e em posição de confiança com as entrevistadas devido as minhas experiências como migrante, ora ocupo a posição de migrante de retorno e a que abandonou a jornada migratória, o que me impõe barreiras que demandam paciência e sensibilidade.

## 2.1. Considerações metodológicas

Por meio deste estudo, meu objetivo é expor e examinar as jornadas de mobilidade e imobilidade de um pequeno grupo de mulheres migrantes brasileiras que chegaram a Sidney com visto de estudante (500) durante o período entre 2016 e 2019. Para isso, utilizo como metodologia principal, o método qualitativo focando na descrição de observação participante e na entrevista semiestruturada.

“A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (Minayo et al, 2011, p.22).

A observação participante é realizada por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado. O observador é também parte do contexto observado, e está em contato face a face com os observados. “Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto” (Minayo et al, 2011, p.60). Realizei observação participante, entre os anos de 2017 e 2021, em Sidney Austrália, no entanto, os relatos aqui citados, foram todos de entrevistas autorizadas e consentidas pelas participantes da pesquisa, realizadas a distância. No total foram sete entrevistas semiestruturadas que contam com um roteiro prévio conforme Apêndices C e D deste trabalho, mas permitem o fluxo espontâneo da conversa.

---

<sup>17</sup> A expressão "ver, ouvir, escrever" resume de maneira concisa as atividades fundamentais realizadas pelo antropólogo durante seu trabalho de campo. "O trabalho do antropólogo: ver, ouvir, escrever" é um título de um artigo escrito por Roberto Cardoso de Oliveira, renomado antropólogo brasileiro.

<sup>18</sup> Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são meios técnicos usados para auxiliar na comunicação como rede, celulares, computadores, software e hardware.

Elas foram realizadas online (*GoogleMeet* e *Whatsapp*). Tal roteiro foi elaborado a partir das observações no campo. Também acompanhei os temas debatidos em duas comunidades de Facebook (“Papo Calcinha em Sydney” e “Brasileiros em Sydney”), para elaborar o roteiro.

O olhar sobre as mobilidade e imobilidades a partir das entrevistas, nos permite conectar sonhos pessoais, projetos de vida e experiências pessoais com o contexto social e as estruturas de poder, nas quais estão inseridas (Thomson, 2002; Urry, 2007; Tibolla, 2014). Como procedimento ético, será assegurada a preservação da identidade das entrevistadas. Portanto, os nomes utilizados, ao longo da pesquisa, são fictícios. Também omiti trechos pessoais que possam expor a identidade das participantes.

Os grupos de Facebook são de extrema relevância na formação das redes sociais das migrantes. Como fonte secundária para o projeto, realizei pesquisa em duas comunidades de Facebook (“Brasileiros em Sydney” e “Papo Calcinha em Sydney”) entre os anos de 2016 e 2024. Ambas são muito ativas e nelas circulam: oportunidades de trabalho, informações, serviços, dúvidas, divulgação de eventos, vendas de produtos, resoluções de conflitos, relatos e experiências. Os dois grupos apresentam singularidades que serão discutidas ao longo do projeto. Observei as regras do grupo e temas das publicações, tal como a circulação de valores e saberes.

Como pressuposto, considero que, ainda que haja diversidade nas formas de mediação entre pesquisadores e pesquisados, tanto na internet como “fora” dela, os ambientes virtuais devem ser tratados como lugares, superando a dicotomia entre virtual e real. Pesquisas em ambientes digitais focam em dois aspectos: “o contexto cultural dos fenômenos que ocorrem nas comunidades e/ou mundos virtuais” (internet entendida como cultura). E a internet entendida como artefato cultural: vista como um produto da cultura, criada, por pessoas, para atender objetivos, contextualmente, inseridos. Dessa maneira, a internet pode ser vista como cultura e artefato cultural, isto é, “modo de conduzir as interações e resultado dessas interações”. (Polinov, 2013).

Ainda, fazem parte do arquivo da pesquisa, como dados secundários: a análise de dados divulgados pelo instituto australiano de pesquisa (*Australian Bureau of Statistics/ABS*), dos censos australianos, dos anos de 2016 e 2021; dados oficiais do governo brasileiro, fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo OBMigra; Análise documental de informações fornecidas por órgãos do governo australiano, tais como *Australian Home Affairs*, *Australian Trade and Investment Commission (AUSTRADE)*, *Parliament of Australia*; e análise de conteúdo de entrevistas de imigrantes, como no podcast “Mulheres Imigrantes”

(<https://open.spotify.com/show/53viUqW1v5PQKhphhf53hi>), páginas de Instagram de agências de intercâmbio e canais do *Youtube* relacionados com o dia a dia do estudante brasileiro na Austrália.

### 3. ESTUDOS MIGRATÓRIOS E DAS MOBILIDADES

#### 3.1. Dos estudos migratórios do início do século XX à “virada das mobilidades”

Os estudos da *migração internacional* formam um campo específico dentro da área interdisciplinar de estudos sobre os sujeitos que se deslocam no tempo-espço. Nos primeiros estudos sobre o tema, três grupos de classificações são comumente encontrados: quantidade de pessoas deslocadas (divididos em migração de massa ou individual), quanto tempo permanece o migrante fora de sua nação de origem (migração permanente ou temporária), e como se deu a forma de migração (migração espontânea ou forçada). No entanto, ao longo dessa seção, é possível observar que os estudos contemporâneos buscam questionar a utilização desses conceitos *a priori*, uma vez que categorias como permanentes *versus* temporário, espontâneo *versus* forçado, devem ser repensadas em um contexto como o da hiper mobilidade (Peixoto, 2004). Apresentaremos a seguir um breve panorama sobre as discussões e temáticas no âmbito científico relativas às chamadas “migrações internacionais”, chegando aos estudos recentes que buscam questionar o nacionalismo metodológico.

As migrações, como tema de investigação, atraíram os primeiros interesses no campo da geografia. Ernest Georg Ravenstein (1834-1913) foi um geógrafo e cartógrafo inglês de origem alemã que investigou as características dos fluxos migratórios na Grã-Bretanha, tanto interna quanto internacionalmente. Ravenstein influenciou estudos migratórios posteriores ao pesquisar temas tais como classificação dos migrantes, regiões de atração e repulsão, efeito da distância e da economia sobre a migração (Peixoto, 2004, p.5).

A transferência em massa das populações da área rural para a área urbana durante a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX) estimulou a investigação das migrações (Castles; Hass; Miller; 2014). Na sociologia, é George Simmel (2005) em seu estudo sobre a modernidade, quem irá primeiro utilizar o termo mobilidade no sentido de “movimento-real ou imaginado-constituído por intenções, estratégias e escolhas” (Freire-Medeiros, Telles e Allis 2018, p.2). Nesse contexto de movimento, a figura do “estrangeiro” chama atenção de Simmel (2005). Tal figura seria a representação de um sujeito ambivalente fruto da sociedade moderna. Ao mesmo tempo em que o estrangeiro traz a diferença, ele busca fazer parte da sociedade na qual está inserido.

As ideias de Simmel influenciaram os pensadores da Escola de Chicago que buscaram relacionar as mobilidades espaciais (movimentos entre lugares distantes geograficamente) aos estudos migratórios e urbanos.

A exemplo de Robert Park (1915; 1922;1928; 1950), cujas análises combinam os campos dos estudos sobre a migração e sobre o ambiente urbano. A perspectiva analítica da escola de Chicago sobre migração focou nos processos de assimilação e integração do estrangeiro à sociedade americana. Este processo ficou conhecido como *MeltingPot*, isto é, os estrangeiros tenderiam a se fundir às sociedades receptoras ao longo do tempo. É preciso ressaltar um outro sentido no qual o termo mobilidade é utilizado. Tendo como referência as produções do Departamento de Sociologia da Universidade de Harvard, já em 1927, a noção de mobilidade passa a ser relacionada à ideia de estratificação social.

Ainda, faz-se necessário pontuar que o diálogo entre sociologia e economia, tal como as perspectivas da Geografia e da Demografia, e mais adiante da Antropologia, desde os primeiros estudos migratórios, nos sinaliza para o aspecto interdisciplinar do tema. Tal fenômeno toca e transforma todas as esferas da sociedade (Dias et al., 2020). A migração seria um fato social total, nas palavras de Abdelmalek Sayad (1933-1998), referindo-se ao conceito de Marcel Mauss (1872-1950). João Peixoto (2004) apresenta as pesquisas clássicas sobre migração divididas em duas chaves teóricas: as teorias que partem da análise microssociológica e as que partem da análise macrossociológica. Apesar de tal divisão rígida ser menos frequente nos estudos migratórios contemporâneos, apresentaremos brevemente as principais linhas de ambas as perspectivas.

Por análise micro, o autor denomina a perspectiva que privilegia analiticamente o papel do agente individual. Três modelos compreendem grande parte da pesquisa microssociológica da área: o *push-pull*; a *Teoria do capital humano*; e *ciclo da vida e trajetória social*. O modelo analítico *push-pull* foca no viés econômico e na escolha racional. Neste viés analítico a motivação econômica é determinante para a decisão de migrar, sendo a pobreza e o atraso no país de origem, fatores de expulsão da mão-de-obra. Tal corrente teórica é exemplificada por Zipf, 1946; Stouffer, 1940 e 1960; Lee, 1966 (Peixoto, 2004).

O modelo do *capital humano* analisa os resultados da migração no longo prazo e volta-se para o estudo dos seus custos/benefícios ao longo do tempo, os trabalhos de Becker (1962) e Sjaastad (1962) exemplificam tal perspectiva. No modelo de Becker, por exemplo, os jovens tenderiam a investir mais na migração (como um capital humano), pois teriam mais tempo de usufruir dos benefícios na sociedade receptora. Por fim, os estudos de natureza biográfica, conhecidos como teorias do *ciclo de vida e trajetória social*, buscam analisar as relações entre o ciclo de vida (vida adulta, casamento, divórcio) tanto de indivíduos quanto de famílias, a mobilidade social (tal como carreira profissional) e os movimentos no território. O principal exemplo deste recorte são os trabalhos de Rossi (1955).

Por outro lado, os modelos macrosociológicos privilegiam os aspectos estruturais. A migração seria resultado das desigualdades nas diversas esferas sociais. Os modelos do mercado de trabalho segmentado<sup>19</sup> e economia informal; o modelo das estruturas espaciais, sistemas-mundo<sup>20</sup> e sistemas migratório<sup>21</sup>; e o modelo das instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais condensam bem as perspectivas de viés estrutural (Peixoto, 2004; Escudeiro, 2017). Um dos pressupostos do modelo de mercado de trabalho segmentado e economia informal é que o mercado de trabalho é segmentado em atividades primárias e secundárias. As migrações internacionais, em sua maioria, acontecem no fluxo dos países menos para os mais desenvolvidos. Por esta ótica, os fatores de atração dos países desenvolvidos teriam um peso maior na decisão de migrar do que os fatores de expulsão (os *push factors* que eram ressaltados pelos neoclássicos) (Peixoto, 2004, p.23). Os mercados ‘secundários’ e as economias informais, portanto, absorvem a mão de obra migrante nas sociedades receptoras. Como exemplo, temos os trabalhos de Piore (1979) e Portes (1985).

O segundo modelo macroestrutural denominado *estruturas espaciais, sistemas-mundo e sistemas migratórios*, marcam trabalhos da área de economia e da geografia. As categorias de “espaço, a organização espacial do capitalismo e os fatores que levam ao desenvolvimento de territórios específicos” encontram centralidade nos trabalhos de Claval (1987), Castells (1989), Gregory e Urry (1985). As migrações seriam resultado de mecanismos que levam as localidades (fatores de localização) a serem ‘periféricas ou ‘centrais’, ‘urbanas’ ou ‘regionais’ e que se relacionam com as decisões dos agentes de migrar<sup>22</sup>.

A relação entre o conceito de economia mundial, as atividades produtivas transnacionais com a instalação de empresas transnacionais em países em desenvolvimento foram estudadas por Sassen-Koob em (1984). Segundo o estudioso, havia um efeito perverso dessas instalações ao acelerar as migrações dos trabalhadores das empresas transnacionais (Massey, 1984; Sassen, 1991, 1994a e 1994b).

---

<sup>19</sup> Segundo Peixoto (2004, p.23), o mercado "primário" é caracterizado pela estabilidade das condições de emprego, perspectiva de carreira, bons salários e proteção social garantida. Enquanto o mercado "secundário" é definido por empregos de baixa qualificação, poucas oportunidades de promoção, insegurança laboral, baixos salários e ausência de assistência social.

<sup>20</sup> <sup>18</sup>As teorias do sistema-mundo (Wallerstein, 1979 e 1986) foram adaptadas para o estudo das migrações por autores como Petras (1981). Para a autora, o capitalismo moderno (ou sistema-mundo) tem como um dos traços principais a criação do “mercado de trabalho global”. As diferenças salariais entre os países seriam a razão principal do fluxo migratório (Peixoto, 2004, p. 26).

<sup>21</sup> Segundo Douglas Massey et al (1993, p.454) a “teoria dos sistemas migratórios” se utiliza de generalizações de outras teorias, tais como sistemas-mundo, redes migratórias, teoria institucional e teoria da causalidade cumulativa. Neste sentido, não deve ser considerada como um corpo teórico independente.

<sup>22</sup> Neste contexto aparecem as primeiras discussões sobre as atividades produtivas transnacionais.

Enfim, o modelo *instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais* ressalta o papel dos grupos/entidades coletivas que têm poder de decidir e se responsabilizar pelo destino dos fluxos (“organizações empregadoras, agências de emprego, associações de apoio a migrantes, entidades financeiras, departamentos governamentais ligados direta ou indiretamente às migrações e habitação”) (Peixoto, 2004, p.28). Exemplo de autores nessa linha são McKay e Whitelaw (1977), Salt (1987) e Massey (1984).

Prosseguindo para o campo de estudos das mobilidades migratórias internacionais contemporâneas, há o reconhecimento dos variados modos de instalação dos migrantes: trabalhadores pendulares transnacionais, reagrupamento familiar, estudantes, demandantes de asilo, migrantes sem documentos. A presença de tipos distintos de migração e migrante levam à redefinição de conceitos como o de “residência base” e, até mesmo, o de migração. Considerar a migração apenas como resultado de uma mudança definitiva de residência seria desvalorizar a diversidade das trajetórias e as durações dos deslocamentos nos tempos atuais (Almeida e Baeninger, 2013; Nail, 2015). Como sabemos se alguém migrou em definitivo? O indivíduo deveria ter apenas uma única residência como base? O que poderíamos dizer sobre um espaço transnacional e sobre a ideia de copresença? As questões levantadas contestam pressupostos sobre a própria definição de migração e sobre os conceitos de migração temporária e definitiva.

Se os estudos migratórios até meados de 1980 partem da noção de estado nacional como categoria central, alguns trabalhos posteriores criticam o nacionalismo metodológico (Urry, 2000, 2007; Schiller, 2010, 2012). O que se entende, a partir da noção de transnacionalismo, é que a população migrante está conectada por meio de redes que entrelaçam suas vidas a lugares de partida e de acolhida (Schiller, Basch e Blanc-Szanton, 1992).

“sobretudo no âmbito da antropologia e sociologia urbana, o paradigma da mobilidade e a noção de territórios circulatorios, elaborados no final dos anos 1980 por Alain Tarrus (1989; 1993; 2000), deram vazão a análises sobre as relações entre movimentos migratórios e a estruturação de redes transnacionais de comércio ambulante, com ênfase nos trânsitos de populações subalternizadas, protagonistas do processo designado mundialização por baixo, como bem apontam Freire-Medeiros, Telles e Allis (2018). Nessa área temática, as contribuições críticastrazidas por autores como Isaac Joseph (1998) e Yves Grafmayer (Grafmayer; Joseph, 1994) também foram relevantes por permitirem ampliar a noção de mobilidade para além do foco em processos de estratificação e mudança de nível social referidos a estruturas próprias ao interior dos Estados. No campo dos estudos urbanos, vale também destacar a influência do novo paradigma das mobilidades elaborado a partir dos anos 1990 por John Urry (2000; 2007), especialmente em pesquisas voltadas às temáticas do turismo em favelas, mídia e consumo (Freire-Medeiros, 2013; Freire-Medeiros; Vilarouca; Menezes, 2013; Freire-Medeiros; Menezes, 2016; Freire-Medeiros; Name, Leo, 2017).-nações, associando o termo aos conceitos de circulação e acessibilidade (Freire-Medeiros; Telles; Allis, 2018)” (Feldman-Bianco; Sanjurjoi, Mansur, 2020. p.28).

Os estudos das mobilidades e seus desdobramentos, como a corrente denominada “virada das mobilidades” (*mobility turn*), propõe uma epistemologia que não naturalize a mobilidade (*mobility*) nem a imobilidade (*sedentarism*). Tal virada é um convite a pensar a fluidez, o movimento e o transnacionalismo inseridos em estruturas de poder. Estruturas que podem representar fricções ao movimento. Neste sentido, busca-se questionar a visão romântica do cosmopolitismo presente nos estudos da globalização na década de 1990. (Urry, 2003; Sheller e Urry, 2006; Canzler; Kaufmann; Kesselring, 2008; Schiller e Salazar, 2012;

Schiller, 2018; Caggiano, 2012).

A virada das mobilidades volta-se, portanto, para as conexões em rede que marcam os “sistemas globais complexos” (Sheller, 2017, p. 632). Tais sistemas (constituídos de diferentes tipos de mobilidades) são dependentes dos “fixos estruturais”. As pessoas e as práticas culturais não são vistas, *a priori*, como fixas em um território, nem como móveis. O movimento está sempre em relação a algo e para que ele aconteça é necessário a existência de ancoradouros (*moorings*), ou seja, “infraestruturas materiais que o sustentam, vigiam e retêm” (Freire-Medeiros, 2020), tais como estradas, aeroportos, redes elétricas e de *wi-fi*. Formando um sistema integrado, as mobilidades podem ser observadas a partir de várias escalas: indivíduo, comunidade, família, nação e países envolvidos em fluxos migratórios (Schiller e Salazar, 2013; Sheller, 2018).

Ainda, em diálogo com a noção foucaultiana de “regimes de práticas”, os “regimes de mobilidade” trazem a dimensão política, do poder, para a compreensão subjetiva de mobilidade, incluindo as práticas normativas e os dispositivos de vigilância. Portanto, a intensa circulação característica dos tempos atuais impõe aos estudiosos da área novos desafios para lidar com as contínuas e contraditórias mudanças globais. Se, por um lado, o mundo está cada vez mais interconectado, por outro, notamos um aumento de movimentos contra a imigração e o recrudescimento das fronteiras nacionais que limitam o movimento e exigem que o migrante construa um conjunto de estratégias para permanecer no país de destino ou para se manter “*on the move*”.

“Sob essa perspectiva teórica, a mobilidade migratória, em si, não pode ser ignorada ou ocultada. Para isso, torna-se necessário uma profunda compreensão das fronteiras pelas quais ela ocorre e com as quais se conecta, ao longo de sua trajetória. Tal posicionamento crítico possibilita ao/a pesquisador/a compreender a migração não como fluxo, mas como uma prática social do ator migrante carregada de experiências vividas, negociadas e produzidas no espaço. Espaço, portanto, é uma categoria social de extrema importância para estudos de deslocamento humano. É uma das dimensões sociais onde viajantes experienciam, como exemplo, paixões, afetos, deveres, insultos e proibições (Lefebvre, 1991; Tuan, 2013)” (Dias, 2019, p.67).

Portanto, conceitos como: motility<sup>23</sup>, regimes de mobilidade, capital de rede<sup>24</sup> e *aspiration-capabilities*, *comunidades de prática*<sup>25</sup> nos fornecem arcabouço para pensar as trajetórias individuais das estudantes inseridas em um contexto macro estrutural. “Os movimentos e mobilidades aparecem como paradoxal, onde atores se interpretam como sujeitos das políticas de mobilidade, como indivíduos com poder de decisão, liberdade de movimento, enquanto sendo ao mesmo tempo altamente restritos e limitados” (Canzler; Kaufmann; Kesselring 2008, tradução minha). As noções de mobilidades e imobilidades são fundamentais no entendimento do gênero como uma construção social e cultural. Portanto, questões relativas a gênero perpassam narrativas, discursos e representações de mobilidade (Uteng e Cresswell, 2008; Akyelken 2013; Massey, 2014; Pearson e Sweetman, 2019; Souza e Guedes, 2021). Por fim, a discussão sobre “fazer comunidade” para aquelas que estão em movimento, como desenvolvida por Talja Blockland (2017), nos oferece suporte para analisar os laços comunitários das que estão em circulação transnacional. Tal como os conceitos de laços fortes e fracos, debatidos por John Urry (2007) em referência aos estudos de Mark Granovetter (1974) em sua teoria das redes sociais.

### 3.2. Produção acadêmica brasileira sobre (e)migração (1990-2020)

A temática das migrações internacionais, globalização e suas implicações é de interesse de esferas governamentais, organizações internacionais, setores privados e área acadêmica. Por muito tempo, o Brasil foi caracterizado como um país receptor de imigrantes. Não por acaso, os primeiros estudos sobre o tema nas Ciências Sociais brasileiras foram os estudos de Emílio Willems (1940), voltados para os grupos migratórios de várias nacionalidades residentes no sul e sudeste do Brasil.

<sup>23</sup> “Motility is widely used in biology to describe animals that have the ability to move – as opposed to those who can’t, defined by ‘sessility’. The concept was elaborated upon from a sociological perspective by Kaufmann et al. [2004] and has in the core retained its biological definition: it is used to analyse the potential rather than the actual movement.” (Houtkamp, C, 2014. p.20).

<sup>24</sup> “capital de rede” é definido por Urry (2007, p.197) como “a capacidade de gerar e sustentar relações sociais com pessoas não necessariamente próximas e que produzem benefícios emocionais, financeiros e práticos (embora isso envolva frequentemente vários objetos e tecnologias ou meios de construir redes [networking])”.

<sup>25</sup> Baseado no modelo de Carling e Schewel (2017) “aspiration/ability”, Hein de Haas (2021) substitui o termo por “aspiration-capabilities” para analisar como as (i) mobilidades estão relacionadas ao desenvolvimento.

No original: “I argue that, in the context of community as practice or performance, what has been labeled ‘absent ties’ should be included in our theory; thus the network perspective alone provides useful insights but does not suffice.

While some, especially middle-class urbanites, may define their social identities and place connections through performances of elective or selective belonging, others develop transnational identities that question the connection between community and one single place” (Blockland 2017, p.1).

Antes disso, há importantes contribuições sobre o tema feitas no pensamento social brasileiro que relacionavam migração, raça e nação, mas que não são propriamente considerados estudos migratórios (Feldman-Bianco; Sanjurjoi, Mansur, 2020). Grande parte das pesquisas até a década de 1970 utilizavam-se de diversas categorias assimilacionistas, muito influenciadas pela Escola de Chicago<sup>26</sup> e pela noção de *Melting Pot*<sup>27</sup>. Apesar de muito rica, a bibliografia sobre migrações internas e as leituras sobre a (i)migração no Brasil não farão parte do escopo desta seção<sup>28</sup>.

Os estudos brasileiros sobre a migração tomam corpo a partir dos anos de 1990, na segunda onda de emigração, com a consolidação da entrada dos brasileiros na chamada ‘sociedade global’<sup>29</sup> e das crescentes migrações do sul para o norte global<sup>30</sup>. Grande parte dos estudos entre as décadas de 1990 e 2000 analisam a migração sob a ótica das identidades, cidadania e etnicidade. Durante essa década há uma transformação dos paradigmas de análise da “inter-relação entre imigração e emigração aos movimentos transnacionais, de símbolos, pessoas e capitais (Feldman-Bianco; Sanjurjoi, Mansur, 2020).

Os estudos, como os de Teresa Sales (1994), Assis (1995), Silva Filho (1994), Soares (1997), Feldman-Bianco (1999), Sasaki (1998), analisam publicações sobre o tema da emigração em jornais e revistas. A maior parte das publicações gira em torno de temas como: o sucesso migratório, a clandestinidade, a emigração como fenômeno exótico, migração e trabalho ilegal, clandestinidade, discriminação e estereótipos.

Ainda, a marca de um milhão de brasileiros fora do Brasil passou a simbolizar para a imprensa a mudança de um Brasil receptor de imigrantes para um país que “expulsa seus filhos” e expressa como um sentimento de “orgulho nacional ferido”. Outra questão relevante, seria o alto número de imigrantes indocumentados, com exceção dos dekassegui (os descendentes de japoneses), e a dificuldade de quantificar o número de brasileiros no exterior (Assis e Sasaki, 2001, p.8).

---

<sup>26</sup> Donald Pierson, ex-aluno de Robert Park e professor da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), foi um dos responsáveis por criar um centro de divulgação da sociologia e antropologia culturalista em São Paulo. Ele contribuiu para angariar recursos para as pesquisas sobre imigração no Brasil.

<sup>27</sup> A ideia de *Melting Pot* sugere a fusão de raças e etnias. Tal perspectiva foi criticada por intelectuais como Caio Prado Jr (1946) e Florestan Fernandes (1949) (Feldman-Bianco, 2020).

<sup>28</sup> Algumas referências de estudos sobre as novas migrações para o Brasil: as migrações de refúgio de vários países da África e do Oriente Médio (Handerson, 2020; Lobo e Venancio, 2017; Jardim 2009, Pinto, 2015) e as migrações de bolivianos (Sidney Silva, 2006) e venezuelanos (Silva, 2017; Handerson, 2017).

<sup>29</sup> Para referência completa de trabalhos por regiões/países ver ASSIS e SASAKI (2001).

<sup>30</sup> Sul global é um termo utilizado, nos estudos transnacionais e pós-coloniais, para se referir aos países de terceiro mundo ou em desenvolvimento, enquanto norte global refere-se aos países desenvolvidos (DIRLIK, 2015).

Inicialmente, os estudos focam nos brasileiros que emigraram para a América do Norte (os Estados Unidos e Canadá). O viés de análise se encontra na relação entre a crise econômica (a *década perdida*) e a emigração de brasileiros (as). As principais referências são: Margolis (1989,1992), Bicalho (1989), Sales (1991,1992), Goza (1992), Castro (1992), Forjaz (1993).

O trabalho de Bicalho (1989) foi o primeiro a descrever os brasileiros em Boston. Apesar de fornecer um perfil qualitativo dos migrantes, a falta de rigor metodológico limita a contribuição do estudo. Como mérito, é um dos primeiros estudos sobre o impacto da migração dos mineiros de Governador Valadares para a América do Norte (Assis e Sasaki, 2001, p.8).

Os primeiros estudos comparativos entre a migração para os Estados Unidos e Canadá foram realizados por Goza, temas como adaptação, motivo para a emigração e perfil socioeconômico são centrais no seu trabalho. Sobre os estudos que relacionam rede de apoio e a migração de brasileiros e latino-americanos para os Estados Unidos, Castro ressalta o papel de amigos e familiares no processo migratório. Há um olhar mais centrado nos chamados 'fatores de repulsão' (Assis e Sasaki, 2001, p.9-10).

Como as produções acadêmicas sobre a América do Norte são vastas, resumo aqui os principais temas de estudo a partir de 1995. A conexão Governador Valadares Estados Unidos foi tema dos trabalhos de Assis (1995), Soares (1995), e Fusco (2000). Assis (1995) estudou as narrativas dos imigrantes através de cartas, vídeos e fotos. Seu trabalho contribui para mostrar que relações de gênero e de trabalho são ressignificadas nesse processo. Também demonstra que há razões para a migração, além dos conhecidos fatores econômicos. O objeto de estudo de Soares é o papel das remessas internacionais na compra de imóveis em Governador Valadares. Por fim, os trabalhos de Fusco (2000), também utilizando-se de um survey, buscam demonstrar a relação das redes no processo migratório, fator que explicaria o papel da cidade de Governador Valadares na emigração para os Estados Unidos (Assis e Sasaki, 2001, p.9-10).

Outras referências sobre a emigração brasileira nos Estados Unidos são: a coletânea de artigos organizados por Reis e Sales (1999) e o livro de Martes (1999). A coletânea de artigos inclui estudos sobre EUA e Japão. Dentre os temas estão identidade étnica, religião e rede social, rede local e migração. O estudo de Martes, por outro lado, busca problematizar o pressuposto dos estudos migratórios de que as redes sociais são fonte de solidariedade. A autora propõe um olhar caso a caso, considerando que, no interior das redes, também há conflitos e ambiguidades (Assis e Sasaki, 2001, p.13).

Tal como os estudos sobre brasileiros nos EUA, os trabalhos sobre a presença de brasileiros (as) no Japão, são diversos. Muitos são publicados a partir dos anos 1990.

O enfoque central é nas migrações dos dekasseguis (ou nipo-brasileiros), nas reformas migratórias do Japão e na facilitação para entrada de descendentes japoneses. Como referência cito trabalhos como Yoshioka (1995) e Kawamura (1999). Os trabalhos debatem sobre identidade dekassegui, diversidade identitária, mercado de trabalho, relações entre Japão e Brasil, dentre outros.

Das migrações na Europa ressalto as pesquisas sobre brasileiros em Portugal, Reino Unido (Londres), Itália e Suécia. Alguns dos estudos sobre brasileiros (as) em Portugal focam na relação de reciprocidade entre os países, dos conflitos, ambiguidades e das ressignificações dos movimentos. Dentre inúmeros trabalhos, ressalto o trabalho de Soares (1997) sobre a migração de trabalho especializada, mais especificamente dos cirurgiões dentistas. O estudo contribui para a pesquisa de movimentos migratórios que disputam o mercado de trabalho com profissionais nativos (não como mão-de-obra dos mercados “secundários”). Também importa citar as pesquisas de Bela Feldman-Bianco (1999) e Igor Rennó Machado (2021) sobre as relações de Brasil e Portugal (dois países semi-periféricos no contexto do capitalismo global) e a inversão da posição entre países de imigração e de emigração. Na mesma linha, encontramos estudos sobre a emigração brasileira para a Itália. Muitas pesquisas apontam para a migração de retorno de descendentes, dupla cidadania, expectativas frustradas de reconhecimento/aceitação e preconceito. Dentre eles cito: Borgus (1995), Borgus e Bassanezi (1998), Savoldi (1998).

Particularmente, é de interesse da pesquisa o estudo sobre mulheres migrantes. Historicamente, a mulher é sub-representada nos estudos migratórios, muitas das vezes apresentada como um personagem de segundo plano ou como aquela que acompanha o marido e filhos (Assis, 2001 p.748). No entanto, a partir dos anos 1970 é considerável o aumento da migração internacional das mulheres:

“As mulheres imigrantes hoje não seriam simplesmente cópias das imigrantes do passado em uma vestimenta moderna. Elas chegam com diferentes capitais humanos - muitas delas com melhor nível educacional e maior qualificação que as mulheres que chegaram no final do século XIX e início do século XX (...) as imigrantes contemporâneas beneficiam-se da expansão das oportunidades educacionais e de emprego, além de uma legislação liberalizante no que se refere ao divórcio e às discriminações de gênero. (...) (Assis, 2001, p.750)

No entanto, apesar disso, as migrações atuais desafiam paradigmas sobre a mobilidade de mulheres: “(...) nos fluxos contemporâneos, as mulheres tendem a migrar sozinhas ou como primeiras em suas famílias, sendo pioneiras em encontrar trabalho nos Estados Unidos, quebrando a imagem daquelas que esperam, ou que seguiram os passos dos homens” (Assis, 2001, p. 751).

Apesar de mais qualificadas, muitas das mulheres migrantes ainda ocupam posições ligadas ao cuidado doméstico nos países de destino, como os trabalhos de faxina e de cuidado (de crianças e idosos). A segmentação do mercado de trabalho por gênero e nacionalidade é tema de estudo de Fleischer (2002, 2003).

Os estudos sobre migrantes latino-americanas (Castro; Pessar, 1999). demonstram como as mulheres são habilidosas na criação de redes de apoio mútuo, o que as auxilia na inserção no mercado de trabalho e a atuarem como agentes no estímulo a outras migrações. Um exemplo disso é o caso das migrantes mexicanas que formam redes próprias de apoio, uma vez que elas tendem a evitar a vigilância e o controle das tradicionais redes familiares (Ondagneu-Sotelo, 1994). Essa não é a realidade das migrantes brasileiras nos Estados Unidos, segundo estudos da rede de migrantes de Governador Valadares e Criciúma. Tais pesquisas observaram que as mulheres tendem a se apoiar mais em redes de parentesco, enquanto os homens em redes de amigos (Assis, 2001 e Fusco, 2002). Ainda, os estudos sobre a migração dos criciumenses chamam atenção para mudanças nas experiências da relação de gênero, principalmente percebida entre os casais, em que “relações menos hierárquicas e maior divisão de tarefas são aspectos destacados pelas mulheres como conquistas” (Assis, 2001, p.767).

Prosseguindo na temática de gênero há os estudos de base feministas interseccionais e pós-coloniais que problematizam a relação entre migração, gênero e sexualidade, tais como as pesquisas de Silva (2005 e 2018), Maia (2007, 2009, 2010 e 2011) e Piscitelli (2007 e 2010). Dentre eles, vale ressaltar o trabalho de Piscitelli, que questiona vinculações automáticas entre turismo sexual, tráfico de pessoas e o deslocamento de mulheres e travestis para a Europa. E os trabalhos junto a mulheres transgêneros deportadas da Europa e a criminalização da migração (Sprandel, 2005, 2010, Piscitelli, 2004).

Partindo do contexto do aumento das barreiras à circulação, do fortalecimento das fronteiras, e da criminalização da migração, os estudos se voltam para questões como “precarização, criminalização e violência, com foco nas práticas sociais que definem as fronteiras entre pessoas, corpos, fluxos, mercados e territórios regulares/irregulares, legais/ilegais, lícitos/ilícitos” (Feldman-Bianco; Sanjurjoi, Mansur, 2020, p.27). Importa ressaltar dois paradigmas gerais: as pesquisas que se apoiam na teoria de Foucault, relacionando tecnologia e formas de governo às (i) mobilidades e as pesquisas que relacionam marcadores sociais diversos a limitações do movimento. Os novos estudos migratórios buscam utilizar a perspectiva transnacional e relacionar diferentes experiências de mobilidade em escala global. Nessa linha vale ressaltar os trabalhos de Feldman-Bianco e a crítica ao nacionalismo metodológico.

O tema da circulação da família e do afeto volta nos estudos migratórios sob nova roupagem, buscando desnaturalizar relações de parentesco. Ressalta-se o surgimento de novas dinâmicas de relação e a pluralidade de “práticas de cuidado e co-habitação” (Bongianino, 2015; Lobo e Venancio 2017; Machado, 2017). As redes transnacionais familiares funcionam apesar da distância, o que exige “formas variadas de consubstancialidade” (Machado, 2014; 2015). Particularmente sobre a circulação de crianças, o trabalho de Fonseca (2006; 2009; 2011), ancorado nos estudos de biopolítica de Foucault e de tecnologia de Latour, analisa o tema da adoção internacional relacionado às “tecnologias de governo”.

Sobre governança e as “tecnologias de governo” no controle e na gestão de ilegalismos, de populações e territórios, cito os trabalhos de Fonseca (2011), Telles, (2015; 2020) e de Feldman-Bianco (2015; 2017; 2018). Outros trabalhos demonstram como o estado se faz presente na vida cotidiana do migrante e como estes são categorizados para fins migratórios (Das; Poole, 2004; Vianna; Facundo, 2015). Dos trabalhos realizados sob o paradigma da “virada das mobilidades”, cito os trabalhos de Bianca Freire-Medeiros (2009; 2013) e Vidal e Souza e Guedes (2021).

Ainda há um conjunto de estudos que agregam a temáticas da constituição de grupos étnicos, tais como os trabalhos de Seyferth (2004,2017) sobre o papel da língua e da socialização; de Santos (2015) sobre as festas e de Bahia (2011) e Guérios (2012) sobre as religiões. Também foram realizados estudos sobre a circulação dos migrantes descendentes de (i)migrantes históricos, denominados de (trans)migrantes devido à constante circulação entre países. E estudos sobre formação das redes que utilizam o conceito de webdiáspora como a tese de Camila Escudero (2017). Segundo Escudero, a webdiáspora pode ser mais uma referência na circulação migratória e do múltiplo pertencimento dos transmigrantes.

Sobre os estudos brasileiros sobre migração para a Austrália, resalto alguns dos principais temas estudados tais como, a questão da diáspora brasileira em terras australianas (Margolis, 2013; Duarte, 2006), o consumo de intercâmbios (Cruz, Falcão E Oliveira Paula, 2016), a conexão de instituições religiosas entre Brasil e Austrália é o caso da igreja Hillsong (Rocha, 2013, 2016, 2018, 2019), saúde da população migrante (Dawson; Silva,2022) Superação de preconceitos e cultura brasileira na Austrália (Radicchi, 2019), empresários brasileiros na Austrália (Casado, 2022), sistema de ensino australiano e desigualdades educacionais (Santos; Zan, 2022).

#### **4. REGIMES DE (I)MOBILIDADES: A CONEXÃO BRASIL-AUSTRÁLIA**

Os Regimes de Mobilidade são padrões organizados e estruturados de movimento ou deslocamento de pessoas, mercadorias, informações ou capital em uma determinada sociedade ou sistema (Freire-Medeiros, 2020). Os regimes podem ser influenciados por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, que estabelecem as regras e normas que governam a mobilidade em uma determinada área geográfica ou contexto. A análise dos regimes de mobilidade envolve a compreensão das práticas, políticas e estruturas que moldam os padrões de movimento e interconexão em diferentes escalas, desde níveis locais e globais.

Neste sentido, a noção de regimes de mobilidade permite examinar e compreender como as sociedades organizam e regulam a movimentação de pessoas, bens e ideias em seu interior e em relação a outras partes do mundo. Essa abordagem leva em consideração as estruturas e dinâmicas que moldam as práticas de mobilidade em um dado contexto.

A seguir, apresento algumas características das políticas públicas para emigrantes brasileiros em perspectiva histórica, o sistema migratório australiano em relação às políticas de *Temporary Foreign Workers* (TFW), políticas de mobilidade denominadas de “neoliberais” e a relação destas com a atração de estudantes internacionais. O capítulo ainda abarca um levantamento do perfil dos(as) migrantes brasileiros(as) para a Austrália, e o papel dos atores das redes de mobilidade: as agências de intercâmbios e dos “conhecidos” nos percursos de mobilidade das intercambistas.

##### **4.1. A (e)migração brasileira em perspectiva temporal e as políticas públicas**

Nos tempos atuais, são mais de 4 milhões de brasileiros e brasileiras vivendo fora do país (MRE/2023). Neste sentido, o mais recente fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil reforçou o debate sobre a temática migratória nas variadas esferas de interesse. Se, por um lado, as migrações de refúgio, como no caso de venezuelanos, haitianos e sírios, abrem novos desafios para o Brasil em termos de acolhimento direitos humanos e políticas públicas de acolhida, por outro, o aumento considerável de brasileiros vivendo fora do Brasil, também apresenta desafios para o governo brasileiro e para a pesquisa em âmbito acadêmico.

Em relatório elaborado pelo Organização Internacional para as Migrações (OMI)<sup>31</sup>, a emigração de brasileiros para o exterior, nos últimos 50 anos, é dividida em quatro blocos temporais a partir de 1980. Apresento, brevemente, o panorama da emigração brasileira utilizando tal recorte como referência.

#### 4.1.1. Primeira fase: 1980 a 1989

O período anterior à década de 1980 demarca o Brasil como país de destino, isto é, o que recebe imigrantes. A situação política, estagnação econômica e desemprego (Regime Militar e o fracasso do “milagre econômico”), somados ao aumento da oferta de transportes e circulação de informações, são atribuídos como importantes influências para o aumento dos fluxos migratórios de brasileiros para fora do país. Apesar dos primeiros casos de emigração, na década de 1970, com a mudança de brasileiros para o Paraguai, incentivados pelo governo paraguaio (os chamados “brasiguaios”, que partiram em busca de terras), é somente a partir de 1980 que a emigração desperta a atenção do Estado brasileiro (Sprandel, 2010).

Ainda, sobre a emigração, a partir dos anos 1980, há enormes disparidades entre as estimativas do antigo Departamento de Aviação Civil (DAC), segundo o qual quatro mil pessoas saíram do Brasil sem retornar ao país, e os dados apresentados por Firmeza (2007), no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Emigração, de 2006, onde consta que saíram do Brasil, no período entre 1985 e 1987, cerca de 1,2 milhão de brasileiros (Firmeza, 2007). Reafirmando a mudança no perfil migratório brasileiro, o relatório do *World Economic and Social Survey*, apresentado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2004, aponta que o Brasil passou a ser classificado como “país de emigração”, devido aos saldos migratórios constantemente negativos, a partir de 1980 (ONU, 2004, p. 36).

As políticas públicas para os emigrantes, em sua maioria provenientes das classes médias urbanas, eram escassas. No entanto, a contribuição financeira dos emigrantes, para o Brasil, a partir de transferência de remessas<sup>32</sup>, a sua participação política (como no caso dos exilados no regime militar) e a publicização de casos de discriminação contra brasileiros no exterior, começam a chamar a atenção do Estado Brasileiro para o fenômeno.

---

<sup>31</sup> Organização Internacional para as Migrações (OIM). Brasil Empoderando Diáspora. 2021.

<sup>32</sup> As remessas de um país são rendimentos transferidos pelos trabalhadores que nele residem para as suas famílias residentes noutro país.

Os relatórios consulares, por exemplo, apontam, a partir dos anos 1980, o aumento de solicitações de serviços cartoriais e de assistência jurídica a brasileiros, no exterior, para tratar de diversos assuntos nos países de destino.

Outro fato relevante é a sanção da Lei nº 6.815, em 1980, conhecida como “Estatuto do Estrangeiro”. Elaborada durante a ditadura militar e no contexto da Guerra Fria, desconsiderava o Brasil como um emissor de migrantes. Portanto, foi sancionada já em defasagem com a realidade migratória brasileira da época. O enfoque era na questão da segurança nacional, em detrimento de temáticas, tais como direitos humanos, civis ou, até mesmo, de desenvolvimento econômico. Apesar disso, sua herança positiva foi a criação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que, posteriormente, tem relevante atuação junto aos brasileiros no exterior. Somente em 2017, o Estatuto foi substituído pela Lei nº 13.445, conhecida como “Nova Lei de Migração”. Para complementar a visão depreciativa sobre a migração, a própria Constituição Brasileira, de 1988, apesar de seus avanços em relação à garantia de direitos civis, previa que a “aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira derivada era fator determinante para a perda da nacionalidade brasileira (artigo 12)” (OIM, 2021, p.27). Tal medida só foi suspensa em 1994.

Na esfera da educação, importa salientar os investimentos na formação de pesquisadores no exterior pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desde o seu surgimento, em 1951, e com a implantação da pós-graduação no país, em 1965. O envio de pesquisadores para o exterior foi bastante estimulado neste contexto. Até 1985, 40% dos doutorados foram realizados no exterior (Vargas, 2017, p.27).

Outros aspectos relevantes, dessa década, são o surgimento dos pequenos negócios informais de brasileiros no exterior (como a importação de produtos brasileiros e as prestações de serviços técnicos), de jornais destinados a brasileiros (trocas de informações locais e referentes ao Brasil publicados em língua portuguesa), e das primeiras formações de comunidades brasileiras no exterior. Apesar do pouco conhecimento sobre os grupos de brasileiros dessa época, sabe-se que eram grupos auto-organizados que forneciam uma rede de apoio para brasileiros fora do país e ajuda em assuntos como: moradia, busca por trabalho, adaptação cultural, apresentação do território, além dos vínculos “transnacionais identitários e afetivos” (Escudero, 2007).

#### 4.1.2. Segunda fase: 1990 a 1999

Desde os anos de 1990, a temática da emigração entrou na agenda brasileira para ficar, segundo Brum (2018, p. 68). As estimativas da OIM (2021b) apontam que, em 1990, eram 491,4 mil brasileiros migrantes; já em 1995, há um salto para 730,5 mil, demonstrando que o brasileiro passou a ser um “migrante global” (Gradilone, 2009, p. 3). Relatórios sobre o tema atribuem como causas desse cenário desde os avanços das TICs, passando pela crescente violência das grandes cidades brasileiras, até questões culturais, como o alto número de descendentes de imigrantes no Brasil (portugueses, italianos, espanhóis e japoneses, os chamados *dekasseguis*).

A situação econômica e política, do Brasil, nesta década, também deve ser levada em conta. A implantação do Plano Real contribuiu para um cenário de estabilidade política e econômica, possibilitando que o Brasil entrasse na economia global e de negócios transnacionais (o Mercosul é um exemplo disso). Também chama a atenção o aumento da emigração de mulheres, se comparada à década anterior (MILANEZ, 2013, p.72).

A atuação dos organismos internacionais reforça a temática migratória (tal como as Nações Unidas e OEA) (OIM, 2021). Alguns marcos importantes são: a publicação da Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros das suas famílias pela ONU, em 1990, e a criação de uma relatoria, com o objetivo de apresentar recomendações aos membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1996. Somado a isso, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD) foi o primeiro encontro de dimensões globais que abordava diversos assuntos, incluindo questões migratórias (Firmeza, 2007).

Políticas restritivas, dos Estados Unidos e Europa, como a adesão de Portugal ao Tratado de Schengen – acordo entre países europeus sobre uma política de abertura de fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países participantes – e a promulgação de uma Nova Lei de Estrangeiros, em 1992, culminaram nas deportações de brasileiros, em 1993. Em 1995, após o atentado com a bomba de Oklahoma, nos Estados Unidos<sup>33</sup>, desencadeou uma visão negativada imigração, associando migrantes e terrorismo.

---

<sup>33</sup> 19 de abril de 1995: 168 mortos e mais de 500 feridos no atentado de Oklahoma City, pelo qual Timothy McVeigh, um veterano da Guerra do Golfo e simpatizante da milícia americana, foi condenado à morte em 1997 por detonar um carro-bomba em frente ao edifício federal Alfred P. Murrah.

No que se refere às políticas públicas e políticas migratórias brasileiras, a permissão da aquisição da dupla cidadania, em 1994, foi aprovada pelo parlamento, sob o argumento da importância da manutenção do vínculo do Estado brasileiro com os seus cidadãos emigrados (Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994).

No entanto, a emenda desconsiderou a necessidade de registro dos filhos de brasileiros nascidos no exterior, gerando os “brasileirinhos apátridas”, problema solucionado em 2007. Dentre os fatores motivadores das políticas públicas pelo Estado brasileiro, podemos ressaltar o aumento considerável de remessas dos brasileiros no exterior (US\$ 1,8 bilhão, em 1992, e US\$ 3,3 bilhões, em 1995) (USHIJIMA, 2012, p. 107) Os momentos de alta de remessas, para o Brasil, coincidem com o incremento de ações do Estado Brasileiro para os emigrantes. Neste sentido, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) reformula suas diretrizes sobre “diplomacia consular”, para atender às necessidades dos brasileiros fora do país. Dentre as ações do MRE, vale destacar o levantamento das populações brasileiras no exterior, realizado em 1992, a criação do Programa de Apoio aos Brasileiros no Exterior, em 1995, a implantação de uma central de atendimento para atender chamadas de brasileiros ao redor do mundo – Núcleo de Assistência a Brasileiros (NAB) – e o lançamento dos “Consulados Itinerantes”, para atender brasileiros que viviam longe dos consulados (OIM, 2021, p.28). Ademais, os brasileiros no exterior caminharam na estruturação e formalização de grupos e coletivos, através da formação de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Inicia-se uma aproximação com os consulados para a realização de eventos culturais e, dessa forma, uma tímida aproximação, entre a comunidade brasileira no exterior com o MRE.

#### *4.1.3. Terceira fase: 2000 a 2009*

A estabilidade do Brasil, a partir dos anos 2000, com a consolidação da democracia, nos governos Fernando Henrique Cardoso (1994–2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), leva a uma fase de crescimento econômico, de modo que o país chega a um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 4,143 trilhões, ocupando a sexta posição dentre as maiores economias do mundo, em 2011. Também é nessa década, que o recorde de remessas financeiras, vindas do exterior, foi registrado: US\$ 3,6 bilhões, em 2004, e US\$ 5,1 bilhões, em 2008.

Segundo estimativas do OIM, em 2000, 940 mil brasileiros viviam no exterior e, em 2005, o número se ampliou para 1,2 milhão.

Os dados consulares do MRE, entretanto, registravam um número ainda maior de brasileiros no exterior, 1.964.498, em 2002, e 3.044.762, em 2007. As disparidades entre as estimativas são ainda maiores se considerado os brasileiros com situação administrativa irregular (cerca de 40% do total de brasileiros nos Estados Unidos). O próprio MRE estimou que, se considerado os migrantes indocumentados, poderia haver mais de quatro milhões de brasileiros no exterior. É relevante apontar que, nesse período, o número de migrantes homens e mulheres praticamente se iguala. Em 2000, eram 294 mil emigrantes homens e 256 mil mulheres (Milanez, 2013, p. 72).

No que diz respeito às políticas públicas, voltadas para emigrantes, o MRE criou, em 2004, por meio do Decreto nº 5.032, a Subsecretaria de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), que passou a ser denominada Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEC). em 2007, por meio do Decreto nº 7.979. Importa citar a organização de duas Conferências das Comunidades Brasileiras no Exterior (em 2008 e 2009), realizadas no Rio de Janeiro. O encontro contou com a contribuição das comunidades brasileiras fora do país, pesquisadores da temática e representantes do MRE. Foram discutidas propostas para as áreas de Saúde, Trabalho e Previdência Social, Educação, Cultura e assuntos jurídicos e consulares (OIM, 2021, p. 34).

Como já referido acima, a comunidade brasileira se organizou para cobrar soluções sobre o registro de filhos de brasileiros no exterior (Movimento Brasileirinhos/Brasileirinhos Apátridas). O movimento, iniciado por brasileiros na Suíça, contou com apoio de brasileiros, em Washington (Estados Unidos), Telavive (Israel), Zurich (Suíça), Paris (França), Londres (Inglaterra) e Nagoia (Japão) (SPRANDEL, 2010). Em 2007, a Emenda nº 54, resolveu esse problema, autorizando, inclusive, o registro retroativo, desde 1994 (a partir da autorização da dupla cidadania). Nesta década, nota-se, ainda, mais a formalização e organização das comunidades brasileiras. Em 2009, havia “356 associações e organizações de brasileiros em 45 países, além de 216 veículos de mídia a eles dirigidos” (REIS, 2011, p.49). Os produtos da auto-organização são documentos como a Carta de Boston (2005), Documento de Bruxelas (2007) e Documento de Barcelona (2009), que sinalizam para as necessidades dos emigrantes e sugerem ações para a melhoria de vida destes (OIM, 2021, p.35).

No cenário internacional, o assassinato de Jean Charles de Menezes, em 2005, na Inglaterra, simbolizou a vulnerabilidade e discriminação vividas, por brasileiros, no exterior.

Outros eventos que expuseram o preconceito contra os emigrantes brasileiros foi a “crise dos inadmitidos” (retenção de brasileiros em aeroportos espanhóis, em 2008) e o aumento do número de deportações de brasileiros pelos Estados Unidos. Esta situação foi agravada após o fatídico dia 11 de setembro de 2001.

No contexto de aumento da hostilidade aos emigrantes, as organizações internacionais têm um papel relevante no debate sobre o tema e na proposição de ações e diretrizes sobre Direitos Humanos. Muitos são os debates nos diversos órgãos da ONU, tais como: OIM, Alto Comissariado para Direitos Humanos (OHCHR), Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Alto Comissariado para Refugiados (UNHCR), dentre outros. O Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio (OMC) também exercem influência sobre as questões migratórias.

Internamente, ações intragovernamentais marcam o diálogo sobre temas diversos relativos a migrações. A título de exemplo, temos a Iniciativa de Berna, lançada em 2001, a Comissão Global sobre Migrações Internacionais, que atuou entre 2003 e 2005, e o Diálogo Internacional de Alto Nível sobre Migração e Desenvolvimento, realizado em 2006 (Firmeza, 2007, p. 41).

#### 4.1.4. Quarta fase: 2010 a 2021

Este quarto momento é marcado pela recessão econômica, desde 2015, e a crise política, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, do cargo de presidente da república do Brasil. Na esfera internacional, os mecanismos de controle nas fronteiras impõem um conjunto de barreiras para a livre circulação de pessoas. A estimativa da OIM era de 272 milhões de migrantes internacionais, em 2019. Ainda segundo os mesmos dados, o Brasil era o segundo país com maior número de emigrantes fora da América Latina: 1,5 milhão (OIM, 2021b).

Algumas das importantes realizações, no campo das políticas públicas, foram a criação de um Plano Diretor de Reforma Consular, em 2010, e a implantação do E-consular (sistema virtual que unificava serviços consulares do Brasil no exterior). Um marcador oficial importante da inclusão dos emigrantes nas orientações da diplomacia consular brasileira foi o Decreto nº 7.214, de 2010, 30 anos após o primeiro fluxo migratório de brasileiros para o exterior, que alinhava diretrizes da política brasileira para as comunidades de brasileiros no exterior. A Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior também foi realizada em 2013, 2016 e 2018.

Dentre todas as ações, uma das mais relevantes para a temática da migração foi a aprovação da Nova Lei de Imigração (Lei nº 13.445), em 2017, no governo de Michel Temer. Esta substituiu o Estatuto do Estrangeiro. A nova lei apresenta uma importante mudança de perspectiva do Estado brasileiro sobre as migrações, voltando-se mais para a questão dos Direitos Humanos. A definição de emigrante, segundo a lei, é o “brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior”. Também garante a “proteção ao brasileiro, no exterior, e a prestação de assistência consular, por meio de representantes do Brasil, no exterior, em áreas como trabalho, educação, saúde, previdência e cultura”. Outros pontos que a lei toca são a “promoção de estudos e pesquisas sobre os emigrantes e as comunidades de brasileiros no exterior, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas” (Amaral; Costa; Allgayer, 2017, p. 259-259).

Outra ação relevante foi a inclusão de um bloco de perguntas, no censo demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para conhecer o perfil do brasileiro emigrado. Dos 491.645 respondentes, a maior parte eram mulheres, 264.695 (contra 226.548 homens), da região Sudeste (49%) e estavam na faixa etária entre 20 e 34 anos (60%) (IBGE, 2010).

As comunidades de brasileiros, no exterior, intensificaram seus trabalhos comunitários em diversas áreas. Um exemplo disso é a Rede de Apoio às Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica na Europa, criada em 2012. A rede reúne advogadas e psicólogas que oferecem assistência às mulheres vítimas de violência doméstica/gênero e as mães da comunidade brasileira que disputam a guarda de menores na União Europeia. Iniciativa semelhante é o caso do Espaço da Mulher Brasileira no Consulado-Geral, em Boston, parceria entre o MRE e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (MRE, 2021b, p. 45-46).

Outro aspecto interessante foi a quantidade de brasileiros que votaram do exterior, nas eleições de 2018 (500.727 eleitores brasileiros), número recorde de registros. Na área acadêmica, dentre inúmeros grupos de pesquisa sobre o tema da migração registrados no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), ressalto a criação do OBMigra (parceria entre Universidade de Brasília (UnB), Ministério do Trabalho e CNIg) que vem possibilitando a expansão de conhecimento sobre que os fluxos migratórios internacionais relacionados ao Brasil. Por fim, um marco importante da internacionalização da educação superior no Brasil foi o programa Ciência Sem Fronteira, lançado em 2011 e descontinuado em 2017, o qual enviou bolsistas brasileiros para Estados Unidos (27,8 mil), Reino Unido (10,7 mil), Canadá (7,3 mil), França (7,2 mil) e Austrália (7 mil) (Marques, 2017).

A pandemia do COVID-19, a partir de março de 2020, atingiu todos os países do mundo. O fechamento das fronteiras, praticamente, levou a zero a chegada de novos brasileiros no exterior.

“Até então, o país registrava a 13ª posição entre os 50 países do mundo que mais enviavam pessoas aos 36 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os principais destinos foram Estados Unidos, Portugal, Itália e Japão. Chama a atenção no estudo a alta crescente de pedidos de asilo feitos por brasileiros nos Estados Unidos. Em 2009, eram 175 registros; em 2014, passou a 492; em 2015, subiu para 983; em 2016, ficou em 1.454; em 2017, cresceu para 2.625; e, em 2018, atingiu a marca de 2.282 pedidos (OCDE, 2020).

Na União Europeia, as solicitações de asilo por brasileiros em 2020 subiram 5% (total de 125 solicitações), ao contrário do recuo de 31% verificado no total do ano. Entre 2018 e dezembro de 2020, eram 1.580 casos pendentes (EASO, 2021)” (OIM, 2021. p.49).

A Tabela 1 mostra o número (estimado) de brasileiros por continente/região em 2020:

**Tabela 1 - Quantidade de Brasileiros por Continente/Região (2020)**

Região	Número de brasileiros(Estimado)	%
ÁFRICA	26.506	0,63
AMÉRICA CENTRAL E CARIBE	9.681	0,23
AMÉRICA DO NORTE	1.941.950	46,06
AMÉRICA DO SUL	587.737	13,99
ÁSIA	227.864	5,41
EUROPA	1.300.545	30,85
OCEANIA	63.273	1,50
ORIENTE MÉDIO	56.264	1,33
TOTAL	4.215.800	100%

Fonte: (OIM, 2021, p. 13) (Elaborado pela autora).

#### 4.2. O contexto migratório australiano

A “ensolarada Austrália”, como é apresentada pelas revistas das agências de intercâmbio, fica localizada na Oceania. O país chama atenção por suas dimensões territoriais<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> A extensão territorial da Austrália é de 7.688.000 km<sup>2</sup>, 6º maior do mundo. Entretanto, o centro e oeste são áreas consideradas desérticas, o que corresponde a 20% do país. A densidade demográfica de 3,4 habitantes/km<sup>2</sup>, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,944. PIB de 1,61 trilhão de dólares, é a 13ª maior economia do mundo.

Considerado um país populoso, 25.788.000, mas também uma região pouco povoada. De seus cidadãos, 28,2% nasceram no estrangeiro, sendo as maiores ancestralidades a inglesa (33%), a australiana (29,9%), a irlandesa (9,5%), a escocesa (8,6%) e a chinesa (5,5%) (Parliament of Australia, 2017).

**Figura 3 - Mapa da Austrália**



Fonte: Agência *Hello Austrália*.

**Figura 4 - Curiosidades**

## Curiosidades

**CAPITAL:** Camberra  
**CIDADE MAIS POPULOSA:** Sydney  
**IDIOMA OFICIAL:** Inglês  
**MOEDA:** Dólar australiano (AUD)  
**POPULAÇÃO:** 23 milhões de habitantes  
**SISTEMA POLÍTICO:** Monarquia constitucional e democracia federal parlamentar  
**RELIGIÃO PREDOMINANTE:** Cristianismo

Fonte: Agência *Hello Austrália*.

De acordo com relatório do parlamento australiano (2017), a Austrália é reconhecida como uma das principais "nações de imigração" globalmente, ao lado da Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos. Desde 1945, quando foi estabelecido o primeiro portfólio federal de imigração, mais de 7,5 milhões de pessoas escolheram estabelecer-se no país.

Os migrantes permanentes ingressam na Austrália por meio de dois programas distintos: o Programa de Migração para migrantes qualificados e familiares, e o Programa Humanitário para refugiados e indivíduos em situações análogas às de refugiados. Anualmente, o governo australiano aloca cotas para pessoas que desejam migrar, permanentemente, para o país sob esses programas. Até recentemente, o Reino Unido era consistentemente o principal país de origem da migração permanente para a Austrália. No entanto, pela primeira vez, entre 2010 e 2011, a China ultrapassou o Reino Unido como a principal fonte de migrantes permanentes da Austrália. Desde então, China e Índia continuam a liderar, em termos de números de migrantes permanentes. Cidadãos da Nova Zelândia também têm uma entrada significativa, embora não sejam contados no Programa de Migração da Austrália, a menos que solicitem e recebam um visto permanente.

Uma mudança marcante nas dinâmicas de migração para a Austrália, desde o final da década de 1990, foi o aumento da migração temporária. O ganho líquido da migração temporária de longo prazo superou o da migração permanente em 1999 e 2000, e houve um recorde de entradas temporárias em 2000-2001. Muitos desses entrantes chegaram com vistos de estudante ou de trabalho temporário (qualificado) (subclasse 457). Ao contrário do Programa de Migração permanente, o nível de migração temporária para a Austrália não é determinado por cotas ou limites governamentais, mas é impulsionado pela demanda.

A política migratória, na Austrália<sup>35</sup>, não apenas representa uma estratégia governamental para controlar a entrada de estrangeiros no país, mas também se revela como uma indústria lucrativa. Conforme uma reportagem veiculada no *The Sydney Morning Herald*, em 17 de abril de 2018, os migrantes permanentes qualificados contribuem significativamente para a economia, gerando um lucro substancial de \$ 6.9 bilhões para o governo federal australiano, ao longo de suas vidas. Paralelamente, os migrantes temporários qualificados agregam \$ 3.9 bilhões em lucro, enquanto as migrações familiares contribuem com \$ 1.6 bilhões.

Adicionalmente, de maneira geral, observa-se que os migrantes utilizam menos serviços governamentais, em comparação com o montante que contribuem em impostos. Essa dinâmica persiste, mesmo quando se leva em consideração os gastos relacionados aos seus anos finais de vida.

---

<sup>35</sup> Desde 1992, o governo australiano estabeleceu a política de detenção obrigatória de todos os migrantes indocumentados, o governo australiano também procurou cada vez mais terceirizar, privatizar e *offshore* a construção e operação de suas instalações de detenção de imigrantes. Um conhecido exemplo dessa política é o centro de detenção de migrantes em Nauru (*Australia's sole offshore processing centre*).

Esses dados ressaltam não apenas a importância da migração para a economia, mas também a natureza sustentável do sistema, onde os benefícios financeiros para o governo superam os custos associados ao suporte prestado aos migrantes (Martin, 2018)<sup>36</sup>.

‘Embora as flutuações nos locais de migração permanente sejam significativas, sem dúvida a maior mudança nos padrões de imigração para a Austrália na última década foi o crescimento da migração temporária de longo prazo. Os migrantes temporários não fazem parte do Programa de Migração, no entanto, a migração temporária está a tornar-se cada vez mais o primeiro passo para a fixação permanente na Austrália para muitas pessoas. Em 2008-09, por exemplo, mais de um terço do Programa de Migração era composto por pessoas que obtiveram residência permanente após a entrada inicial na Austrália numa base temporária.’ A migração temporária para a Austrália cresceu exponencialmente nas últimas duas décadas. (...) As maiores categorias de migrantes temporários que vieram para a Austrália nos últimos anos foram estudantes internacionais e migrantes qualificados temporários, em particular aqueles que chegam com um visto (subclasse 457) de negócios temporários (estadia de longa duração)’. (tradução minha)

Segundo o Departamento de Relações Exteriores e Comércio (DFAT) da Austrália, as relações diplomáticas entre a Austrália e o Brasil datam de 1945. No ano seguinte, o Brasil enviou representantes para Canberra, a capital australiana, enquanto a Austrália estabeleceu sua primeira embaixada na América Latina, situada no Rio de Janeiro. Atualmente, o Brasil mantém uma embaixada em Canberra, um consulado-geral em Sidney e representações consulares em Adelaide, Brisbane, Darwin, Hobart, Melbourne e Perth.

Dentro das áreas de interesse para acordos bilaterais, a Austrália destaca a agricultura e a educação. A criação pelo governo australiano do Conselho de Relações Austrália-Latino América (COALAR), em 2001, foi uma iniciativa direcionada para fortalecer as relações entre os dois países, especialmente nos setores de educação, sustentabilidade, turismo e promoção cultural<sup>37</sup> (Esposito; Abbott; Tran, 2022).

Ademais, merecem destaque os acordos bilaterais entre o Brasil e a Austrália, indicando uma continuidade no fluxo migratório entre ambos os países. Em junho de 2022, o embaixador brasileiro na Austrália, Mauricio Carvalho Lyrio, realizou visitas às cidades de Sydney e Melbourne com o propósito de entender as necessidades da comunidade brasileira.

---

<sup>36</sup> Há uma extensa produção de artigos nas universidades australianas sobre o tema migração e neoliberalismo na Austrália. Algumas referências são SARIAN, E. Rethinking Neo/liberalism and the Australian Citizenship Test: A History of Regulating Difference. *Cultural Studies Review*, 24:1, 119-136. 2018. SMITH, Cameron. Authoritarian neoliberalism’ and the Australian border-industrial complex. *Sage Journal*. Volume 23, Issue 2. October 15, 2018.

<sup>37</sup> Para uma análise detalhada de acordos e fluxos migratórios entre América-Latina e Austrália ver: Esposito; Abbott; Tran: 2019.

Uma dessas demandas está relacionada ao *Work Holiday Visa*, popularmente conhecido como visto dos mochileiros/*backpackers*, que foi assinado em abril de 2022. Este visto possibilita a entrada de jovens brasileiros (entre 18 e 31 anos), na Austrália, para trabalhar e viajar, durante um período de um ano (SBS, 2022).

#### 4.2.1. Políticas de educação na Austrália e a atração de estudantes internacionais

A educação internacional é um ramo de negócios com importância central no mercado australiano, referida como a terceira maior indústria do país. Nos anos de 2018 e 2019, 720.150 estudantes internacionais estavam matriculados em diversos centros educacionais da Austrália. Nesse mesmo intervalo, o setor de educação internacional contribuiu com 37,6 bilhões de dólares australianos para a economia nacional e resultou na geração de 240.000 postos de trabalho diretos (Qi e Cheng, 2021).

Um breve panorama das reformas na política educacional de ensino superior na Austrália, nas décadas de 1980 e 1990, ajuda a elucidar o projeto político-econômico voltado para atrair estudantes internacionais para o país. Em 1989, John Dawkins, na época ministro do Departamento de Emprego, Treinamento e Educação, apresentou um documento com orientações para o ensino superior, destacando a meta de aumentar o número de profissionais qualificados, por meio do ensino universitário. A proposta visava elevar a matrícula no ensino superior de 340.000 para 625.000, até o ano 2000. Paralelamente, o mesmo documento e políticas subsequentes confirmaram uma considerável redução nos fundos federais destinados ao ensino superior. Este documento previa um *déficit* de financiamento na educação superior, estimando valores entre 900 milhões e 1.2 bilhões, em 2001 (Qi e Cheng, 2021). As reformas confirmam a estratégia política do governo de reduzir os fundos públicos para o ensino superior de 80%, em 1988, para 40%, em 2019.

A diminuição do financiamento público colocou pressão nas universidades australianas para gerarem seus próprios recursos, incluindo mensalidades e a admissão de estudantes internacionais. Foi precisamente esse processo que contribuiu para a consolidação do mercado de exportação de serviços de ensino superior na Austrália (Harman, 2006). Assim, desde então, há um estímulo à entrada de estudantes internacionais no país, impulsionado pela colaboração entre agências de intercâmbio, instituições educacionais e políticas de apoio à migração temporária.

Em 1990, o governo federal da Austrália instituiu o pagamento integral de mensalidade para todos os estudantes internacionais no ensino superior. Em 1998, uma revisão nas políticas de educação foi conduzida por Roderick West, a pedido do governo Howard, focando em questões de financiamento do ensino superior. As recomendações de West firmaram ainda mais o caminho de financiamento privado como solução financeira para as instituições de educação superior (Harman, 2006). Desde os anos 2000, com o aumento das matrículas de estudantes domésticos e a contínua redução dos fundos federais, as mensalidades pagas pelos estudantes internacionais são cada vez mais essenciais para a manutenção das instituições de ensino superior australianas. Em 2019, foram \$10 bilhões de dólares australianos em mensalidades, gerando um lucro de \$2,3 bilhões de dólares australianos para o setor. De acordo com ABS (2020), mais da metade do investimento da Austrália em pesquisa e desenvolvimento é coberto por mensalidades dos estudantes internacionais.

O setor conhecido como *English Language Intensive Courses for Overseas Students (ELICOS)* também tem um papel importante na exportação do serviço de educação pela Austrália. Segundo a organização *English Australia*, em 2017, eram 177.697 estudantes matriculados em cursos da categoria ELICOS. O público-alvo de tais cursos é, exclusivamente, formado por estudantes internacionais, grande parte deles vindos da China, Colômbia, Brasil, Tailândia e Japão (ABC, 2021). Ainda segundo tais dados, a maior parte dos matriculados eram migrantes em vistos temporários, sendo 68% no visto de estudante, 21% no visto de visitante e 11% em outros vistos.

A compreensão de tal contexto nos ajuda a visualizar a função dos estudantes internacionais na sustentação do ensino e do mercado de educação australiano. Tal papel está, diretamente, relacionado às decisões políticas a nível federal, reafirmadas ao longo de diversos governos, e inseridas numa proposta de privatização (ainda que parcial) das instituições de ensino australianas (Qi e Cheng, 2021).

#### 4.2.2. *Migração temporária, mercado de trabalho e políticas neoliberais*

Embora seja reconhecida como uma nação cosmopolita e permeada por diversas ondas migratórias, a Austrália tem apresentado nos últimos anos uma dualidade notável. Isso se deve ao fato de o país também ser reconhecido pela sua abordagem rigorosa em relação às políticas migratórias, especialmente no acolhimento de refugiados que chegam por meio de embarcações, desprovidos de documentação formal.

Scott Morrison foi eleito primeiro-ministro em 2018, permanecendo no cargo até 2022, quando foi derrotado pelo candidato Anthony Albanese, do Partido Trabalhista (Labor Party), na eleição pós-pandemia de 2022. Uma das marcas de Morrison, ex-ministro da migração, conhecido por sua postura conservadora sobre o tema, foi a criminalização da migração indocumentada, a perseguição aos solicitantes de asilo políticos e o apoio a políticas de caráter nacionalista.

Inúmeras denúncias veiculadas tanto na mídia quanto em organizações de direitos humanos têm abordado as condições das detenções de refugiados em ilhas próximas à Austrália, destacando preocupações relacionadas à saúde mental, tratamento desumano e à demora do governo australiano em responder aos pedidos de residência. O rigor no que diz respeito à concessão de vistos de permanente residência, caminha lado a lado com os programas conhecidos como TFW. A migração temporária resolveria, provisoriamente, questões relativas à falta de mão de obra em áreas como serviços (*hospitality*/Turismo), agricultura (*pick packers*) e também em áreas de maior qualificação. John Walsh (2014) estuda o caso da Austrália e do Canadá, e descreve o que ele denomina como “demandas incongruentes”: a necessidade de mão de obra por países desenvolvidos e o contraste com a percepção popular local da imigração como ameaça à segurança nacional e o receio de sobrecarga do estado.

A opção por dar preferência à aprovação de vistos temporários com direitos de trabalho limitados, ao mesmo tempo em que torna mais difícil a concessão de vistos permanentes que conduzem à cidadania, indica uma decisão política que busca abordar as preocupações relacionadas à disponibilidade de mão de obra, evitando descontentamento entre grupos políticos conservadores e eleitores cautelosos (ver Apêndice B).

No contexto da Austrália, os programas de TFW foram implementados durante o governo do primeiro-ministro do Partido Liberal, John Howard. A coalizão de direita liberal-nacional governou a Austrália entre os anos 2013 e 2022, mantendo a estratégia sobre TFW e o rigor nas políticas migratórias para aprovação de permanente residência. A promoção da imigração temporária, através de um conjunto de vistos, incluindo os vistos de estudante, funcionaria como um mecanismo de regulação do mercado de trabalho dentro de um contexto de transnacionalização do trabalho e de proteção do território nacional. Portanto:

“em resposta a essas demandas incongruentes, muitos países têm concebido ‘regimes de mobilidades’ para facilitar o fluxo e povoação de viajantes priorizados (privilegiados), enquanto limita o movimento e a incorporação daqueles considerados como não merecedores de cidadania e pertencimento.” (Walsh, p.585, 2014, tradução minha).

Conforme observado por Walsh, as políticas de controle migratório adotadas, a partir de meados da década de 1990, notavelmente representadas por sistemas de pontuação em países como Austrália e Canadá, têm como objetivo selecionar migrantes altamente qualificados, enquanto restringem as migrações humanitárias e de indivíduos considerados menos qualificados. Aspectos como idade, habilidades e nível educacional são utilizados como critérios primários na seleção para vistos permanentes, relegando à condição de vistos temporários aos que não se enquadram nessas categorias.

Segundo Anna K. Boucher e Justin Gest (2018):

“em 1986, à medida que o mundo se voltava para um modelo mais liberal de seleção de imigração, o sociólogo Stephen Castles declarou que o modelo de trabalhador temporário da Europa pós-guerra estava "morto". No entanto, mais recentemente, ele argumentou que a migração temporária de mão de obra está novamente em ascensão, possivelmente conduzindo a um novo sistema de trabalhadores temporários na era moderna (Castles 2006). Em muitos países, a imigração temporária de mão de obra é a principal forma de imigração econômica”. (p. 94. Tradução minha)

Ainda, de acordo com Walsh (2014), os programas de TFW, embora regulamentem a atividade laboral, não eliminam a disparidade no acesso a direitos entre cidadãos e não-cidadãos. A vulnerabilidade resultante das restrições no mercado de trabalho e da exclusão social supera os benefícios oferecidos pelos programas TFW.

Para Walsh, a solução reside em investir em proteções legais consistentes, oportunidades de ascensão social e obtenção de residência permanente. Portanto, a imposição de direitos desiguais no mercado de trabalho evidencia que a cidadania estratifica e divide a força de trabalho em diferentes "estratos de linhagem" (Walsh, 2014, p. 599).

### **4.3. Mobilidades migratórias de brasileiros (as) para a Austrália**

Em 2007, George Torquato Firmeza, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, afirmou que:

“(..) o pouco que se conhece do perfil das comunidades brasileiras advém de registros consulares, relatórios de gestão e análises diversas enviadas pelos postos, além de eventuais estudos acadêmicos e artigos de imprensa. De modo geral, sabe-se hoje que, com exceção dos trabalhadores agrícolas e dos garimpeiros em regiões fronteiriças da América do Sul, os brasileiros que partiram no bojo dessas grandes migrações iniciadas nos anos 1980 não provinham das camadas de mais baixa renda da população. Eram majoritariamente egressos das classes médias urbanas. Em termos geográficos, as comunidades estão dispersas pelo Mundo. Já começam a consolidar-se, por exemplo, núcleos de concentração de brasileiros na Oceania, com estimados 5 mil brasileiros na Austrália e 3 mil na Nova Zelândia”. (2007, p.191).

Um fator central de motivação da pesquisa é a mudança na história dos fluxos migratórios de brasileiros(as) para a Austrália desde o início dos anos 2000. De acordo com dados do censo, em 1901, havia menos de 100 brasileiros na Austrália. Nas décadas de 1960 e 1970, houve uma onda migratória de trabalhadores estimulada pelo governo australiano. Na década de 1980, no fim da ditadura militar, um número significativo de brasileiros migrou através do programa humanitário australiano. O perfil migratório até então era de pessoas de classe social baixa e baixo nível de escolaridade. Essa tendência vem se modificando desde os anos 2000.

Em 2016, eram 27.630 brasileiros vivendo na Austrália, sendo 53,3% mulheres, com média etária de 32 anos e curso superior. 44,6% estavam localizados no estado de New South Wales (NSW), destes, 80,4% estavam inseridos no mercado de trabalho (Department of Home Affairs, 2016). Se comparado ao censo de 2011, os dados de 2016 mostram um aumento de 90,4% no número de brasileiros (as) vivendo na Austrália (Australian Bureau of Statistics, 2022).

Os dados do censo australiano de 2021 mostram o seguinte perfil do(a) migrante brasileiro(a) na Austrália<sup>38</sup>: a maioria chegou ao país a partir dos anos 2000, sendo que a porcentagem mais alta, 23,898 (51,2%), chegou entre 2016 e 2021, seguido por 9,347 (20%), entre 2011 e 2015, e 9,416 (20%), entre 2001 e 2010. A média de idade é de 35 anos. Da população total de brasileiros(as), 61,5% possuem bacharelado ou acima. As mulheres constituem a maior parcela, 53,7% (contra 46,3% de homens), sendo que, do total dos(as) migrantes, 68% não possuem cidadania australiana. Sobre o domínio do idioma, 79,9% declararam falar inglês “bem ou muito bem”. Já no quesito religião, 42,7% se declaram católicos, enquanto 34,7% não tem religião.

No que diz respeito ao estado civil, considerando pessoas maiores de 15 anos, a maior parte, 53,9%, se enquadra na categoria ampla de não-casados(as)<sup>39</sup>, enquanto 46,1% são casados(as). Do grupo dos casados(as), 24,8% se casaram com alguém nascido na Austrália, enquanto 75,2% são casados(as) com pessoas nascidas fora da Austrália. Ainda, dos casais, 53% não têm filhos, enquanto 40,7% têm filhos e 5,7% são pais/mães solo (*one parent family*).

O censo ainda mostra que 81,6% estão no mercado de trabalho. Sobre a carga horária de trabalho semanal, 39,9% trabalham entre 35 e 44 horas, enquanto 36,3% trabalham entre uma e 29 horas<sup>40</sup>. 45,3% declaram trabalhar período integral, enquanto 40,2% meio período.

---

<sup>38</sup> Ver detalhes no Anexo A.

<sup>39</sup> Considerando pessoas que nunca se casaram, viúvas, separadas e divorciadas.

<sup>40</sup> É importante ponderar as informações fornecidas sobre carga horário de trabalho, pois pode haver o temor do migrante em informar que trabalha além das horas permitidas por sua categoria de visto (20 horas semanais, no caso dos estudantes).

Com relação às ocupações nos postos de trabalho, 23,1% trabalham como *professionals*<sup>41</sup>, 15,6% trabalham na *Labour Force* (construção, limpeza, dentre outros), 14,9% trabalham com serviços comunitários e pessoais, e 14% em serviços técnicos. A média salarial por semana é de AUD \$963,00, enquanto a média salarial do australiano é de AUD \$825,00.

Ressalto que a Austrália é o segundo destino de preferência de jovens migrantes brasileiros(as) (28%), perdendo apenas para o Canadá (37%). A Irlanda encontra-se em terceiro lugar (14%) (Infomoney, 2017). Pesquisas realizadas pela Belta (associação de agências de intercâmbio) demonstram que, dentre os critérios de escolha para um intercâmbio, estão: preço do curso, preço da hospedagem, segurança, facilidade de obtenção do visto, cotação da moeda e, principalmente, qualidade de vida no país receptor. Apesar disso, os dados do censo mostram uma média etária dos migrantes de 35 anos, o que sinaliza para uma migração que combina estudo, trabalho e busca por bem-estar.

O Programa Ciências Sem Fronteiras, implementado em 2011, no governo de Dilma Rousseff, contribuiu para o acesso de estudantes brasileiros às universidades estrangeiras. O envio de estudantes para a Austrália é atribuído como um dos motivos para o posterior aumento de estudantes brasileiros em cursos de inglês, segundo Phil Honeywood, CEO da *International Education Association*. As recomendações de estudantes brasileiros de que a Austrália “é um bom país para se estudar”, segundo palavras de Honeywood, exerceu um papel importante de divulgação. Além disso, o mercado de estudantes da América Latina também virou alvo de interesse das instituições de ensino australianas, nos últimos anos.

Portanto, diferentemente dos movimentos migratórios anteriores, uma grande parte da mobilidade que envolve as estudantes internacionais brasileiras para a Austrália a partir dos anos 2000, é organizada e financiada pela própria migrante. Alguns teóricos afirmam que a migração motivada por trabalho ou estudo tende a ser uma experiência mais individualizada (Peixoto, 2019). Apesar de muitas delas não contarem com uma rede de apoio no país, familiares ou amigos(as) próximos(as), é a habilidade de construir essa rede a partir da chegada que fará diferença nos primeiros meses (e anos) do processo migratório.

---

<sup>41</sup> Categoria ampla que inclui (arquitetos, professores, engenheiros, jornalistas, publicitários, profissionais de TI) (Occupation /OCCP) <https://www.abs.gov.au/census/guide-census-data/census-dictionary/2021/variables-topic/income-and-work/occupation-occp>.

#### 4.4. Apresentando as interlocutoras<sup>42</sup>

A seguir apresento uma breve biografia das sete interlocutoras da pesquisa. Em comum, todas se enquadram no seguinte perfil: chegaram na Austrália como viajantes solteiras (não se enquadram na migração familiar); viveram em Sidney em algum momento de sua trajetória; chegaram ao país portando o visto (500) de Estudante Internacional para estudar inglês ou curso técnico (VET); todas são migrantes temporárias de longo prazo vivendo no país há mais de dois anos. As entrevistas foram realizadas entre agosto de 2022 e agosto de 2023. No último contato, realizado em janeiro de 2024, todas continuavam morando na Austrália.

##### 4.4.1. *Mulheres que estabeleceram residência em Sidney em algum momento de sua trajetória*

Partimos de Sidney, como ponto de referência, por ser uma das maiores cidades da Austrália, onde grande parte das brasileiras em visto de estudante são encontradas. Entretanto, migrações internas são frequentes, principalmente entre aquelas com vistos temporários (mudanças de cidades no mesmo estado e interestadual). Um dos motivadores de mudanças são as diferentes legislações migratórias e critérios de aprovação de visto entre as cidades e Estados. As mudanças de cidade são, muitas vezes, uma estratégia de permanência no país. Para as entrevistas foram consideradas mulheres que, em algum momento, entre 2016 e 2023, tenham vivido em Sidney. Isto não significa que essas mulheres não tenham partido de outra cidade ou não tenham se mudado para outra localidade da Austrália.

Se, por um lado, Sidney é uma cidade com melhores oportunidades de trabalho para quem chegou ao país, por outro, tem baixas chances de migração permanente ("*Permanent Residence-PR*"), principalmente se comparada às cidades das regionais australianas as quais oferecem facilidades para quem busca o "PR". Tais movimentos são de interesse da pesquisa.

##### 4.4.2. *Trajetórias migratórias compreendidas entre 2016-2024*

O recorte temporal da pesquisa (de 2016 até janeiro/2024) visa acompanhar as trajetórias de mulheres que chegaram e permaneceram na Austrália sob um mesmo guarda-chuva legal/critérios migratórios semelhantes, uma vez que tais critérios mudam constantemente. Todas as entrevistadas chegaram entre 2016 e 2019.

---

<sup>42</sup> Ver ficha técnica das entrevistas no Apêndice 3 e 4

As trajetórias migratórias de brasileiras que chegaram à Austrália há 20, dez ou cinco anos sofrem influência de contextos políticos e legais distintos. Na presente pesquisa acompanhamos os primeiros 05 anos de suas trajetórias migratórias.

#### 4.4.3. *Mulheres brasileiras que chegaram ao país no Visto de Estudante (500)*

Todas as mulheres entrevistadas chegaram no país em visto de estudante matriculadas em cursos de Inglês ou *Vocational Education and Training* (VET), uma vez que estes são os cursos mais comuns e acessíveis para os estudantes internacionais brasileiros. O recorte pelo Visto de Estudante (500) se justifica por ser o mais comum dentre os aprovados para os brasileiros(as), considerado como a porta de entrada no país.

O foco da pesquisa, portanto, são as migrantes brasileiras que entraram no país com autorização de estudo e trabalho e que optam por permanecer nessa condição. Esclareço que não está no escopo desta pesquisa, estudantes brasileiras que chegaram ao país com bolsas de estudos em universidades ou a partir de programas de financiamento estudantil, já que estas são a minoria.

#### 4.4.4. *Mulheres que tenham chegado na Austrália com o estado civil de solteiras, divorciadas ou separadas (isto é, mulheres não-casadas)*

Não entra no escopo dessa pesquisa a migração em família. As entrevistas foram realizadas com mulheres que chegaram na condição de solteiras (“nunca casadas”), divorciadas ou separadas (isto é, mulheres não-casadas no momento da viagem). O enfoque é na motivação de tais movimentos e no estabelecimento de redes quando se chega ao país na condição solo. Segundo dados do censo australiano, em 2016, no que se refere ao estado civil registrado dos(as) brasileiros(as) na Austrália, 12.015 (45.4%) “Nunca foram casados(as)”. Se forem somados viúvos(as), separados(as) e divorciados(as) totalizavam 54,4% da população brasileira, neste ano. Já em 2021, 19.757 (43.9%) declararam que “Nunca foram casados(as)”, somadas as categorias anteriores, 53,9% se enquadram na categoria ampla de não-casados(as) (ABS, 2021). Entretanto, algumas das entrevistadas se casaram durante o processo migratório. É do interesse da pesquisa acompanhar o impacto da mudança de estado civil no projeto migratório dos sujeitos da pesquisa. Não foi uma seleção prévia, mas, no momento das entrevistas, nenhuma das entrevistadas tinha filhos.

#### 4.4.5. *Mulheres brasileiras que vivem na Austrália há pelo menos dois anos.*

Tal recorte é justificado por dois fatores. O primeiro diz respeito a uma possível mudança de mentalidade entre a “intercambista” (que chega ao país com os estudos pagos e tem planos de permanecer por curto prazo, de três a seis meses) e as intercambistas-migrantes que decidem prolongar sua permanência no país indefinidamente ou permanentemente.

A migrante precisa se adaptar às regras e condições migratórias por médio/longo prazo, acumular recursos financeiros e escolher por percursos que envolvem táticas e estratégias que as possibilitem permanecer no país. Por conseguinte, selecionamos as narrativas de mulheres que passaram, pelo menos uma vez, pelo processo de decisão entre o “ficar” e o “partir”, entre o “renovar ou não o visto” e se decidiram por permanecer na Austrália, em um visto temporário. O que implicaria tal decisão? Como se justifica? Como afeta a (i)mobilidade dessas mulheres? Partimos do pressuposto de que os critérios demandados pela imigração passariam a ter, a partir dessa decisão, uma centralidade em suas vidas. Tal decisão promoveria deslocamentos nas mulheres, uma vez que elas experimentam, de forma singular, as diferentes estruturas de poder e precisa adquirir conhecimento sobre o processo migratório e agir estrategicamente.

Das sete estudantes que diretamente participaram da pesquisa, todas estavam em Sidney, durante a pandemia. Três delas (Júlia, Laura e Ana) conheci durante a crise, trabalhando nos setores de serviços essenciais ou nas residências subsidiadas pelo governo<sup>43</sup>.

- a) **ANA** nasceu no interior da Bahia, em 1994. De família de classe média, foi para São Paulo fazer faculdade. De lá, depois de dois anos graduada, em Jornalismo, decidiu arriscar-se a novas experiências profissionais na Austrália. Para ela, a vontade surgiu por insatisfação profissional e pessoal, vontade de se autoconhecer, desejo de aprimorar o inglês e tentar algo novo. Escolheu a Austrália por ser um país que a permitia trabalhar, já que não teria ajuda financeira de terceiros para se manter e por indicação de um conhecido. Ana chegou a Sidney em 2019 para realizar um curso de inglês com duração de seis meses. Na ocasião da entrevista, em setembro de 2023, estava com 28 anos de idade e há quatro anos residindo no país como estudante. Na época da entrevista, Ana estava solteira;

---

<sup>43</sup> Durante a pandemia o governo de Sidney disponibilizou moradias para os estudantes internacionais.

- b) **JÚLIA** chegou em Sidney no ano de 2017 para estudar inglês por oito meses. Na ocasião da entrevista em 05 de outubro de 2022, estava com 34 anos. Natural de Barueri, São Paulo, é graduada em Gestão de Recursos Humanos, com uma pós-graduação na mesma área. De acordo com seus relatos, transcorreram dez anos desde sua primeira visita a uma agência de intercâmbio até a efetivação da viagem. A principal barreira para seu projeto era a limitação de recursos financeiros. A mudança para a capital paulista e a oportunidade de emprego mais promissora abriram as portas para a circulação internacional de Júlia. Seu primeiro contato com viagens internacionais foi um intercâmbio para estudar inglês, em Malta, realizado, durante suas férias, em 2015, onde estudou inglês por um mês. Pertencente a uma família de classe média, Júlia é pioneira em realizar uma mobilidade internacional, algo evidente no rompimento das expectativas familiares e a surpresa com a sua permanência na Austrália. Atualmente, ela busca a Permanente Residência australiana. Como parte de sua estratégia migratória, Júlia renovou o visto de estudante e está matriculada em um curso técnico na área de *Community Services* aproximando-se, assim, de um setor de demanda profissional do governo australiano, que é o Serviço Social. Desde sua chegada a Sidney, ela sempre morou na cidade. Na época da entrevista, Júlia estava solteira;
- c) **LAURA** é da cidade de São Paulo. Ela chegou em Sidney em 2019 para estudar inglês por seis meses e com o projeto de conquistar a Residência Permanente. Na época da entrevista (em 17 de março de 2023), estava com 29 anos. Antes do intercâmbio, morava em São Paulo e trabalhava em um banco há cinco anos como gerente comercial. Laura define o seu momento anterior à partida para a Austrália, em 2019, como um “bom momento”, já que estava em uma fase promissora no trabalho e havia comprado um apartamento. Formou-se em 2017 em Engenharia Civil. A profissão está na lista de demanda na Austrália, apesar disso, ela não tem experiência na área, o que dificulta a entrada no mercado de trabalho qualificado. Como estratégia migratória, Laura estava finalizando o seu segundo curso de VET, em *Advanced Diploma in Program Management*, e buscava validar o seu diploma de Engenharia Civil para atuar na Austrália. Laura também se mudou para áreas regionais, primeiramente para Tasmânia e, posteriormente, para Adelaide, como estratégia para obter o visto de permanência residência através de um visto regional.

Durante o início da sua trajetória migratória, casou-se com o namorado brasileiro, que também residia em Sidney, e, a partir daí, passaram a compartilhar o mesmo visto como *partners*;

- d) **LUANA** chegou a Sidney em 2019 com o propósito de estudar inglês por alguns meses, permanecendo, no país, com um visto de estudante. Com o surgimento da pandemia, ela solicitou o visto provisório 409, também conhecido como visto “COVID” com o objetivo de do visto de estudante. Na data da entrevista, em 05 de agosto de 2022, Luana tinha 37 anos e estava há três anos morando no país. Originária da zona leste de São Paulo, capital, Luana é graduada em Publicidade. Com um perfil de baixo capital de mobilidade, ela mencionou durante a entrevista ter circulado e viajado pouco, autodefinindo-se como pertencente à classe média baixa. As primeiras experiências de moradia em repúblicas e morar sozinha ocorreram na Austrália, considerando que sempre viveu na casa de sua família. Atuante no mercado de trabalho desde os 16 anos, quando partiu para a Austrália contava com diversas experiências de trabalho, incluindo na área de publicidade em uma grande empresa do ramo de telecomunicações. No momento da entrevista, Luana estava solteira;
- e) **LUIZA** é de São Paulo, capital e chegou em Sidney em novembro de 2016. Ela tinha 31 anos no momento da entrevista em março de 2023. No Brasil, morava com os pais e tinha acabado de ser demitida, o que motivou a ida para a Austrália. Também era recém-formada em direito. Fechou um intercâmbio de seis meses para estudar inglês e tinha certeza que voltaria para o Brasil ao fim do curso. No início da sua trajetória migratória conheceu o seu namorado, também brasileiro, e, a partir daí, passaram a dividir os projetos migratórios no mesmo visto como *partners*;
- f) **MARIA** é do interior de São Paulo. Antes de se mudar para a Austrália, ela morava no centro de São Paulo, capital, e exercia a profissão de urbanista. Tinha 39 anos no momento da entrevista, em 20 de março de 2023. Ela ganhou uma bolsa universitária e fez intercâmbio em Portugal, em 2009, com duração de um ano. Moradora de Sidney desde a sua chegada na Austrália, no final de 2019, entrou no país com visto de estudante, mas já dominava o inglês. Seu irmão já morava na Austrália desde 2015, e tem o visto de residência permanente. Em suas palavras, ela foi focada em pegar o PR e ficar na Austrália sem ter pressa em voltar. Seu irmão auxiliou no planejamento do percurso que ela iria traçar para conquistar o visto de residência permanente. Na época da entrevista, Maria estava solteira;

- g) **ROSE** é de São Paulo, capital. Ela estava com 42 anos no momento da entrevista, em 19 de setembro de 2022. Ela chegou em Gold Coast para estudar inglês por seis meses. Ela é formada em administração com pós-graduação em administração de empresas possuindo vasta experiência de trabalho em empresas multinacionais. Nas suas palavras, ela sabia dos dificultadores para buscar a Residência Permanente: “Eu sabia que aqui a minha idade, que eu já estava indo com uma idade mais avançada, comparado à galera que vai antes dos 20 ou durante os 20. Eu sabia que a minha profissão não estava na lista”. Ela deixou seu apartamento alugado, em São Paulo, e tinha reservas financeiras. Suas prioridades eram melhorar o idioma, adquirir experiência no mercado internacional (que pudesse ser usada no Brasil) e viajar.

De acordo com os relatos das entrevistadas, foi possível dividi-las em dois grupos em relação a seus projetos migratórios:

O Grupo 1 corresponde a quem saiu do Brasil em visto de estudantes decididas a buscar a cidadania australiana (PR), portanto a entrada no país como estudante seria uma estratégia migratória: Laura e Maria.

Já o Grupo 2 as que saíram do Brasil em visto de estudantes para permanecer por um período curto e decidiram estender a permanência em visto de estudantes durante o percurso. Sendo que este grupo pode ser subdividido em:

- a) As que decidiram por buscar a cidadania australiana: Júlia, Luiza e Rose;
- b) As que ainda não definiram seus projetos: Ana e Luana.

#### **4.5. Motivações e Expectativas**

“E aí eu pensei em juntar o útil ao agradável. Uma viagem para fazer um intercâmbio dentro de um cenário de uma pessoa que nunca viajou pra fora, não viajava nem internamente, quase não tinha férias. Então poderia ser um *break*, um momento de relaxar um pouco e de adquirir um conhecimento”. (Luana, 37 anos, informação verbal)

Uma compreensão satisfatória sobre a migração internacional, segundo Douglas Massey (1999), leva em consideração as forças estruturais que promovem a emigração das áreas de origem, as forças que atraem os imigrantes para os países de destino e as motivações e aspirações dos que decidem emigrar<sup>44</sup> (MASSEY, 1999, p. 281).

A partir da análise temporal da emigração brasileira, é possível perceber que os fatores de expulsão (tais como violência e crises econômicas) e de atração (como qualidade de vida, busca por melhores salários e segurança) têm relevância na explicação dos fenômenos migratórios brasileiros, incluindo as mais recentes migrações para a Austrália.

No entanto, importa deixar claro, como descrito acima, a importância do fortalecimento econômico do Brasil no estímulo migratório e o papel da entrada do país na economia transnacional (atração de empresas transnacionais para o Brasil, demanda do mercado de trabalho por profissionais bilíngues, exigência do aprendizado do inglês para entrada na vida transnacional). Além disso, os fatores subjetivos pesam na decisão de migrar, uma vez que as entrevistadas relatam um desejo de circular além fronteiras cultivado ao longo do tempo. Os fatores de expulsão e de atração funcionam, dessa forma, como “janelas de oportunidade” para realizar um projeto presente no campo dos imaginários.

Muitas brasileiras fazem contato com uma agência anos antes da realização do intercâmbio, sem, inicialmente, terem um destino de viagem previamente definido. Há um conjunto de países que concorrem na atração de intercambistas e que variam nas posições de preferência dos estudantes. Recursos importantes, no processo de decisão, são as redes sociais e os produtores de conteúdo no *Youtube* e no *Instagram*. Os intercambistas “influenciadores digitais” mostram as belezas, as viagens e os “perrengues” do migrante, construindo, de modo geral, uma narrativa de leveza e bom-humor. Apesar de descreverem dificuldades, muitas agências e produtores(as) de conteúdo, divulgam a facilidade em se conseguir um trabalho na Austrália, contribuindo para a construção de expectativas que nem sempre se cumprem.

Entre a pesquisa do intercâmbio e a sua realização de fato, podem se passar anos, como relata Júlia, que foi a primeira vez em uma agência de intercâmbio dez anos antes de conseguir realizar a mobilidade migratória :

---

<sup>44</sup> Schewel (2019) complementa o quadro analítico de Douglas Massey, sugerindo que os motivos pelos quais as pessoas escolhem não migrar também devem ser compreendidos.

“Austrália não, Austrália não era o desejo. E a vinda começou muitos anos antes, porque eu sempre quis morar fora, mas eu sempre tinha um empecilho financeiro. Não era algo que eu podia, ‘ah tá, e vou’. Então eu tive que me planejar porque eu vim de uma família simples que meu pai não tinha como bancar para mim (...). Então eu falei “Ok, eu preciso criar um plano (...). Então eu tive que abandonar e colocar ele em stand by (...) nove, dez anos se passaram, quando eu estava com 27 e eu tinha mudado de emprego em 2014, eu estava na empresa já há sete anos, na segunda empresa que eu trabalhei e eu falei ‘gente, com esse salário aqui que eu ganho, não dá pra eu juntar uma grana e morar fora. Eu preciso mudar de emprego’. (...) então eu arrumei emprego na Vila Mariana, perto do Parque Ibirapuera e com um salário que era o dobro do que eu ganhava, (...)” (Júlia, 34 anos, informação verbal)

Ademais, é perceptível que o desejo de se inserir na sociedade cosmopolita (Cresswell, 2006; Urry, 2008) influencia a trajetória de mobilidade das migrantes também antes da mudança de país. Envolvendo mudanças de emprego motivadas por aumento salarial e mudanças para centros urbanos onde há mais oportunidades de crescimento profissional. O caminho inverso também pode ser feito, como a volta para a cidade natal com intuito de acumular recursos. Júlia relata o medo de deixar o emprego e o progresso na carreira para ir morar no exterior. Para evitar os riscos de um projeto mais longo, ela faz um curso de inglês de um mês em Malta durante suas férias:

“Então eu me organizei financeiramente, fui primeiro pra Malta com inglês muito básico e ali um mês, morei em casa de família. Minha mente assim ‘Meu deus, que mundo é esse?’ Por que você sai, entra em contato com pessoas, com pessoas do mundo todo, com diversas outras realidades. Foi muito bom e foi muito crucial para decidir ir para a Austrália, porque dali eu vi que existem muitas formas de sobreviver, de arrumar emprego, de você...Acontece e flui. E não precisa ser só passar todo ano, toda vida no office, que não era meu sonho. Nunca me vi a longo prazo sendo diretora ou gerente, essas coisas assim, sabe? (...)” (Júlia, 34 anos, informação verbal)

Ana também se sentiu motivada a escolher a Austrália pelos relatos de um conhecido. Além do projeto de aprender inglês, ela também buscava ampliar suas experiências profissionais para além de sua área de formação, diante da qual se via desmotivada.

“Antes de vir para a Austrália, eu morava em São Paulo. Eu trabalhava como editora numa consultoria econômica. No meu segundo ano do ensino médio (...) eu fiz um intercâmbio em janeiro, de um mês, para o Canadá. (...) Quando eu saí do Brasil, eu não tinha nenhum conhecido na Austrália, mas um dos motivos que me impulsionou a ir é que eu havia sido demitida do meu trabalho. (...) e conheci em um curso um cara que tinha acabado de voltar da Austrália. (...) ele começou a falar que tinha voltado de lá, que era muito bom e começou meio que “vender “essa ideia pra mim. (...) E eu sempre tive vontade de ter uma experiência no exterior, mas deixei de lado (...) quando eu fui demitida, eu ainda não estava muito certa dessa ideia de intercâmbio, mas eu comecei a procurar emprego e não estava conseguindo. Até que me decidi que era uma boa época para fazer intercâmbio.

(...) As motivações para ir para Austrália foram: eu estava desempregada, estava insatisfeita com meu antigo relacionamento (...), não estava vendo perspectivas profissionais para mim no Brasil e eu achei que era uma boa oportunidade de dar um tempo na minha carreira de jornalista, melhorar meu inglês e testar uma nova profissão. Escolhi a Austrália porque podia trabalhar, fiquei motivada em ir estudar e trabalhar.” (Ana, 28 anos, informação verbal)

Portanto, outros pontos importantes que levam as entrevistadas a emigrar são a insatisfação com o trabalho, a insegurança gerada por demissões no trabalho, desemprego e a exigência de inglês tanto no dia a dia do “mundo corporativo” quanto para se conseguir um novo emprego. O mercado e as demandas das multinacionais, muitas vezes, referido nas entrevistas como “trabalhar no *office*”, as insere em uma rede transnacional para além dos seus desejos e motivações pessoais. Como pode ser visto a partir dos relatos de Rose e de Luiza:

“Eu estava no Brasil trabalhando numa empresa onde, no momento, não estava feliz profissionalmente, embora eu tinha um bom salário e tudo mais. E até na verdade eu estava trabalhando nela há seis meses e antes de eu começar nessa empresa estava em uma outra que eu era apaixonada por ela. E quando eu vi que eu ia sair da empresa, naquele momento de crise no Brasil e tudo mais, eu já estava começando a pensar: Bom, do jeito que está o Brasil em crise, estava eu saindo dessa empresa que eu amo, porque eles estavam demitindo várias pessoas e de repente seria uma oportunidade para eu aproveitar e fazer um intercâmbio (...). Porém, no que eu procurei, comecei a procurar outras oportunidades (de trabalho), (...) eu comecei a achar. E foi quando eu entrei nessa empresa. E já entrei nela pensando vou entrar, se der certo, eu permaneço e esqueço o intercâmbio, senão, realmente eu vou pedir demissão e vou. E foi o que aconteceu (...) porque realmente eu não estava curtindo trabalhar lá. Eu estava ficando doente. (...) e conforme eu estava procurando novas oportunidades, eu vi também e cheguei a fazer duas entrevistas onde eles precisavam de alguém na minha área que falasse inglês fluente. (...) Como trabalhava sempre em multinacional, me dava uma dor no estômago quando estava vindo alguém de fora”. (Rose, 42 anos, informação verbal).

“Na verdade, eu sempre quis fazer intercâmbio (...). Eu ia conseguir um trabalho melhor, então eu estava sem trabalhar. E aí eu fiz uma entrevista na época (...) passei até a última entrevista com os sócios e aí chegou a parte do inglês. E eu não me dei bem nessa parte. Nesse momento que eu não passei na entrevista e eu falei: ‘eu preciso do inglês se eu quiser arrumar um trabalho melhor, aumentar a minha faixa salarial’, eu vou precisar do inglês e eu não quero aprender o inglês daqui (do Brasil), o inglês daqui é só curricular, não é na prática, vamos dizer. Onde bateu mais forte a ideia de é viajar. Principalmente porque eu já tinha a faculdade e estava desempregada, tinha acabado de terminar meu relacionamento, então eu acho que estava tudo favorável”. (Luiza, 31 anos, informação verbal).

A necessidade do inglês como uma ferramenta também é apresentada por Luana como uma das motivações para sair do Brasil. O valor da moeda, dentro de um cenário econômico em que o real estava valorizado, fez com que a entrevistada visse o intercâmbio como algo acessível para ela:

“A minha decisão de vir para a Austrália não partiu de uma decisão de sonho de intercâmbio. Foi uma decisão... eu sou publicitária no Brasil, então o inglês é uma skill, uma habilidade que realmente eu preciso. E passei por algumas situações de trabalho onde não tinha como fugir disso. Também estava um pouco desmotivada com as questões profissionais no Brasil. E aí eu pensei em juntar o útil ao agradável. Uma viagem para fazer um intercâmbio dentro de um cenário de uma pessoa que nunca viajou pra fora, não viajava nem internamente, quase não tinha férias. Então poderia ser um ‘break’ (...) Fiz a cotação com algumas agências e vi que era possível porque na minha cabeça, só quem era rico, milionário, poderia fazer. E eu falei, ah, não! Até que é possível. Dentro de um cenário econômico do Brasil, um pouco melhor do que o cenário atual”. (Luana, 37 anos, informação verbal).

Para Laura, a busca por segurança urbana foi o fator motivador para a mudança de país e o que a motiva a busca pelo visto de Residência Permanente.

“As minhas motivações de vir para a Austrália (...) eu descobri que a minha motivação principal era a segurança, foi o que mais contou para que eu pudesse vir para cá. Eu tinha sido assaltada algumas vezes, só que isso, os assaltos vieram depois, porque eu tinha uma vontade de sair do Brasil desde que eu era novinha mesmo, desde 10 anos de idade, e já tinha o senso de que não tinha segurança no Brasil. (...)então eu decidi sair do Brasil justamente por isso porque eu tinha a impressão que eu conseguiria ter essa segurança fora, em outro país. E eu escolhi a Austrália justamente pelos índices de segurança, por ser um país que tinha um clima parecido, porque eu até pensei em Canadá também, mas Canadá não me atraiu por alguns motivos, um deles foi o clima e outro era que para fazer o curso de inglês, eu não tinha inglês, ne, para fazer o curso de inglês, eu não poderia trabalhar no Canadá.” (Laura, 29 anos, informação verbal)

Maria apresenta como motivações para a mudança para Austrália a insatisfação com o trabalho e com o contexto de vida urbana e política no Brasil. De todas as entrevistadas ela é a única que possui algum conhecido próximo/familiar na Austrália, seu irmão.

“Morava e trabalhava em São Paulo como urbanista. Morava no centro de SP. Era solteira também. Saí em novembro de 2019, vim como estudante por agência, mas meu irmão já morava aqui desde 2015, ele me ajudou muito no processo de tomada de decisão. (...) Eu estava descontente com o Brasil, tanto em relação ao trabalho, salários etc quanto ao momento em que o Brasil estava passando (Golpe da Dilma em 2016, crise política, eleição do genocida do Bolsonaro), pobreza aumentando, violência, crise econômica. Tudo isso foi me exaurindo ano a ano”. (Maria, 39 anos, informação verbal).

Para a compreensão do aumento substancial da emigração no Brasil, devemos olhar não apenas para fatores de expulsão como demissões, insatisfações com o mercado de trabalho e medo da violência, mas também para a prosperidade econômica e o aumento do que foi chamado de “nova classe média”. Muitos dos relatos mostram que essas mulheres são a primeira geração de suas famílias a ter acesso a viagens, principalmente, a viagens internacionais.

Podemos atribuir esse aumento a diversos fatores como: o advento da tecnologia de transporte de informação, a popularização dos “diários de viagens”, primeiro através de blogs e sites e, posteriormente, por meio das fotos e *lives* de *Instagram* e do *Youtube*, os grupos *online* de trocas de informações entre imigrantes, a redução das pressões para que as mulheres utilizem os recursos provenientes de seu trabalho exclusivamente para a família, somadas à necessidade e desejo de se investir em crescimento pessoal e profissional e o acesso a viagens pelas “novas classes médias”.

Gustavo Dias e Ângelo Martins Junior (2018) ressaltam a importância das transformações econômicas e sociais, no Brasil, nas últimas duas décadas, para se compreender o número de brasileiros no exterior. Observar tal fator estrutural sobre o Brasil nos permite compreender a emigração não apenas através da ótica dos fatores de repulsão, como crises e desemprego. É impossível ignorar a entrada do Brasil no mundo globalizado, a atração de empresas transnacionais e a influência que tal inserção tem no que diz respeito às demandas do mercado sobre os trabalhadores brasileiros, principalmente os que trabalham nos setores corporativos. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, a agenda liberal foi estimulada e a atração de recursos estrangeiros, priorizada. Os governos posteriores, do Partido dos Trabalhadores (PT), mantiveram as políticas macroeconômicas do governo anterior, mas investiram também em programas sociais, de distribuição de crédito e aumento de empregos formais. Durante esse tempo, 60 milhões de brasileiros saíram da faixa de pobreza. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, contribuiu para o aumento de empregos e a geração de recursos provenientes de investimento público e privado. O número de empregos criados durante esse período foi recorde, 8,2 milhões (DIAS e MARTINS JUNIOR, 2018).

“Assim, por meio de transformações econômicas voltadas para a abertura da economia nacional ao investimento estrangeiro, seguido pela forte implementação de programas sociais nas últimas duas décadas, a sociedade brasileira presenciou o inesperado crescimento de sua camada inferior em segmentos do mercado de consumo anteriormente excluídos. Nesse contexto, setores da classe trabalhadora e da classe média baixa ganharam o acesso e os meios para se tornarem consumidores. Esses grupos foram vistos pelo governo brasileiro como consumidores promissores que poderiam manter a produção interna de bens e serviços constantemente abastecida (Yaccoub, 2011; Borges, 2013). Essas classes sociais eram agora capazes de consumir novos bens, como eletrodomésticos, móveis, eletrônicos e automóveis, bem como viagens aéreas” (DIAS e JUNIOR, 2018, p.126-127, tradução minha).

Sendo assim, as viagens como um objeto de desejo, tal como inúmeros outros bens e serviços, não eram mais uma experiência acessível apenas às classes médias alta e aos ricos.

O acesso ao crédito, a possibilidade de parcelar as despesas e a oportunidade de trabalhar duranteo intercâmbio são fatores essenciais para se compreender o perfil migratório de mulheres na Austrália. Dentre vários critérios, ressalto, aqui, uma importante condição relatada durante as entrevistas: ir estudar inglês em um país em que possam trabalhar legalmente.

As entrevistadas relataram serem múltiplas as motivações para o intercâmbio. Os fatores motivadores podem ser resumidos nas seguintes categorias:

**Tabela 2 - Fatores motivadores da mobilidade internacional para a Austrália por entrevistada**

<b>Fatores Motivadores</b>	<b>Entrevistadas</b>
Progresso no Idioma Inglês e seu Impacto Profissional.	Rose, Júlia, Luana, Ana e Luíza.
Insatisfação com a vida urbana no Brasil e busca por qualidade de vida.	Laura, Maria, Luíza e Luana.
Condição de vida favorável para realização do intercâmbio (situação financeira e contexto pessoal).	Laura, Luana, Rose e Luiza.
Crise econômica e demissões no ambiente de trabalho.	Ana, Júlia e Luíza.
Insatisfação com as pressões e cobranças no trabalho.	Ana, Rose, Luana e Maria.
Circulação transnacional e desejo de inserção.	Júlia, Ana e Rose.
Insatisfação com o contexto político brasileiro.	Maria e Luana
Projeto de conquistar a cidadania/ 'PR' Australiano.	Laura e Maria.

**Fonte: Elaborado pela autora.**

A lista de fatores motivadores nos auxilia a avaliar permanências e mudanças nos fatores de motivação ao longo da trajetória. No decorrer da pesquisa, pode-se perceber que três motivações ganham mais centralidade no discurso das entrevistadas. Elas são: progresso no idioma, insatisfação com a vida urbana no Brasil, e projeto de conquista do PR.

## 5. CAPITAIS DE REDE

“Devia ser proibido debochar de quem se aventura em língua estrangeira.” (Chico Buarque, Budapeste).

O conceito de “capital de rede” é definido por John Urry (2007, p.197) como:

“a capacidade de gerar e sustentar relações sociais com pessoas não necessariamente próximas e que produzem benefícios emocionais, financeiros e práticos (embora isso envolva frequentemente vários objetos e tecnologias ou meios de construir redes [networking])”.

As agências de intercâmbio, estabelecimentos comerciais que vendem cursos e “experiências de viagens”, têm um papel importante na decisão das futuras estudantes. As agências são uma porta de entrada para informações sobre: vistos, câmbio, mercado de trabalho, qualidade dos cursos e acabam por contribuir para o sucesso de algumas rotas no “circuito migratório dos intercambistas”. Coloridas revistas impressas são oferecidas aos clientes. Sob belas fotografias havia também chamativas frases de efeito: “Austrália: do estudo de inglês ao ensino superior”; “Canadá: possibilidades infinitas!!!”, “Conectamos você ao seu futuro” (BELTA, 2023). Países, ou melhor, “destinos” como Canadá, Austrália, Irlanda, África do Sul e Malta eram apresentados lado a lado.

De tempos em tempos, o protagonismo dos países muda dentro do circuito dos estudantes de inglês. Legislações migratórias, investimento diplomático, mercado de trabalho, divulgação entre os intercambistas, influenciadores digitais, câmbio da moeda. Todos esses fatores influenciam qual país estará numa posição mais alta no *ranking* de escolha entre os intercambistas e nas preferências das agências. De diferentes cidades no Canadá, a curtas estadias em Malta, passando pela cultural Irlanda até chegar nas ensolaradas cidades australianas, os cursos de idiomas se pareciam muito em metodologia e estrutura. Havia pacotes para diferentes públicos: os juvenis (tal como os estudantes de *high school*) e o público adulto. Também para aqueles que buscavam permanecer por meses ou apenas para um curso de férias de 30 dias.

O clima da Austrália é parecido com o do Brasil, dizia a agente, e lá é possível trabalhar legalmente enquanto se estuda inglês. Este era um diferencial considerável da legislação australiana.

Nos últimos anos as legislações migratórias de vários países vinham se alterando consideravelmente. Na maior parte deles, a autorização de trabalho é apenas ofertada a estudantes universitários/pós-graduação universitária ou mesmo pode ser totalmente vetada a estudantes internacionais. Para muitas das intercambistas que financiavam seus próprios estudos (isto é, sem bolsas de estudos/financiamento governamental), a impossibilidade de trabalhar, durante a estadia no exterior, era um obstáculo. Os países anglófonos com uma legislação “mais flexível” eram apresentados como as melhores possibilidades de destino. A escolha pela Austrália costuma ser feita utilizando-se os critérios: preço, clima, idioma inglês e possibilidade de trabalhar.

O papel da rede de brasileiras e da *webdiáspora* (comunidade de Facebook “Papo Calcinha em Sydney”) para acessar a primeira experiência de trabalho, a desigualdade de poder entre os que chegaram há mais tempo no país e o fato de alguns dos trabalhos informais (casuais) sem contrato serem pagos abaixo do valor permitido por lei, também geram uma quebra de expectativa. Como afirma Talja Blockland (2017), a comunidade não pode ser entendida se dissociada da ideia de poder e de que há os incluídos e os excluídos.

O conceito de “laços fracos” é uma ideia sociológica introduzida por Mark Granovetter (1973) em sua teoria das redes sociais e também trabalhada por John Urry em *Mobilities* (2007). Ele contrasta “laços fracos” com “laços fortes” para explicar diferentes tipos de relações interpessoais e seus impactos nas sociedades. Enquanto os laços fortes são definidos por relações com alto nível de confiança e constante interação, os laços fracos são conexões mais distantes com menor grau de intensidade. Sobre as conexões empregatícias, Granovetter (1973), destaca a importância dos laços fracos para encontrar oportunidades de emprego. A diversidade de conexões desempenha um papel central na circulação da informação. Nas seções a seguir, destacarei o papel dos laços fracos na trajetória das estudantes.

### **5.1. Recrutamento de estudantes: as agências, os influenciadores digitais e os ‘conhecidos’**

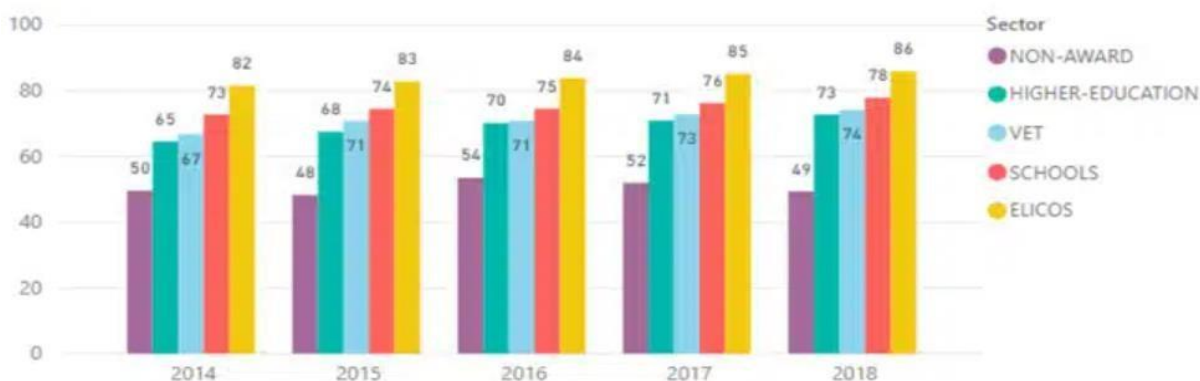
“Intercâmbio na Austrália: Se você está buscando um destino de intercâmbio incrível, onde você possa conhecer pessoas de diversas culturas, lugares de todos os tipos, com possibilidade de trabalhar e, ainda mais, possibilidade de imigrar para o país, está no post certo!” (Instagram Agência Egali, Atualizado em 23 de outubro de 2023).

O trecho acima foi retirado da página de *Instagram* de uma das agências citadas pelas interlocutoras da pesquisa.

Segundo dados do *Australian Department of Education*, divulgados pela *ICEF Monitor*<sup>45</sup>, os profissionais das agências de intercâmbio desempenharam um papel crucial ao assegurar 75% das inscrições em escolas, institutos vocacionais, centros de formação de língua inglesa (ELICOS) e universidades na Austrália em 2018 (ICEF MONITOR, 2019). Estes dados são ainda mais relevantes se o setor ELICOS for analisado separadamente, o que significa dizer que os agentes são responsáveis por 86% das matrículas.

Os estudantes provenientes do Brasil, Colômbia e Nepal, considerados mercados-alvo de crescimento significativos para o setor educacional australiano, apresentam uma maior propensão a serem recrutados por meio de agentes. Em 2018, mais de nove em cada dez estudantes brasileiros (92%), 89% dos estudantes colombianos e 84% dos estudantes nepaleses ingressaram no sistema educacional por intermédio de agentes. O relatório apresenta como projeção para o futuro a previsão de que o Brasil e o Nepal permaneçam entre os principais mercados de origem para a Austrália até 2025. Quando se observa os países que dominam o mercado de estudantes na Austrália, atualmente, a China e a Índia, aproximadamente três em quatro estudantes desses países, chineses (73%) e uma proporção semelhante de estudantes indianos (72%), foram recrutados pelas agências.

**Figura 5 - Porcentagem de matrículas na Austrália facilitadas por agentes**



**Fonte: Australian Department of Education em ICEF MONITOR.**

As agências utilizam diferentes estratégias de mercado para atrair os estudantes. Algumas divulgam a imagem de um país praiano com boas opções de turismo, outras noticiam a qualidade do setor educacional e outras focam-se na área de trabalhos e em cursos profissionalizantes. Todas as entrevistadas acessaram o serviço de uma agência de intercâmbio para se informar e para orientar suas decisões.

<sup>45</sup> Os dados do relatório são baseados nas informações fornecidas pela *Australia's Provider Registration and International Student Management System (PRISMS)*.

“eu peguei a recomendação dessa pessoa (um conhecido), que já tinha vindo para a Austrália, conhecia o curso, peguei indicação da agência dele que ele falou que era muito boa (...) E a partir daí a agência começou a me orientar”. (Ana, 28 anos, informação verbal)

“Então, eu lembro, com 18 anos, de ir numa agência e uma moça que já tinha morado na Austrália, ela fez meus olhos brilharem”. (Júlia, 30 anos, informação verbal)

“abril de 2015 eu fui na agência. E eu vim pra Austrália em novembro de 2016. Eu não conhecia ninguém (na Austrália)”. (Luiza, 31 anos, informação verbal)

A Tabela 3 mostra as categorias de vistos temporários mais buscados em uma grande agência de intercâmbio<sup>46</sup>:

**Tabela 3 - Vistos mais buscados por brasileiros/ agência Hello Austrália**

<b>Categoria de Vistos</b>	<b>Descrição</b>
Estudante (500)	Para aqueles que optam por estudar por pelo menos 14 semanas. Diferente de outros países, o visto de estudante na Austrália permite ao seu portador trabalhar até 4 horas quinzenais (a partir de 01.07.2023) e, na grande maioria dos casos, há a possibilidade de renovação sem precisar deixar o país.
Visitor (Turista)	Visto voltado para aqueles que pretendem viajar a lazer/passeio para o país de interesse ou que farão também, mas não apenas, um curso de curta duração: 3 meses. O visto tem validade de um ano e permite que o portador fique três meses no país a cada entrada.
Business Visitor	Visto voltado para aqueles que pretendem viajar para uma reunião ou compromisso profissional na Austrália. Não permite que o portador trabalhe e/ou seja remunerado no país. O visto tem validade de um ano, com permanência máxima de três meses a cada entrada.
Work Holiday Visa	O <i>Working Holiday Visa</i> é um visto de trabalho, concedido a estrangeiros que possuem passaporte de países que têm acordo com a Austrália. Se você é brasileiro, tem menos de 30 anos e possui passaporte para algum dos países autorizados (incluindo o Brasil), você pode trabalhar por até 2 anos na Austrália sem precisar estudar.
Temporary Work	O <i>Temporary Work - Short Stay Specialist</i> é um visto temporário que permite que você entre na Austrália para fazer trabalho de curto prazo, altamente especializado e não contínuo em circunstâncias limitadas, participar de uma atividade ou trabalho relacionado aos interesses da Austrália.

**Fonte: Agência Hello Austrália. Adaptado pela autora.**

Entre os principais serviços ofertados pelas agências antes da partida do Brasil, destacam-se as orientações sobre cursos e escolas. As agências também desempenham um papel ativo ao aconselhar sobre países e cidades alinhados ao perfil do intercambista, além de auxiliar na organização de documentos e no processo de solicitação de vistos. Por fim, também ajudam na organização das primeiras semanas de moradia. Os serviços podem ser cobrados separadamente e mobilizam uma rede intrincada e complexa entre país de origem e destino.

<sup>46</sup> Informação disponível no site da agência *Hello Austrália*.

Como vantagens do visto de estudante australiano os sites das agências de intercâmbio apresentam as seguintes:

- a) **Oportunidade educacional:** a Austrália se destaca como um destino ideal para estudantes internacionais que buscam enriquecer seus conhecimentos e habilidades. Com uma oferta abrangente de cursos de inglês, qualificações técnicas e programas de ensino superior reconhecidos, há a possibilidade de ampliar os horizontes acadêmicos e profissionais;
- b) **Emprego durante os estudos:** estudar na Austrália proporciona a chance de trabalhar enquanto cursa sua formação. Com a recente permissão para trabalhar até 48 horas a cada quinzena, é possível adquirir experiência profissional valiosa e complementar a renda enquanto se dedica aos estudos;
- c) **Oportunidade de fazer turismo:** possibilidade de viajar, lindas praias, paisagens, clima, qualidade de vida e segurança;
- d) **Rota para residência permanente:** o visto de estudante abre portas para uma possível obtenção de residência permanente na Austrália. Muitos dos caminhos para imigração começam com a obtenção de qualificações australianas por meio do visto de estudante.

Figura 6 –Divulgação Agência Hello Australia

A imagem é um gráfico de divulgação com fundo azul e raios de luz. No topo, há o logotipo 'HELLO EDUCATION AUSTRALIA' em um retângulo amarelo e azul, com a data 'FEBRUARY, 2024' abaixo dele. O texto principal, em branco e azul, diz: 'OS BENEFÍCIOS DE ESTUDAR NA AUSTRÁLIA E COMO ATINGIR OBJETIVOS IMIGRATÓRIOS POR MEIO DO VISTO DE ESTUDANTE'. Abaixo, há uma seção com informações de evento: uma foto de Tiago Martins Vieira (MARN 2418376, Hello Migration) em um retângulo amarelo; um ícone de calendário com o texto 'Quinta-feira, 08/02'; um ícone de localização com o texto 'Hello Australia em Brisbane (Level 4, 141 Queen St.)'; e um ícone de relógio com o texto '3 pm - 5pm'. No canto inferior direito, há um ícone amarelo de uma seta apontando para cima.

Fonte: Instagram *Hello Australia*.

Na chegada à Austrália, as agências oferecem uma gama de serviços. Estes incluem seminários de trabalho em setores como hospitalidade, limpeza e serviços domésticos, além da divulgação de cursos técnicos em áreas como pintura, carpintaria e cuidados infantis. São disponibilizados cursos e *workshops* de curta duração, abrangendo temas como bartender, barista, elaboração de currículos e inglês voltado para a área de hospitalidade.

Além disso, as agências fornecem informações essenciais, como a necessidade de *cards* para trabalhar, obtenção de carteira de motorista e identidade, listas de empregos, seminários sobre impostos, orientações sobre como abrir uma conta bancária e adquirir um chip de celular. Por fim, oferecem serviços de venda de passeios turísticos, promovem encontros em *pubs* e organizam festas brasileiras, proporcionando assim uma variedade de recursos e atividades para auxiliar os recém-chegados em sua transição para a vida na Austrália.

Por fim, as agências podem funcionar como ancoradouros (Freire-Medeiros, 2020). Pontos de referência para a busca por informações e para utilização de equipamentos como computadores e impressoras. Entretanto, a relação com a agência deixa de ter alguma centralidade na vida do estudante logo após os primeiros meses da trajetória migratória, voltando a ser referência apenas nos momentos da renovação de vistos.

Apesar do foco das agências ser o recrutamento de estudantes, todas elas oferecem cursos para a inserção no mercado de trabalho, o que deixa claro o perfil indissociável da mobilidade para estudos e para trabalho. Seria possível afirmar que, além de recrutadores de estudantes, as agências também são recrutadoras de trabalhadores? Inicialmente não, as agências oferecem cursos e workshops como um serviço que complementa a experiência do estudante, tal como moradia e passeios. No entanto, o limite pode ser tênue e, apesar de pouco frequentes entre os relatos de brasileiras, há situações em que as agências de intercâmbio recrutam trabalhadores para empresas e condicionam a manutenção do emprego pela contratação de serviços da agência.

Quando a intercambista planeja o seu intercâmbio, a partir dos relatos dos influenciadores digitais e das comunidades online, ela já sabe as categorias de emprego disponíveis para imigrantes na sociedade receptora (pelo menos nos meses iniciais), os “empregos braçais” ou de baixa qualificação, como são chamados por muitos. É comum que aos/as Intercambistas Influenciadores digitais publiquem vídeos com títulos “Austrália Real” e “O que não te contam sobre a mostrando a rotina de trabalho do/a migrante e a realidade do migrante para além do que é apresentado pelas agências de intercâmbio”.

Os influenciadores do *Youtube* também descrevem “perrengues”, compartilham experiências, fornecem dicas e estratégias para navegar o projeto migratório. No entanto, o que prevalece é a imagem de qualidade de vida do país, afinal de contas, muitos optam pela permanência na Austrália.

Por fim, há uma conexão entre o mercado de estudos e o mercado migratório, neste sentido, as agências de intercâmbio na Austrália vem investindo cada vez mais em se tornarem também agências de imigração ou realizarem parcerias com advogados(as) de imigração. Tal fato demonstra que o mercado de estudos e o mercado migratório caminham lado a lado.

## 5.2. A Comunidade em movimento e a webdiáspora

Apresento, brevemente, o trabalho de Talja Blokland (2017) como possibilidade para se pensar a comunidade para além dos enraizamentos e da ideia de vizinhança. A autora realiza um apanhado de diversos estudos sobre comunidade e busca questionar a dicotomia comunidade/enraizamento e ausência de comunidade/movimento. Para Blokland, “*some may have roots and others may have routes, but we all do community*”, portanto, há diferentes formas de se fazer comunidade (Blokland, 2017, p.1). Tal perspectiva é particularmente interessante no contexto das mobilidades migratórias e se conecta com o conceito de *webdiáspora*. Segundo Escudero (2017), a *webdiáspora* pode ser mais uma referência na circulação migratória e do múltiplo pertencimento dos(as) transmigrantes.

“O termo *webdiáspora* tem sido usado na área das Ciências Humanas e Sociais para identificar, inicialmente, a produção midiática da Web “de e para” imigrantes dispersos pelo mundo, ou seja, sujeitos marcados pelo deslocamento. O conceito não é novo e, historicamente, sua emergência ocorreu a partir da difusão e popularização da internet e o desenvolvimento dos múltiplos tipos de serviços online.” (ESCUDERO, 2017, p.188)

Todas as entrevistadas relataram participar dos grupos brasileiros de Facebook. Os motivos citados são: obtenção de informações/notícias, esclarecimento de dúvidas e resolução de conflitos, busca por trabalho/moradia estabelecimento de rede de apoio e compra de produtos/serviços:

“Eu participo do Papo calcinha em Sydney, do Papo calcinha na Tasmânia e em Adelaide, inclusive eu só mantenho meu Facebook por causa dos grupos (...). Eu participo e acho que eles fazem total diferença. Eu procuro tudo lá, desde médico até posts, porque as pessoas compartilham muito, dividem muito o que a gente passa aqui (...) quando estou precisando de alguma coisa, seja uma informação de visto, seja uma informação de médico, indicação de dentista, uma indicação de trabalho, eu acho que os grupos fazem total diferença no intercâmbio (...). E não é só pelo sentido de pertencer, de ver que ali você tem um espaço de pessoas que estão passando pela mesma coisa que você, mas também no sentido de você conseguir ter acesso a algumas coisas, acesso à informação de pessoas que já estão aqui há mais tempo” (Laura, 29 anos, informação verbal).

Dois grupos de Facebook são pontos de referência para aqueles que chegam a Sidney. O grupo "Brasileiros em Sydney" (com 118 mil membros) é composto por homens e mulheres, enquanto o grupo "Papo Calcinha Sydney" (com 25 mil membros) aceita, exclusivamente, mulheres. Essas comunidades na rede social são formadas por migrantes presentes na Austrália, residentes no Brasil que planejam viajar, familiares de imigrantes, estrangeiros que utilizam essas comunidades brasileiras para estabelecer conexões ou que possuem algum vínculo com o Brasil, e brasileiros que retornaram ao Brasil. Neles circulam conhecimentos, objetos, histórias de vida e também conflitos. Acompanhar essas comunidades auxilia na compreensão de valores e práticas culturais que são construídos no circuito migratório e que estão constantemente em disputa dentro desse processo.

A comunidade brasileira utiliza o grupo para comercializar produtos brasileiros, como bebidas, chocolates, cigarros, roupas, entre outros, proporcionando uma maneira de superar a sensação de saudade de casa. Além disso, no grupo, são divulgados trabalhos e anúncios de busca de emprego, assim como vagas em casas/quartos compartilhados. Em momentos de crise, como na pandemia e na atual crise imobiliária enfrentada pela Austrália (Pawson, Thompson e Aminpour, 2021), os imigrantes mais experientes recorrem à rede para oferecer ajuda, dicas e conselhos aos recém-chegados. Uma prática comum envolve explicações sobre o que é aceitável ou não, especialmente no ambiente de trabalho. Muitos alertam os novatos sobre o que são os *trials* (testes para emprego) e quando se espera ser remunerado por eles, ressaltando a importância de não aceitar trabalhar por menos do que o salário mínimo. Além disso, são compartilhadas informações sobre práticas comuns relacionadas ao aluguel de casas e divisão de quartos.

Essas informações indicam a existência de um conjunto de "práticas públicas" que contribuem para a formação da cultura dos migrantes brasileiros na Austrália.

“Se considerarmos a "comunidade" como um conceito cultural, as práticas públicas que a constituem e a "familiaridade pública" que elas criam tornam-se centrais para nossas discussões. Em um mundo urbano líquido e globalizado, isso implica que as categorias nas quais essas práticas se baseiam estão em constante evolução. Isso abre espaço para novas formas de exclusão, mas também para uma mudança social progressiva” (Blokland, 2017, tradução minha).

Perguntas sobre trabalhar enquanto está portando um visto de turista (que não autoriza o migrante a trabalhar) ou ficar no país em qualquer condição de ilegalidade, normalmente são repudiadas pela comunidade. Tanto há a argumentação de que os brasileiros estão “fazendo tudo certo” para continuarem sendo bem-vindos ao país, como também um tipo de julgamento se levarmos em conta o “sacrifício” daqueles que permanecem documentados. Apesar disso, alguns migrantes buscam ser mais receptivos, afirmando haver hipocrisia neste julgamento. Esses são importantes marcadores de diferença. Há práticas fora da legalidade que são socialmente aceitas e outras não. Blokland (2017) afirma, referenciando a Ann Swidler (1986), que:

“a cultura influencia a ação não fornecendo os valores últimos para os quais a ação é orientada, mas moldando um repertório ou ‘kit de ferramentas’ de hábitos, habilidades e estilos a partir dos quais as pessoas constroem ‘estratégias de ação’” (Blokland, 2017, p.9, tradução minha).

Apesar de ambos os grupos apresentarem semelhanças nas práticas descritas acima, também possuem diferenças marcantes. O grupo “Papo Calcinha Sydney” se difere do “Brasileiros em Sidney”, pois o primeiro tem um conjunto de regras as quais são regularmente renovadas pela moderação. Tais regras devem ser aceitas e seguidas pelas participantes. Além disso, há debates sobre sororidade, confiança e respeito mútuo, que se traduzem em um código de ética de interação no grupo e que definem quem permanecerá incluído e será aceito como membro. A ferramenta de postagem anônima permite que as mulheres apresentem dúvidas sem serem expostas, problemas relacionados à violência doméstica, saúde mental, casos de exploração no trabalho, entre outros assuntos sensíveis. O grupo é bastante ativo, e é comum que o primeiro emprego seja conseguido através dessa rede.

Isso não quer dizer que não haja fricções, longe de imaginarmos a comunidade brasileira sob a ótica romantizada da solidariedade comunitária, é importante voltarmos a atenção para as práticas de relação de poder.

Aqueles que moram há mais tempo no país podem exercer poder sobre os que chegam. Brasileiros que alugam quartos com valores acima do mercado, porque já possuem prestígio e condições de alugar um apartamento na imobiliária e brasileiros que possuem algum negócio e pagam outros brasileiros, recém-chegados, abaixo do salário mínimo ou que não pagam os funcionários. Esse cenário mostra a “trama intrincada de individualismo e comunitarismo” na vivência migratória (Caggiano, 2012).

Exemplifico tal situação a partir de um post realizado no grupo “Brasileiros em Sidney”. A escolha desse caso, em particular, se justifica pelo engajamento que causou e por ser um caso tipo-ideal em que as duas partes são: brasileiros com um acordo de troca comercial/mercantil informal (sem documentação) e em que uma das partes descumpra o combinado. A troca envolve trabalho e pagamento do trabalho, mas casos semelhantes também acontecem com outros acordos informais como aluguéis de casa/quarto e prestações de serviços.

A publicação foi curtida por mais de 400 pessoas e recebeu comentários de mais de 300. Roberto<sup>45</sup> divulga um problema no grupo alertando sobre uma empresa de um brasileiro que é “caloteiro”. Essa empresa não pagou por dias de trabalho e vinha recorrentemente realizando essas práticas. Grande parte da comunidade brasileira trabalha ou já trabalhou como “casual”<sup>47</sup>.

O trabalho temporário é regulamentado na Austrália, entretanto, quando os trabalhadores temporários se veem em alguma condição de abuso ou exploração, raramente optam por levar o problema para o *Fair Work*, instância formal. Normalmente, a *webdiáspora* é acionada como a primeira opção para a solução do conflito.

Em primeiro lugar, as informações que circulam pelas comunidades de Facebook podem ser vistas como “dávivas” (que impedem que outros migrantes tenham os mesmos problemas), portanto, geram um sentimento de gratidão. Em segundo lugar, a divulgação do problema serve de lição para a empresa e para outros brasileiros. Terceiro, normalmente a pessoa que realiza a reclamação recebe o apoio coletivo do grupo, passando de figura sem poder para alguém com força coletiva de atuação.

Dentre as táticas de pressão utilizadas pelo grupo, estão a divulgação do celular da pessoa “caloteira” que passa a receber um massivo número de mensagens como: “pague o Roberto” e avaliações negativas sobre a empresa no *Google* (que só são retiradas após o pagamento do valor devido).

---

<sup>47</sup> De acordo com o *Fair Work Act* da Austrália, uma pessoa é um *casual employee* quando aceita uma oferta de trabalho que não inclui o compromisso firme e antecipado de que o trabalho será permanente e nem da manutenção da carga horária. Não há nenhuma obrigação da empresa em tornar o trabalhador casual em empregado contratado. Os trabalhadores temporários não possuem os mesmos benefícios legais dos empregados permanentes.

De modo geral, as técnicas são bastante eficazes e o conflito é rapidamente solucionado. Faz parte da dinâmica voltar ao grupo para atualizar os participantes e seguir algumas regras como: não estimular violência ou ameaças, já que o excesso pode tirar o direito daquele que sofreu o dano inicial. Como Roberto afirma: sem “esculhambação”, “pois tudo que fazemos aqui um dia volta”. Se não há obrigação, se nada pressiona os participantes do grupo a ajudar Roberto, se há uma relativa liberdade sobre atuar no problema ou não, vale perguntar, o que leva ao engajamento imediato de tantos participantes que, muitas vezes, não se conhecem pessoalmente? A resposta poderia estar na circulação do *mana*, como um capital imaginário, como uma doação de si (Sabourin, 2008, p.134).

“Por que se dá? Se admitirmos o que se precede, a resposta é simples: para se ligar, para se conectar a vida, para fazer circular as coisas num sistema vivo, para romper a solidão, sentir que não se está só e que pertence a algo mais vasto, particularmente a humanidade, cada vez que se dá algo a um desconhecido, um estranho que vive do outro lado do planeta, que jamais se verá. Por isso, eu diria que a dádiva é o que circula a serviço do laço social, o que o faz aparecer, o alimenta.” (Sabourin, 2008, p.134).

Portanto, o paradigma da dádiva, como denomina Caillé (1998), pode oferecer pontos de compreensão para as dinâmicas nas comunidades de Facebook dos(as) migrantes brasileiros(as) na Austrália. A circulação desse capital imaginário permite que os participantes se sintam amparados por um coletivo para a solução de problemas diversos.

## 6. (SOBRE)VIVENDO NA AUSTRÁLIA

Este capítulo é organizado em três eixos principais: o primeiro abarca as experiências de estudos, trabalhos, moradias e a vivência como mulher em Sidney, na Austrália. Analiso o relato das interlocutoras e a observação em campo partindo da noção de sobrevivência, expressão utilizada recorrentemente pelas entrevistadas e que remete aos desafios e conquistas nessas quatro áreas. A dificuldade de recomeçar sem uma rede de apoio e o papel dos laços fracos, principalmente da *webdiáspora*, como pontes, tem centralidade nos relatos. Também fica evidente a quebra de expectativas e mudanças de planejamento ao longo do tempo, tanto fruto das fricções e atrasos no percurso, quanto da abertura de novas possibilidades. O segundo eixo foca na pandemia de COVID-19 e a vivência da pandemia pelas estudantes na Austrália. Por fim, analiso as trajetórias como migrantes temporárias de longo prazo diante de projetos tais como a conquista do Residências Permanente ou o retorno ao Brasil.

### 6.1. Experiências de estudos e trabalhos e as fricções do percurso

Quando iniciei a pesquisa sobre as estudantes, na Austrália, uma grande dificuldade foi definir uma categoria de análise para tal experiência. Poderia afirmar que a migração de brasileiras para a Austrália como uma migração para o estudo, uma vez que as brasileiras entraram no país como estudantes internacionais e a maioria tem objetivos de aprendizado ou aperfeiçoamento do idioma. Poderia também ser definida como uma migração de bem-estar (*Lifestyle migration*), pois os relatos focam-se mais no movimento voluntário em busca de melhoria na qualidade de vida do em outras motivações. (Salazar, 2014) Entretanto, ao afirmar, categoricamente, que as intenções iniciais e o tipo de visto condicionam as vivências dessas mulheres, estaria desconsiderando um fator-chave do perfil das estudantes na Austrália: elas saem do Brasil com reservas financeiras limitadas e, portanto, se veem pressionadas a entrar no mercado de trabalho rapidamente. Neste item focarei em alguns temas gerais relativos ao mundo do trabalho e dos estudos levantados pelas entrevistadas.

Luana ressalta a diferença entre o intercâmbio de curto e de longo prazo. A diferença principal, segundo sua observação, estaria em ter ou não reservas financeiras para todo o período de permanência no exterior.

Outra distinção importante é a presença ou ausência de suporte financeiro no Brasil (na maior parte das vezes, vindo de alguém da família).

Neste sentido, a dimensão do trabalho tomaprotagonismo na experiência migratória, mesmo que a expectativa inicial fosse diversa, o visto torna-se sobretudo, um visto de trabalho.

“Eu acho que o intercâmbio, que é um ponto que eu acho muito importante, a gente pensar no intercâmbio de um tempo mais prolongado, e não só de três meses que você já tem um dinheiro lá para bancar o intercâmbio. (*O intercâmbio*) de quem não tem um pai, uma mãe, um tio, ou sei lá quem da família, te bancando e de quem realmente tem que dar um jeito. É muito difícil porque você tem que estudar, mas ao mesmo tempo você tem que ganhar dinheiro pra pagar a comida e o aluguel. Aluguel representa muito do dinheiro que você tem que investir aqui. E as convivências você não escolhe. Então você está morando com estranhos.” (Luana, 38 anos, informação verbal)

Para aquelas que partem com uma ideia de fazer uma imersão no idioma e evitar o contato com brasileiros durante o período do curso de inglês, considerando a prioridade inicial de aprender a língua, tal objetivo fica em segundo plano. É no contato com a comunidade brasileira, principalmente nos grupos de Facebook, nas salas de aulas e nas repúblicas que as estudantes irão encontrar seus primeiros empregos, possibilidades de moradia, amigos, apoio emocional e explicações sobre como navegar no novo contexto. Além disso, a falta de fluência no idioma, o status migratório e a pressão pela “sobrevivência”, constrói um enorme abismo entre a vida da migrante e o “*lifestyle easy going*” nativo divulgado pelas agências e pelos influenciadores digitais. Laura pontua sobre a necessidade de ser realista acerca da vida na Austrália:

“As pessoas vivem hoje em dia muito de *Instagram*, então tudo que se posta é a parte boa e o sonho australiano vende isso, de você querer ter o que as pessoas postam nas redes sociais e o que as pessoas postam não é um terço do que acontece, não é a realidade, é umas férias que você conseguiu tirar depois de trabalhar 50, 60 horas na semana e você conseguiu ir para Ásia. Lógico que é mais fácil do que estando no Brasil. Mas as pessoas tem a impressão, esse é o sonho australiano, que vai viver na praia e ganhar dinheiro ao mesmo tempo. Quando a gente chega aqui a gente vê que tem que correr atrás de visto, de estudo (...) você tem que se virar, (...) eu acho também que as pessoas tem a impressão que o dinheiro aqui é muito fácil, por isso as podem fazer o que quiser, podem viver na praia, assim como o sonho americano é muito capitalista de ir pra lá, de conseguir fazer muita grana, eu acho que pra cá, o sonho australiano e mais no sentido de *lifestyle*, você vai mudar a sua vida, você vai viver na praia, vai curtir toda a natureza, enfim, lógico que tem essa parte, mas (...)” (Laura, 29 anos, informação verbal).

As expectativas são variadas, no que diz respeito ao intercâmbio. No entanto, pode-se dizer que as agências de intercâmbio divulgam um universo de cores brilhantes e pôr do sol na praia, enquanto as entrevistadas questionam a ideia de “sonho australiano”, apresentando uma visão mais realista da experiência. Ana também afirma:

“Eu realmente não entendo quando as pessoas falam sobre o sonho australiano. Sempre que eu vejo *live the dream*, eu acho que é uma ironia. Eu não me conecto com isso e não sei a que se refere quando as pessoas falam sobre este sonho(...) A minha expectativa era mesmo um lugar pra eu conseguir trabalhar e estudar e nada além disso. Um país que eu poderia usufruir disso, da segurança, de uma oportunidade de não precisar trabalhar tanto como trabalhava no Brasil, já que aqui o valor pago pela hora (de trabalho) eu conseguia estudar e trabalhar.” (Ana, 28 anos, informação verbal).

Neste processo, algumas expectativas são quebradas e novos projetos são estabelecidos. O primeiro deslocamento remete à posição de consumidora de intercâmbio e estudante de inglês. Quando deixa o Brasil, após comprar um curso de idiomas ou técnico, a intercambista está numa posição de consumidora com direitos e tem um olhar voltado para a qualidade dos cursos na qual está investindo.

No entanto, ao atravessar a fronteira da Austrália, ela passa a ser uma estudante com direitos, mas com um conjunto de obrigações diante do governo, da escola, somado às responsabilidades financeiras, mas, muitas vezes, sem uma rede de apoio. Entrar no país com o *status* de migrante documentada é uma fonte de segurança diante da realidade de muitos que cruzam a fronteira na condição de indocumentados. Tal fato não deve ser desconsiderado, afinal de contas há corpos que são mais bem recebidos do que outros. A documentação é fundamental para que as intercambistas circulem em segurança durante o percurso entre países. No entanto, a observação de campo leva a refletir sobre processos de vulnerabilização que as estudantes passam ao longo de suas trajetórias migratórias. Tais processos são multicausais e têm relação com pressões exercidas pelas tecnologias de governo e controle governamental das (i)legalidades, ausência de estabilidade, no que diz respeito a trabalho e recursos financeiros e precariedade das condições de moradia.

A dimensão do corpo aparece constantemente na narrativa das interlocutoras. No que diz respeito ao trabalho de *cleaner*, que demanda muito esforço físico, são frequentes os relatos de exaustão. Os trabalhos de *cleaner* podem ser divididos entre *cleaner* comercial, residencial, *end of lease* (entrega de apartamento) e de obra (limpeza ao final da construção). Os trabalhos comerciais incluem limpeza de escritório e estabelecimentos comerciais, como restaurantes, teatros, shoppings, escolas etc. As limpezas residenciais incluíam limpezas semanais, quinzenais, organização. Existiam também os trabalhos de *cleaner* em grandes empresas, como nos transportes públicos, grandes eventos, que muitas vezes eram mais bem remunerados e considerados mais leves.

O relato a seguir, coletado da comunidade de mulheres no Facebook “Papo Calcinha”, ilustra o cenário:

“Olá a todas, como estão?”

Hoje, gostaria de desabafar, pois sinto que minhas expectativas em relação ao intercâmbio estavam equivocadas. Vim aqui com o sonho de aprender inglês, mas às vezes, parece que esse objetivo é inatingível. O trabalho exaustivo como *cleaner* consome minhas energias, causando dores em meu corpo e impedindo-me de aproveitar plenamente as aulas de inglês. Trabalho sozinha e não tenho com quem praticar o idioma.

Me vejo constantemente em uma corrida, seja para cumprir os horários de limpeza nas casas, seja para chegar à escola, seja para descansar por poucas horas.

Parece que estou apenas sobrevivendo, trabalhando arduamente para pagar as contas sem ter recursos para o lazer.

Às vezes, questiono se todo esse esforço valerá a pena ou se devo considerar desistir. Há momentos em que meu corpo parece não aguentar mais, e isso afeta todos os aspectos da minha vida. Mesmo quando estou exausta, enfrento insônia e crises emocionais antes de ir ao trabalho. A situação está se tornando incrivelmente desafiadora.

Fico curiosa se alguém já passou por esse processo e se as coisas melhoraram com o tempo, pois, por vezes, tudo parece sem sentido.

Agradeço antecipadamente pelo apoio.”

Neste relato, é possível observar que a inserção no mercado de trabalho de serviços domésticos se apresenta como uma das poucas alternativas de trabalho para as recém-chegadas. Como consequência das longas jornadas de trabalho e das exigências físicas do ofício, a estudante se vê no conflito estudo x sobrevivência. Luiza também relata o mesmo conflito em sua experiência trabalhando como *cleaner*:

“Eu nunca gostei desse tipo de trabalho, nada relacionado a casa, (...) Eu sempre gostei de trabalhar fora de casa (...) Completamente fora da minha zona de conforto, no sentido pessoal mesmo. Era um trabalho fisicamente muito pesado, às vezes você tinha um parceiro legal e uma parceira legal, que às vezes era em dupla, e descontraía na conversa e tal. Mas era um trabalho pesado pra mim. Era um trabalho desgastante, porque a gente carregava o Vacuum nas costas (aspirador de pó) e era desgastante, não gostava. E outra, eu estava ali para praticar inglês e trabalhando de cleaner. não praticava inglês. Então, não tinha muitas vantagens além de pagar minhas contas”. (Luiza, 31 anos, informação verbal).

As entrevistadas Júlia, Luana e Ana relataram dificuldades no início do intercâmbio. Dentre os motivos foram citados: baixas reservas financeiras, inexperiência na busca por emprego em um novo mercado de trabalho, falta de rede de apoio e dificuldade de conciliar a carga horária das aulas de inglês com o trabalho.

“(…) Tinha medo do que ia ser aqui, do inesperado, do que eu ia encontrar, trabalhar com coisas que eu nunca trabalhei, se eu ia dar conta emocionalmente, financeiramente. Acho que financeiro era o que mais pegava para mim (...) Para estar aqui eu tenho que ser estudante e tem que trabalhar e tem que pagar as contas. E se eu não arrumasse emprego, não pagava as contas. Eu não conseguia nem aprender inglês.

Então eu percebi que chegou um momento que não ter um emprego estava afetando no meu aprendizado, porque eu estava na aula, mas minha cabeça estava se eu ia ter emprego ou não para pagar as contas, então eu não conseguia me concentrar. Eu ficava lá na sala, mas às vezes me pegava procurando emprego, olhando nos grupos. (...) Eu só fui trabalhar depois de um mês.” (Júlia, 34 anos, informação verbal).

“E aí, quando eu vim para a Austrália, eu me programei financeiramente para poder me dar dois meses só de estudo lá para segurar as contas. (...) estava com muita dificuldade de achar um trabalho, principalmente um trabalho, sendo que eu estudava de manhã (...) então eu lembro que uma colega minha fazia limpeza em Airbnb. E aí ela viu que estava difícil para mim. Ela às vezes me chamava para um ou outro dia e aí dividia a miséria que era, porque era tudo muito, muito mal pago, porque a demanda de trabalho estava muito alta (pessoas buscando trabalho (...)). E aí, como você tem que trabalhar para sobreviver, pagar a conta e tal, você não estuda tanto quanto você queria e aí você se desenvolve menos no inglês”. (Luana, 37 anos, informação verbal).

“Os meus primeiros meses na Austrália foram difíceis. Eu acho que...por não conhecer ninguém, eu não vim muito preparada no sentido de ter uma rede de apoio para pequenas coisas, tipo abrir uma conta no banco. Por mais que a agência tinha me orientado, eu soubesse os endereços, eu soubesse como ir e o inglês também não era uma dificuldade, já que eu falava razoavelmente bem desde que eu cheguei aqui. Mas ainda assim foi difícil por não ter uma pessoa para me receber, para me guiar, uma pessoa próxima que eu já conhecesse. Então, os primeiros meses foram muito complicados nesse sentido porque tinha muita informação nova para aprender e pouco tempo de processar. Muita coisa burocrática para fazer no sentido de arrumar emprego, arrumar uma casa. (...) O trabalho foi um pouco mais complicado, eu ficava aplicando online, nos grupos de emprego, de hospitality. Até que meu primeiro trabalho eu comentei com a moça da minha agência que eu ainda não tinha conseguido trabalho, que estava buscando e por sorte ela falou “eu trabalho aqui na agência e a noite eu também trabalho num bar, eles estão precisando de alguém (...) e comecei a trabalhar lá por indicação dela”. (Ana, 28 anos, informação verbal)

O idioma é um importante capital de rede. O aprendizado do inglês é um fator motivador da mobilidade internacional para muitas das entrevistadas da pesquisa, tanto para progresso de carreira no Brasil, quando para aumentar a circulação transnacional, quanto para permanecer na Austrália. Deste fato, vem uma segunda quebra de expectativas: a de que é possível, sem prejuízos, conciliar as demandas da estudante com as da trabalhadora.

“Eu cheguei sem inglês, fiz 5 meses de inglês, e depois eu já quis pular direto para o VET. Não quis fazer mais tempo de inglês, primeiro porque era mais barato (o VET) e segundo, porque me dava muito mais flexibilidade. O inglês me prendia muito no sentido de que não podia faltar, não podia chegar atrasada, e dependendo do trabalho que a gente fizesse, acabava prendendo muito e era muito mais rigoroso no sentido de presença do que o VET (por mais que também seja rigoroso em relação a presença, mas eram só 2 vezes na semana)”. (Laura, 29 anos, informação verbal).

Segundo Laura, a insegurança com o idioma dificultou seus primeiros meses, tal como as desigualdades impostas pela condição de migrante em visto de estudante. Tal insegurança é atribuída a fatores psicológicos, não ao domínio do idioma em si. A questão aqui é a comparação com padrões de comunicação anteriores, em sua língua natal.

O impacto parece ser maior para aquelas que trabalhavam no Brasil em atividades que exigiam altas habilidades em comunicação ou que tinham a comunicação como pontos centrais de sua personalidade. Laura resume o processo como um reinício em que predominam as condições de desvantagem diante do cidadão/permanente residente.

“A minha principal dificuldade encontrada sem dúvida foi o inglês mesmo, no sentido da cobrança, porque eu me cobrava muito, então era mais psicológico do que a própria língua, sabe, eu acho que essa parte psicológica, é uma das maiores dificuldades pra gente, porque muda muito, né, a gente tem que tratar nosso psicológico, lidar com as mudanças da melhor forma possível, mas isso é o mais difícil, (...) porque é uma mudança radical, a gente tem que entender que nosso ego, que a gente tinha no Brasil, tanto intelectual, quanto profissional, isso vai mudar completamente, porque aqui nós somos estrangeiros, né ... É como se apagasse toda a vida que a gente tinha no Brasil e começasse uma do zero aqui, só que você começa do menos 10, porque a gente começa atrás de algumas pessoas, devido ao idioma, restrição de horas de trabalho, então a gente não consegue se equiparar com o australiano.” (Laura, 29 anos, informação verbal).

O trabalho em *hospitality* (garçons, eventos e cafés) demandam melhor inglês, mas também estimulam a prática do idioma. Como possíveis pontos de desvantagem estão a disponibilidade para trabalhar muito cedo (como o ofício de barista) ou à noite (em bares e restaurantes) e, certamente, aos finais de semana. A remuneração por hora pode ser mais baixa do que nos trabalhos de *cleaner*, por isso, muitas preferem manter alguns trabalhos de *cleaner*, mesmo quando migram para os trabalhos de *hospitality*. Também é possível perceber uma diferença de *status* entre os trabalhos e algumas migrantes se orgulham em dizer que nunca trabalharam de *cleaner*, enquanto outras buscam sair do ofício. A escolha por permanecer nos ‘*jobs de cleaner*’ está relacionada a remuneração, uma possível estabilidade e nos laços construídos, principalmente para quem conquista clientes fiéis. O relato de Luana exemplifica a dimensão da segurança e do afeto na decisão de permanecer no trabalho de *cleaner*:

“E aí eu acabei conseguindo o trabalho nessa família (...) Inicialmente, três vezes por semana, me dava as 20 horas que eu precisava trabalhar e que me dava uma tranquilidade de sempre ter uma garantia de ter dinheiro para o aluguel. Mas foi um lugar onde eu encontrei inicialmente muita paz, porque ela me tratava muito bem e eu gosto muito de criança. (...) e acho que foi o lugar onde eu consegui encontrar um pouco de conforto emocional e por isso eu acho que eu fiquei tanto tempo nesse emprego. (...) ela me ajudava muito. Ela trabalhava com caridade na comunidade judaica, então ela sempre me dava, olha, toma, leva, esse pão leva. Isso para mim foi um porto seguro. De certa maneira, sabe? (...) Mas a gente vai perdendo tudo, até o nosso nome a gente perde. Então você ver como não tem zona de conforto.” (Luana, 37 anos, Informação verbal)

Como apontado na seção anterior, os laços fracos são de extrema importância na busca pelo trabalho e na manutenção deste. Tais laços são pontes para o acesso de informações anteriormente desconhecidas pela intercambista. E é através do engajamento na *webdiáspora* que as migrantes têm acesso a oportunidades diversas, tal como mencionado por Laura:

“Os primeiros trabalhos foram só através de contatos com brasileiros. E aí foram só como cleaner, todos foram contatos através de pessoas da nossa comunidade brasileira que morava em Sidney. Teve um trabalho que eu fiz, que eu trabalhei na lavanderia, que foi através do contato de uma agência de intercâmbio que eles tinham intenções da renovação, tanto que quando eu disse que talvez não renovaria (o visto) com eles, eles ameaçaram meu trabalho, eu perder meu trabalho, e realmente eles me mandaram embora, quando eu indiquei que não iria renovar com eles (...) e na pandemia foi alguém que postou no grupo de brasileiros, e eu também me cadastrei. No geral, foi através de contatos com brasileiros”. (Laura, 29 anos, informação verbal).

Já o exemplo de Maria demonstra que o domínio do idioma, somado a uma rede de apoio na chegada, facilita a entrada no mercado de trabalho. Apesar disso, foi no contato com um conhecido distante, da comunidade brasileira, que ela conseguiu a primeira oportunidade de trabalhar na sua área de atuação no Brasil (arquitetura)<sup>48</sup>.

“Eu cheguei com inglês já, então eu pulei o curso de *General English* que todo mundo faz, então, eu vim direto pra fazer VET e eu vim com visto de estudante. No primeiro mês na Austrália, eu fiz um curso de inglês preparatório para a aprova do IELTS porque eu já sabia que ia querer pegar residência permanente’ (...) Sobre trabalhos na Austrália, o primeiro trabalho foi numa loja de roupa e quem conseguiu pra mim foi minha cunhada, na minha segunda semana aqui.

Ela conhecia o gerente (...) aí depois de lá, eu trabalhei num escritório como orçamentista de pintura e render, esse trabalho eu consegui meio por um acaso, porque eu ia trabalhar dentro do prédio que ia morar com meu irmão, de faxineira, eu deixei meu currículo no escritório do prédio porque meu contrato ia acabar na loja de roupa, e aí o dono, por coincidência, o dono da empresa que limpava o prédio é brasileiro, então ele me ligou e conversou comigo e aí eu ia começar na outra semana a trabalhar por dois meses, temporário de faxineira. Estava tudo certo, só que aí a gente começou a falar da vida, o que cada um fazia no Brasil e aí a hora que eu falei, ele falou, olha, não é exatamente com arquitetura e urbanismo, mas a minha namorada é arquiteta, ela trabalha de orçamentista de pintura e render, numa empresa de pintura, e está precisando de mais um orçamentista lá, se você quiser eu passo o contato da minha namorada, daí eu falei com ela, passei na entrevista, e aí em vez de trabalhar pra ele de faxineira por dois meses, eu fui trabalhar no escritório com ela”. (Maria, 39 anos, informação verbal)

<sup>48</sup> A demanda na Austrália por profissionais da área de arquitetura e construção civil é alta. Estas são profissões presentes na lista de demanda do governo australiano (2016-2022). No entanto, para atuar no mercado é preciso passar por um processo de validação de diplomas que demanda recursos financeiros e domínio do idioma. Mesmo aquelas que validam seus diplomas do Brasil na Austrália, costumam trabalhar no setor de limpeza ou de *hospitality* no início da sua trajetória.

Portanto, o processo de perda de *skills* ou descida socioeconômica se assemelha às narrativas de migrações nos Estados Unidos e Europa. Rapidamente, a necessidade de trabalho, as inseguranças com o idioma, a ausência de rede profissional qualificada, e os obstáculos para o reconhecimento dos diplomas obtidos no Brasil levam a estudante a entrar nos “setores de trabalho dos migrantes”. Como afirma Martin Ruhs:

“TFWPS<sup>49</sup> têm sido frequentemente acompanhados pela segmentação do mercado de trabalho do país anfitrião e pelo surgimento de “setores de imigrantes”, entendidos como setores que empregam, principal ou exclusivamente, trabalhadores estrangeiros. A relação causal entre mercados segmentados e o emprego de trabalhadores estrangeiros parece ser bidirecional, em que um reforça o outro. Por um lado, um mercado de trabalho segmentado e a existência daquilo que é muitas vezes entendido como “trabalho indesejável” em “setores indesejáveis”, que os nativos já não desejam ocupar, têm constituído razões importantes para o afluxo e o emprego concentrado de trabalhadores estrangeiros. nestes setores. Por outro lado, as restrições ao emprego de trabalhadores estrangeiros em certos sectores e/ou profissões da economia anfitriã levaram, ou pelo menos contribuíram, para a deserção destes sectores/ocupações por parte dos trabalhadores nativos, dando assim origem, ou pelo menos agravando a segmentação do mercado de trabalho e a emergência de sectores imigrantes”. (Ruhs, 2013. p.18, Tradução minha)

Levando-se em conta que os trabalhos dos “setores de imigrantes” são trabalhos de alta rotatividade e que são mais flexíveis no que diz respeito à qualificação e experiência, as intercambistas criam uma expectativa que haverá poucas barreiras na busca por “*jobs*”, segundo o linguajar nativo. Essa ideia é corroborada se levarmos em conta o baixo índice de desemprego no país (3,4% em março de 2023) e a disposição das migrantes em trabalhar nos ofícios disponíveis.

O que encontram, no entanto, é diferente do esperado. Em primeiro lugar, tal mercado exige “menos qualificações”, o que não quer dizer que não exija qualificações. Experiências anteriores e fluência no idioma farão grande diferença na competição por trabalho. Em segundo lugar, a entrada no mercado de trabalho depende do estabelecimento de redes de indicação e estas podem levar algum tempo para serem estabelecidas. Em terceiro, o mercado de trabalho de países do norte global conta com um alto número de trabalhadores altamente qualificados, vindos do sul global. Muitas vezes, a intercambista pensa entrar em um mercado de trabalho “mais leve”, menos competitivo que o brasileiro, mas, de fato, ela encontra um mercado também competitivo, na qual pessoas qualificadas estão disputando vagas de trabalho não-qualificados.

---

<sup>49</sup> TFWPS: *Temporary Foreign Worker Programs*

Outro fator relevante é o papel das tecnologias de governo como os vistos. O visto de estudante limita a carga horária de trabalho semanal para 20 horas, mas muitos têm necessidade de trabalhar em período integral. Segundo o embaixador do Brasil na Austrália, em conversa com estudantes brasileiros nas maiores cidades australianas, o aumento formal das horas permitidas de trabalho é uma solicitação frequente. O embaixador afirma que:

“Essa é uma demanda generalizada. A grande maioria são estudantes brasileiros com interesse em poder trabalhar mais do que as 20 horas previstas originalmente. Eu ouvi muitas reivindicações para que não volte esse limite de 20 horas semanais, mas talvez um limite maior de 30 horas semanais. Esse tipo de demanda foi muito importante eu ouvir para que eu possa transmitir para os diversos níveis de governo aqui na Austrália.” (SBS, 2022)

A restrição formal de trabalho tem consequências práticas na vida das migrantes. Muitas empresas exigem visto de trabalho *full time* (40 horas semanais) e algumas chegam a exigir o “PR” para realizar as contratações. Não que a carga horária de 20 horas semanais não seja ultrapassada, mas, normalmente, acontecerá na informalidade expondo as trabalhadoras a um menor leque de opções de trabalho, como também a práticas exploratórias. Mesmo que tal critério não seja explicitado pelas empresas, elas acabam por utilizá-lo na prática, colocando a estudante em situação de desvantagem. Como consequência, apenas alguns nichos de trabalho ficam mais acessíveis para as estudantes internacionais.

Dentre as opções disponíveis, as intercambistas podem trabalhar com contrato de trabalho ‘*casual*’ no *Tax File Number (TFN)*, como autônomas no *Australian Business Number (ABN)*, na informalidade que os nativos chamam de *Cash in Hand* ou com contratos de *Part Time Job*, no TFN. É importante lembrar que o modelo de trabalho “casual” é legalizado na Austrália. Os trabalhadores são contratados por *shifts*, que são horas de trabalho. Dessa forma, é muito comum que uma pessoa exerça mais de um ofício, podendo ter um *shift* de *cleaner* pela manhã, de *nanny* à tarde e trabalhar em um restaurante à noite. Com o fortalecimento da rede, é provável que a migrante tenha o contato de inúmeros trabalhos, para caso tenha um *shift* cancelado, possa substituí-lo por outro. Apesar disso, não é possível garantir a quantidade de horas trabalhadas por semana, o que pode comprometer o planejamento de longo prazo e a sua qualidade de vida. Como relata Ana, “com os trabalhos casuais, necessidade de renovação de visto, imprevisibilidade em relação ao futuro, fica difícil planejar férias. É difícil montar uma reserva financeira”.

Segundo Glaucia Oliveira (2000) “o que há de ponto em comum é que, tal como as mulheres que chegaram há cem anos, as imigrantes contemporâneas encontram um mercado segmentado por gênero e, apesar de uma melhor escolarização e qualificação, ainda se dirigem para certas ocupações tradicionalmente femininas, fazendo, por exemplo, com que uma área como o emprego doméstico, que havia diminuído nos Estados Unidos e na Europa, volte a crescer no final do século XX” (p.750). O histórico de trabalhos permite concluir que a flexibilidade para aprender novos ofícios e a diversificação dos trabalhos é uma estratégia comum utilizada para navegar nos contextos de instabilidade. Diante disso apresento o histórico de atividades laborais exercidas na Austrália por entrevistada:

- a) Ana tem experiências de trabalho como bartender, maquiadora, produção, professora de yoga, *hospitality*, *au pair*, cuidadora de idosos, *allrounder* em um café, garçonne, *gaming/floor attendant*;
- b) Rose, em seu relato, cita experiências como: *Cleaner* (limpeza) comercial e residencial, *hospitality*, (bares, eventos, restaurantes), *promotion*, repositor em supermercado, *office* (trabalhar em escritório), trabalho na área administrativa em uma multinacional;
- c) Maria citou os trabalhos como *Cleaner* (limpeza) comercial, vendedora em loja de roupas e arquiteta/Orçamentista;
- d) Júlia citou trabalhos como *Cleaner* (limpeza) comercial, barista, *hospitality*, (Restaurantes e eventos), Terapias Alternativas;
- e) Laura trabalhou como *cleaner* (comercial), ajudante em uma lavanderia, atendente em padaria e em uma fábrica de alimentos;
- f) Luiza exerceu/exerce como ofícios *Cleaner* (comercial), *Nanny* (Babá), barista, *delivery*., Área de Cuidados, atendente (*office*);
- g) Luana já trabalhou/trabalha como *Cleaner* (limpeza) comercial e residencial, *Nanny* (Babá), Atendente em café, *hospitality*, (eventos), Recepcionista.

Por fim, as tecnologias de governo, como os vistos, exercem grande pressão no cotidiano das migrantes. O relato de Luiza deixa claro tal situação, afinal, mesmo diante de um acidente, a sua integridade física fica em segundo plano diante da preocupação com a manutenção do seu visto:

“(pensei) Vou arrumar um extra (...) entregar pizza, mas eu pilotei uma vez moto na minha vida. (...) Eu lembro que eu passei na entrevista e aí eu tinha habilitação de moto. Um dia que só tinha eu de entregadora, eu peguei as pizzas, eu estava fazendo entrega e tava descendo uma avenida para ir fazer a última entrega e na hora que tava descendo a avenida, uma mulher ameaçou atravessar, e eu fui e apertei o freio, mas eu apertei de uma vez e do jeito que eu apertei, a moto jogou e eu caí. Eu pensei que eu tinha morrido, fiquei lá no chão, deitada. E aí a mulher veio. Você precisa de ajuda? Você precisa de ajuda? Ela tava meio desnorteada ainda, (...) E aí eu só pensava assim que eu trabalhava no TAX, no outro trabalho, no café e eu como estudante, eu só podia trabalhar 20 horas. (...) eu precisava fazer um extra. Então eu estava fazendo algo que não era legal, vamos dizer assim, ter dois trabalho que já está mais de 20 horas. Então na hora que eu caí, a primeira coisa que veio na minha cabeça foi ‘não posso ir a lugar nenhum, porque senão vão saber que eu estou mais de 20 horas no TAX (...) já vou ser deportada. Então eu lembro que eu levantei desnorteada. A mulher falou assim que ia chamar a ambulância. Eu falei ‘Não, não precisa. Que eu só pensava que a ambulância ia custar AUD 500 . E eu falava: Não, não precisa. A gente não pode quebrar nada nesse país.(...) falava assim: Mas você está toda sangrando. E aí eu lembro que eu não olhava pra mim. Eu falava então, eu tô bem, eu tenho que terminar o meu delivery, eu tenho que terminar meu delivery. Aí eu subi na moto, terminei meu delivery, o cara me deu 5 \$ de caixinha. (...). Não conseguia andar, não conseguia trabalhar”. (Luiza, 31 anos, informação verbal).

Diante de um acidente, enquanto trabalhava como *delivery*, em uma pizzeria, Luiza não prioriza a sua integridade física, ela se vê tomada por preocupações sobre restrições de trabalho no visto de estudante, já que, ao ultrapassar as 20 horas semanais, permitidas por lei, ela podia ser denunciada. Trabalhar no TAX, que é uma condição formalizada de trabalho *part time*, dava a ela direito a solicitar uma licença enquanto se recuperava e estava afastada do trabalho. No entanto, ter dois trabalhos no TAX era a prova que ela trabalhava mais de 20 horas e solicitar ajuda da empresa poderia chamar atenção para esse fato. Portanto, neste caso, a formalização dos dois trabalhos representava, para Luiza, a exposição aos controles governamentais, mais do que um instrumento de direitos. Este exemplo explicita os impactos das tecnologias de governo sobre os corpos e a influência do macro sobre as micro decisões cotidianas.

## 6.2. Casa como (não) refúgio e os “perrengues” da trajetória

Quando se inicia uma jornada migratória em um país desconhecido e sem rede de apoio, encontrar um bom lugar para morar pode ser um desafio. Além de muitas chegarem a Austrália sem a presença de um laço forte para a recepcionaram, como é o caso das modalidades que envolvem redes familiares e de vizinhança (Caggiano, 2012; Assis 1995), também iniciam a trajetória com moradias reservadas por períodos curtos, de duas semanas a um mês. Os principais motivos para isso são os valores exorbitantes das residências oferecidas pelas agências de intercâmbio, seja as casas de família ou residências estudantis, e o desconhecimento da cidade. Este é o caso de Laura e Anna, que chegaram em Sidney com um *Airbnb*:

“Eu vim do Brasil com um Airbnb fechado por duas semanas, que era tipo uma República com quarto individual, mas a cozinha e o banheiro eram compartilhados, bem no centro mesmo de Sidney. (...) A gente chega já procurando casa”. (Laura, 29 anos, informação verbal).

“Eu vim com um Airbnb por duas semanas, só duas semanas e comecei a pesquisar uma nova casa no Flatmates, grupos de Facebook, a primeira casa foi pelo Flatmates. Era uma casa de intercambistas, tinha uma brasileira, uma turca e uma japonesa. Eu pesquisei um lugar próximo da minha escola”. (Ana, 28 anos, informação verbal). Com exceção de Maria, que foi recepcionada por seu irmão que morava na cidade desde 2015, todas as entrevistadas relataram experiências similares, seja alugando os quartos nas casas de família, seja por conta própria, como pelo *Airbnb*, já no primeiro mês, enquanto se ambientavam a cidade, começaram a buscar a sua segunda moradia. Maria conta que encontrou suas duas moradias pela internet:

“No começo, nos dois primeiros meses, eu morei com meu irmão, na casa do meu irmão, dormi na sala, porque ele morava no apartamento de um quarto (...). Eu morei uns dois meses com eles, aí eu saí de lá e fui para uma shared house (...) eu morei com duas brasileiras, eu consegui pelo grupo Papo Calcinha, eu vi o anúncio lá, aí depois de lá a gente teve que deixar o imóvel, a gente teve que sair desse apartamento, cada uma tava com um budget diferente, então a gente não conseguiu morar juntas. Então, elas foram para a moradia que o governo estava oferecendo na época do lockdown e eu fui morar numa shared house com uma Australiana e um indiano e eu achei a vaga no flatmates.com, o aplicativo do flatmates, (...) agora moro sozinha aqui, num Studio, faz dois anos”. (Maria, 39 anos, informação verbal).

A comunidade de brasileiras em Sidney, Papo Calcinha, e a plataforma *Flatmates.com* são também citadas por outras entrevistadas como lugares de referência para se encontrar moradias. É comum na literatura sobre migrações o relato da centralidade dos *flatmates* na construção de laços sociais (Salazar; Schrooten; Dias, 2015; Dias, 2010). Se por um lado, essa dimensão dos laços entre *flatmates* aparece nas narrativas das interlocutoras da pesquisa, principalmente sobre a circulação de informações, e até no estabelecimento de laços de amizade (laços fortes), em projetos migratórios mais individualizados, tal proximidade (laços de amizade) não parece ser determinante para as escolhas de moradias. A noção de casa como “não-refúgio” aparece com mais frequência, principalmente, nas narrativas dos primeiros anos como intercambista, quando não se estabeleceu ainda uma rede estável de amigos, laços fortes no país ou não possui recursos para alugar um apartamento na imobiliária. A divisão de casa, mais especificamente a divisão de quartos, é uma necessidade, diante dos preços dos imóveis. Luana descreve o modelo de aluguel como exploratório, em que brasileiros exploram brasileiros:

“A moradia você tem que dividir. Então eu dividia um apartamento, um apartamento de 2 quartos com cinco pessoas, onde eu estava no quarto triplo, tinha mais duas pessoas comigo. Um quarto triplo, que deveria ser um quarto duplo, no máximo, ou seja, dentro de uma estrutura de, já enxergo hoje, de exploração, porque era um

apartamento sublocado de brasileiros, brasileiros sublocam apartamentos, para outros brasileiros, não só brasileiros, mas muita da comunidade brasileira. E isso cobram o lucro em cima de você (...) ‘Então a gente vai se distanciando de absolutamente tudo, absolutamente tudo que a gente conhece.

“O lockdown para mim foi um pouco difícil. Não só pelo lockdown, mas porque eu também estava convivendo, já tinha me mudado, mudei aqui na Austrália, eu perdi as contas (...) Então eu estava em um outro apartamento também dividindo. E aí, por causa do lockdown, acabaram dividindo homens e mulheres. E aí os caras não limpavam, e muitos estresses. Eu me sentia muito desconfortável dentro da minha própria casa, mesmo que eram brasileiros. Era uma relação de muito não respeito. Ver toda a misoginia, assim. E você não tem para onde correr. sabe? Não tem a sua família. Então isso te mexe muito emocionalmente, psicologicamente (...) tem algumas fronteiras invisíveis, que não são respeitadas. E você não está com um tempo para analisar isso”. (Luana, 37 anos, informação verbal)

Luana ainda descreve o processo como um distanciamento de tudo que se conhecia anteriormente. A noção de casa como refúgio, como lar e local de privacidade, também tem que ser ressignificada. Tal processo resulta em desgaste emocional. Rose relata um sentimento semelhante quando se muda de Gold Coast, cidade no interior de Queensland, para Sidney. Para Rose, o sentimento de estar em outro país remetia a se sentir sozinha e sem lar:

“Então foi quando eu vi a real dificuldade de achar lugar bom para morar aqui (na Austrália). Quando eu cheguei em Sidney, meu sentimento no primeiro dia foi ‘Caramba, meu intercâmbio começou hoje’. (...) talvez porque eu estava numa casa onde eu não conhecia ninguém, era uma pensão. Então não tinha aquele lugar que você senta na sala para conversar. Aí eu me senti sozinha, aí pensei que estava em outro país de verdade”. (Rose, 42 anos, informação verbal).

Portanto, um fator que influencia as mudanças de casa são os conflitos com os *flatmates*. Luiza conta que a convivência com seus primeiros *flatmates* era muito próxima e que pareciam uma família, faziam as refeições juntos e programas coletivos. No entanto, com o tempo e mudanças de outro *flatmates*, a convivência excessiva torna-se um problema e um ambiente que era agradável de viver em um momento, deixa de ser em outro:

“Aí era um apartamento de dois quartos que a gente dividia em seis meninas e tinha um banheiro para cada três pessoas (...) O pessoal era muito gente boa. Foi a minha primeira família na Austrália. Chegava do trabalho, a gente sempre esperava todo mundo para jantar, a gente jantava juntos, saía juntos e era bem família mesmo. (...) Eu morei por um bom tempo, eu acho uns sete meses (...) Daí Teve um desentendimento meu com uma das meninas da casa e o clima começou a ficar meio pesado e a gente decidiu se mudar.” (Luiza, 31 anos, informação verbal).

Ademais, são comuns os contratos informais e contratos curtos de aluguel, mesmo com as imobiliárias. Sidney é uma cidade turística e os preços dos imóveis flutuam de acordo com a demanda e na alta temporada podem ficar bastante elevados. No fim das contas, as

intercambistas vivem um processo de hipermobilidade residencial. Ana descreve os motivos de suas mudanças como variados:

“eu morei em 12 lugares desde que me mudei para Austrália. 12 casas em 4 anos. eu vim com um airbnb alugado por 2 semanas, e encontrei o meu primeiro apartamento compartilhado no Flatmates.com. era uma casa de intercambistas, com uma coreana, uma turca e uma outra brasileira. Eram dois quartos, duas em cada. Me mudei muito de casa, depois disso, por motivos variados. Contratos curtos, o dono pediu a casa, trabalhei em troca de alimentação e moradia, depois quis morar perto da praia. Com a pandemia, não conseguia mais pagar meu aluguel e me mudei para countryside para trabalhar como au pair. Assim que as coisas voltaram a abrir, me mudei de volta para Sidney e recebi ajuda do governo com a moradia. até que fui me estabilizando e ficando mais tempo nas últimas casas.”(Ana, 28 anos, informação verbal).

Segundo histórico de moradias atualizados por entrevistas<sup>50</sup>: Ana morou em 13 lugares em quatro anos e meio na Austrália, incluindo uma mudança para a área rural, nas proximidades de Sidney, mas sem mudança de cidade ou estado. Júlia morou em, aproximadamente, oito lugares em seis anos na Austrália. Laura residiu em, aproximadamente, sete lugares, incluindo duas mudanças estaduais (Sidney/Nova Gales do Sul para Hobart/Tasmânia e Hobart/Tasmânia para Adelaide/South Australia). As mudanças de Estado foram para regionais, onde há mais oportunidades para a obtenção do visto de PR. Luana passou por mais de cinco moradias. Sem mudança de cidade ou estado. Luiza morou em, aproximadamente, dez lugares, incluindo uma mudança interestadual de Sidney/Nova Gales do Sul para Gold Coast/Queensland. Maria morou em cinco lugares em quatro anos de Austrália, sem mudança de cidade/estado. Por fim, Rose morou em 24 lugares em sete anos de Austrália, contando com uma mudança interestadual (Gold Coast/Queensland para Sidney/Nova Gales do Sul) no primeiro ano de intercâmbio.

Rose foi a entrevistada com mais mudanças residenciais, mesmo se comparada a Luiza e a Júlia, que vivem na Austrália pelo mesmo período de anos. O caso de Rose mostra que as mobilidades residenciais podem ser vividas em diversos momentos do processo migratório e que o tempo não é fator de maior estabilidade, necessariamente. Além disso, Rose afirma que a mudança de casa também era usada como estratégia de economia para realizar viagens. Ao não pagar aluguel enquanto estava viajando a turismo, Rose economizava uma quantia substancial, que poderia ser usada na sua viagem ou no retorno (uma vez que para os casual Jobs não há férias remuneradas). Por fim, as mudanças de casa podem ser uma estratégia para economizar recursos e para investir na trajetória em direção à residência permanente (mudanças para regional). Este foi o caso de Luiza, que morou por um mês no carro para economizar com o aluguel na alta temporada. Nesta oportunidade, ela dormia nos *campings* gratuitos na praia,

---

<sup>50</sup> dados atualizados em fevereiro/2024. Algumas das entrevistadas disseram não se lembrar do número exato de mudanças residenciais e forneceram valores aproximados.

utilizando dos equipamentos públicos disponíveis, como banheiros e chuveiros. Luiza conta que:

“A família do meu namorado se mudou para Queensland (...) E aí a gente veio para Queensland para visitar, fazendo uma road trip de carro (...) O custo de vida era mais barato do que em Sidney. E aí pensamos: ‘Ah, vamos mudar’ (...) É calor, é mais barato, é regional. (...) Aí a gente já tinha entregado nossa casa e precisava fazer mais um pouco de dinheiro antes de mudar para Queensland (...) A gente pegou e ficou morando um mês no carro, cada dia dormia em uma praia (...) você pode ficar em um camping, aí é tudo estruturado, mas a gente não queria pagar o camping. Então a gente ficou nômades assim. Em alguns lugares a gente podia dormir dentro do carro que não dava multa”. (Luiza, 31 anos, informação verbal)

A estratégia de Luiza de viver no carro se mostra como uma solução viável por ser voluntária e de curto período, e pode ser compreendida, pela ótica da experiência, de viver algo novo. No entanto, a mesma experiência pode ser observada como um fator de vulnerabilidade, caso seja estendida no tempo, ou seja, motivada por falta de escolhas e oportunidades. Afinal de contas, o visto de estudante, como relata uma das participantes do podcast “Mulheres Imigrantes”, está associado a vivências de mudanças e instabilidades:

“Toda semana é uma coisa completamente diferente (...) é muito inconstante. E principalmente quando a gente não é cidadão ainda, igual eu, que estou no visto de estudante. Com meu *partner* agora, mas antes a gente tinha vistos separados. É uma incerteza também sobre o visto. Vai ser aprovado, não vai... Problema com escola, resolveu... juntar dinheiro para o visto. Então é sempre uma loucura viver aqui. E essa mudança de cidade (para Gold Coast) aconteceu do mesmo jeito, porque quando eu mudei, eu me acostumei muito com tudo que eu tinha lá (em Sidney) e fui criando os meus laços para tentar amenizar esse outro lado da inconstância de você não saber qual emprego você vai ter, você não tem mais a sua carreira que você tinha no Brasil, você não domina a língua, é difícil pra você tentar alguma coisa nova na sua área, por exemplo, então eu sempre vivia nessa inconstância e eu tentei me organizar de outras formas. Ter amigos sólidos, né, tentar morar no mesmo lugar. E aí eu já estava com essa estabilidade em Sidney, e quando a gente decidiu fazer a mudança, foi como se eu tivesse começando tudo de novo, do zero. Então me trouxe para esse lugar de vulnerabilidade de novo (...) esquece tudo que você tem, você achou que tinha construído alguma coisa aqui, você é imigrante, você não construiu nada, essa não é a sua casa, você não tem nada, não pode bater um prego na sua parede. Hoje é o que eu mais sinto. Essa não é a minha casa, eu não posso bater um prego na parede (...)”. (MULHERES IMIGRANTES Episódio 30, 2022).

No relato acima, a entrevistada associa a vida de estudante/migrante àquele que está sujeito a todos os tipos de inconstância e que não pode construir um lar. Portanto, dentre os principais fatores para as mudanças de residência estão as inconstâncias da vida de estudante: mudança de emprego, instabilidade financeira, falta de privacidade e conflitos com *flatmates*, contratos curtos (*short term*)/contratos informais e mudanças de cidade/estado. As escolhas e estratégias para acumular recursos também são motivadores de mudanças de casa. Neste

sentido, a vida das intercambistas é muito móvel, no sentido de circulação na cidade, seja por conta dos trabalhos, seja pelas mudanças de endereço.

Considerando as experiências relatadas pelas entrevistadas e a observação do campo, algumas das principais fricções ou “perrengues”, conforme linguajar nativo, experimentados ao longo das trajetórias, podem ser destacados:

- a) **Barreira do Idioma:** a adaptação ao inglês foi relatada como um desafio inicial, impactando a confiança para procurar emprego e se comunicar efetivamente;
- b) **Reconstrução profissional:** lidar com a mudança nas expectativas profissionais e a necessidade de começar de novo em empregos que diferem do histórico profissional no Brasil;
- c) **Laços sociais e isolamento:** dificuldade de estabelecer laços fortes, desafios de ampliar a rede de amizades para além da comunidade brasileira, constantes despedidas, mudanças e retornos de amigos para o país de origem;
- d) **Procura de emprego:** inicialmente, a falta de confiança no inglês dificulta a busca por emprego, com os primeiros trabalhos sendo obtidos principalmente por meio de contatos na comunidade brasileira;
- e) **Pressão psicológica e mudanças de identidade:** lidar com as mudanças radicais na vida profissional, na identidade, instabilidades constantes, pressões referentes ao visto e na necessidade de começar praticamente do zero em um novo país;
- f) **Dificuldades financeiras:** instabilidade dos trabalhos (*casual jobs*), renovação de vistos;
- g) **Dificuldades referentes à moradia:** problemas com *flatmates*, preço dos aluguéis, falta de privacidade, dificuldade em encontrar moradias, mudanças frequentes.

### 6.3. Ser mulher (migrante) na Austrália

Segundo relatos das entrevistadas, a insatisfação com a vida urbana no Brasil e a busca por qualidade de vida é um dos principais motivadores de intercâmbio, perdendo apenas para o objetivo de aprender o idioma. Nas definições de qualidade de vida foram destacadas:

- a) Maior segurança pública;
- b) Ritmo de vida mais calmo;

- c) Melhores equipamentos urbanos;
- d) Melhores salários;
- e) Mais igualdade de gênero;
- f) Mais tranquilidade para estabelecer uma família;
- g) Acesso a natureza e a parques.

Um dos motivos apresentados por Gláucia Assis (2007) para a migração das mulheres é o de sair de condições discriminatórias. Diz ela: “estudos apontaram para o fato de que as mulheres migram não apenas por razões econômicas, mas também por rompimento com sociedades discriminatórias, nas quais estariam em posição subordinada” (Assis, 2007, p.751). A experiência da segurança em espaços públicos e de circulação livre como mulher não foram citadas como motivos para sair do Brasil pelas entrevistadas. Entretanto, uma vez experimentada, a vivência da segurança traz uma mudança na forma como essas mulheres performam na cidade, com mais tranquilidade e menos vulnerabilidade, o que é um estímulo para permanecerem.

Importa salientar que não se trata de estabelecer uma visão única e homogênea do que é ser mulher no Brasil e na Austrália. Aqui são descritas percepções subjetivas de sete mulheres das camadas médias brasileiras cujas vivências em um grande centro urbano brasileiro, a cidade de São Paulo, as leva a contrastar com as vivências em um grande centro urbano australiano, a cidade de Sidney. Tal percepção tem um papel definidor na decisão de permanecer na Austrália até o momento das entrevistas. Assim, as estudantes experimentam a nova realidade de segurança como uma motivação para ficar na Austrália. A liberdade de andar de transporte público e na rua, e de vestir qualquer roupa sem ser assediada, também foi citada por Rose:

“Ser mulher aqui pra mim é maravilhoso. Porque uma das coisas que me incomodava muito em São Paulo, principalmente porque marcou períodos da minha vida, é você no trem, você na rua...Eu sempre andei muito de transporte público. Então era a minha realidade. Eu fui comprar meu carro nos meus dois últimos anos, antes de eu vim para cá. Então, andei muito de transporte público, muito na rua. E você ter aqueles caras mexendo, fazendo aqueles sinais ou com boca, ou aquelas coisas nojentas. Você não tem aqui. (...) eu lembro muito, muito quando eu mudei para Sidney. Enfim, é uma coisa que me chama a atenção sempre. (...)”. (Rose, 42 anos, informação verbal)

“Ser mulher na Austrália é diferente de ser mulher no Brasil (...) Sim, com certeza é muito diferente essa liberdade de você andar na rua. (...)Claro que também acontece coisas... pode acontecer. Mas eu me sinto muito mais segura. Não só como mulher, como ser humano (...) eu queria que todos pudessem experimentar isso. E como mulher, a gente sabe que a gente está mais vulnerável. E aqui eu me sinto mais segura. E isso é um dos fatores decisivos para ter escolhido ficar também aqui. Eu não me vejo mais morando no Brasil. Não sei, para sempre é muito tempo, a gente nunca sabe.

Hoje eu considero que a segurança foi um fator principal para eu escolher ficar na Austrália”. (Júlia, 34 anos, informação verbal)

O assédio como violência que limita a liberdade de circulação da mulher também é tema do relato de Luana. Ela, tal como Júlia e Luiza, ressalta a condição favorável de segurança urbana que beneficia, principalmente, a livre circulação da mulher. As experiências de ter paz e segurança para andar na rua, inclusive à noite, são determinantes para a escolha de permanecer no país.

“É a questão da segurança. Sabe o que me dá medo de voltar (para o Brasil). Eu vou ter que voltar a sensação de não poder circular livre, como cidadã, como mulher. E a questão do assédio também. Porque eu acho que aqui é óbvio que aqui tem violência contra mulher, mas eu acho que as questões de assédio no trabalho, as piadinhas e insinuações no Brasil, elas, na experiência no Brasil, elas são mais, em maior quantidade e mais explícitas. Então, acho que é isso, estou usufruindo de um sistema que você realmente tem paz para andar na rua” (Luana, 37 anos, informação verbal)

“A segurança de eu poder andar com meu celular agora na praia sem medo de ser assaltada, a segurança de eu poder deixar minhas coisas na areia para dar um mergulho e voltar. Minhas coisas vão estar lá. Lógico, tem as suas exceções...Ter este tipo de tranquilidade, andar sozinha. Andar sozinha e à noite, ter uma tranquilidade. Não vou falar para você que eu fico 100% segura, mas comparado com o Brasil, eu não iria sair nunca a noite sozinha. Aqui, eu vou ali tomar um sorvete e encontrar alguma amiga minha, ou depois do rolê, voltar para a casa sozinha não é algo assustador”. (Luiza, 31 anos, informação verbal).

A declaração de Laura, além de corroborar com o que foi dito pelas outras entrevistadas, traz duas dimensões importantes: para ela, a liberdade de ser quem se verdadeiramente é está vinculada a uma vida sem medo e com segurança nos espaços públicos. O segundo ponto é o preço de viver tal experiência de liberdade, que, para ela, envolve o ônus de ficar longe da família e ter menos confiança para se expressar em inglês do que o faria em português.

“Não sentia nenhuma segurança no Brasil, então, poder andar na rua, poder ter a liberdade de ser eu mesmo, de escolher o que eu posso fazer, o que eu quero fazer, isso é o principal pra mim, assim, minha liberdade, é o que mais me faz ficar aqui. Lógico que tem os contras, como tudo na vida. Toda escolha a gente sempre perde alguma coisa, e nesse caso é a convivência com a nossa família, é uma parte intelectual minha que é diferente em português, mas no geral eu estou bem satisfeita de ter migrado para a Austrália”. (Laura, 29 anos, informação verbal)

As novas vivências nos espaços públicos alteram, completamente, a percepção de segurança, liberdade e da própria concepção de como a mulher pode performar nos espaços públicos.

Neste sentido, o conceito de segurança ontológica, como formulado por Anthony Giddens, auxilia na compreensão das vivências das estudantes.

“Existem alguns aspectos de confiança e segurança observados no desenvolvimento da personalidade e da identidade dos indivíduos que parecem se aplicar a todas as culturas (GIDDENS, 1991). Essa segurança, a segurança ontológica, é uma forma, mas uma forma muito importante de sentimentos de segurança no sentido mais amplo do termo. É a crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua auto identidade e na constância dos ambientes de ação social e material em que vivem”. (Damião, 2011, p.61 )

Apesar de perceberem a Austrália como uma país mais igualitário no que diz respeito a igualdade de gênero, principalmente nos espaços urbanos e no mercado de trabalho, as sete entrevistadas são unânimes ao afirmar que ser mulher migrante as coloca em uma posição diferente da mulher australiana. Dentre os pontos levantados estão a observação de que ainda existem desafios para a migrante latina, especialmente em relação à sexualização e objetificação. Todas as entrevistadas relataram situações de estereótipos associados a mulheres brasileiras sentidos na esfera pessoal e nas experiências de trabalho. Também são ressaltadas episódios desafiadores principalmente envolvendo a polícia e boletins de ocorrência, sugerindo que a nacionalidade/etnia pode influenciar no tratamento recebido em serviços públicos.

“sobre ser mulher na Austrália... eu sinto que existe mais respeito se comparado ao Brasil (...) Os direitos parecem ser um pouco mais respeitados, pela questão de ser mulher, agora...Ser migrante mulher na Austrália, ai a situação já é um pouco diferente, e...principalmente pelo fato da gente ser latina, eu vejo que ainda existe, não é todo mundo, mas ainda existe bastante a questão da sexualização da mulher (brasileira) (...) Então assim, e não é uma apreciação da brasileira que eu gosto de ouvir e de ver... Não é todo mundo, mas existe ainda uma parcela de homens que objetifica a mulher latina e a mulher brasileira (...) Eu falo baseada na minha vida de solteira, estando em aplicativos, que isso existe. Tanto que eu nem coloco a minha nacionalidade nos aplicativos (...) porque eu sei que isso pode atrair pessoas justamente pela questão da objetificação e do fetiche e eu não gosto disso (...) eu tenho várias amigas que já passaram por situações complicadas aqui sendo mulher e tenho a impressão que se elas não fossem brasileiras o tratamento teria sido diferente, principalmente envolvendo polícia, boletim de ocorrência, esse tipo de coisa assim ...” (Maria, informação verbal).

Neste sentido, ao mesmo tempo que a experiência migratória expõe as estudantes/trabalhadoras a muitas situações de insegurança (mudanças constantes de casa, trabalho e círculos de amizade), ela abre um universo de possibilidade de novas seguranças, como a segurança nos espaços públicos e não viver com medo da violência urbana. É espremida, entre essas duas vivências extremas e contraditórias, que as intercambistas tomam as suas decisões e traçam os seus caminhos.

#### 6.4. As vivências da pandemia na Austrália

“Coisa que gosto é poder partir Sem ter planos  
Melhor ainda é poder voltar Quando quero.”  
(Encontros e despedidas, Milton Nascimento)

A pandemia de COVID-19 foi um Evento Focalizador que demandou diversas políticas públicas de caráter emergencial ao redor do mundo, tal como também abriu janelas de oportunidade para debater vulnerabilidades que foram escancaradas pela crise. O conceito de Evento Focalizador foi cunhado no âmbito do estudo de políticas públicas por Birkland (1997) e é definido como eventos que:

“ocorrem de forma repentina e imprevista; são raros, imprevisíveis e não planejados; afetam um grande número de pessoas; o público e os membros mais informados em torno da política têm acesso à informação sobre ocorrência do evento praticamente ao mesmo tempo” (Birkland, 1997, p.652).

A pandemia afetou variados setores da sociedade: saúde, economia, emprego/renda, mobilidades, assistência social e bem-estar de modo geral. As ondas de contágio de COVID-19 apresentaram consequências locais diversas. Em março de 2020 (*Wave 1*) aconteceu a primeira onda da pandemia com impactos ao longo da Austrália. A segunda onda (*Wave 2*) foi, particularmente, predominante no estado de Vitória, entre os meses de junho e novembro de 2020. A onda do Delta (*Delta Wave*) atingiu todo o país, se estendendo ao longo de 2022. Como medidas implementadas para manejo da crise podemos citar restrições de viagens, distanciamento social, obrigatoriedade do uso de máscaras, exigências de quarentena e isolamento, e regras específicas para espaços públicos e estabelecimentos comerciais. Cada estado apresentou adaptações a essas regras variando com as condições locais da pandemia (Evans e Petrie, 2020; Farbenblum e Berg, 2020; Freeman, 2020).

A primeira onda da pandemia na Austrália é de particular interesse, uma vez que o início da crise impõe uma pergunta de fundo: em um contexto de crises, principalmente de restrições de mobilidade, o Estado deve atender os cidadãos e os não cidadãos como iguais? Tal questão é de central importância em países com alta taxas de migrantes temporários, sendo a resposta dada durante a crise, um importante sinalizador do olhar do Estado sobre os migrantes não cidadãos e sobre possíveis vulnerabilidades experienciadas por estes.

É evidente o impacto da pandemia nas mobilidades e na migração. Em 22 de março de 2020, o Governo declara estado de emergência na Austrália, com o fechamento das fronteiras internacionais, restrição de movimentos e reuniões, a imposição de políticas de quarentena e a suspensão de serviços não essenciais. A análise das políticas emergenciais explicita diversas questões presentes na sociedade australiana, algumas delas debatidas por acadêmicos e organizações de direitos humanos anos antes da crise, tais como a dependência do mercado australiano por trabalhadores migrantes (muitos na condição de migrantes temporários) e as políticas neoliberais de atração desses trabalhadores que entram no país sob diversas categorias de vistos (*Work Holiday Visas, Student Visas, Skilled Visas*, dentre outros).

As decisões do primeiro-ministro australiano Scott Morrison (2018-2022) no que diz respeito às demandas sociais dos migrantes temporários na primeira onda do coronavírus, particularmente dos estudantes internacionais, abriu importantes debates sobre os direitos humanos e de cidadania para esse grupo. Em discurso oficial, em 03 de abril de 2020, o primeiro-ministro australiano disse que o avanço da contaminação do coronavírus sinalizaria uma boa “hora de voltar para casa”, se referindo a visitantes e estudantes internacionais. Disse ele que:

“A Austrália deve focar nos seus cidadãos e residentes para garantir que os suportes econômicos que temos sejam maximizados(...) Para aqueles viajantes que estejam na Austrália e forem enfermeiros e médicos, ou tenham outras habilidades críticas que possam nos ajudar durante a crise, temos oportunidades para eles”, complementa o primeiro-ministro”.

Scott Morrison finaliza seu discurso dizendo que “embora seja encantador receber visitantes na Austrália em bons tempos, em momentos como esse, se você é visitante nesse país, é o momento de voltar para casa” (ABC NEWS, 2020, tradução nossa).

Ele ressalta em seu discurso os requisitos para que o estudante internacional entre na Austrália, como a comprovação financeira demonstrando que é capaz de se sustentar no primeiro ano de estudo e a necessidade de financiar os custos da escola. O posicionamento de Morrison traz à tona um debate mais profundo sobre a posição de cidadão e de cliente/consumidor que muitos migrantes temporários ocupam no estado australiano. Tal situação toma um realce ainda mais complexo no caso dos estudantes internacionais que escolhem se mudar para um outro país e financiar seu próprio projeto migratório através do trabalho no país receptor.

O discurso do primeiro-ministro explicita sua decisão política-ideológica de manter a diferenciação de acesso a direitos entre cidadãos e não-cidadãos, inclusive em momentos de crise, em consonância com a ideia neoliberal de que o projeto migratório é um projeto individual. Segundo tal perspectiva, o Estado deve intervir, essencialmente, para controlar as fronteiras e impedir que o migrante, principalmente o indocumentado, se torne “um problema”. Diante das decisões do primeiro ministro, a pressão por lidar com as consequências da pandemia para os estudantes internacionais recai sobre os governos estaduais. Na primeira onda da pandemia, os estudantes internacionais não eram elegíveis a acessar políticas sociais, tais como *JobLeave*<sup>51</sup>, *JobSeeker*<sup>52</sup>, Auxílio Emergencial, uma vez que estas eram acessíveis apenas para cidadãos australianos e migrantes residentes permanentes. No caso do Auxílio Emergencial (*Pandemic Leave Disaster Payment*) os estudantes internacionais em Nova Gales do Sul passam a ser elegíveis para o recebimento do benefício a partir de julho de 2021, na *Delta Wave*<sup>53</sup>.

A Tabela 4 mostra algumas das medidas implementadas pelo governo federal australiano e pelo estado de Nova Gales do Sul (NSW) nos primeiros meses da pandemia. Uma das primeiras decisões do governo federal, antes mesmo de decretar situação de emergência no país, foi retirar a restrição de trabalho do visto de estudante de 20 horas semanais, autorizando 40 horas semanais de trabalho. Sem acesso aos programas sociais, os migrantes temporários que haviam perdido trabalhos, viram-se obrigados a atuar nos setores de crise, expondo-se a um maior risco de contágio pelo vírus. Contrariando as recomendações das organizações internacionais e na contramão das ações tomadas por países com políticas migratórias semelhantes, como Canadá e Nova Zelândia, o governo federal australiano reforçou a divisão entre cidadãos e não cidadãos.

---

<sup>51</sup> *JobKeeper payment*: o governo ajudou a manter os australianos em empregos apoiando empresas afetadas pelo impacto econômico significativo da pandemia de COVID-19. Empresas elegíveis e sem fins lucrativos puderam receber um valor entre 1.000 a 1.500,00 por quinzena por funcionário para cobrir o custo dos salários.

<sup>52</sup> *JobSeeker payment*: ajuda financeira para pessoas entre 22 anos e a idade da aposentadoria que estiverem procurando trabalho. É também para quando a pessoa está doente ou ferida e não pode fazer seu trabalho ou estudar por um curto período de tempo. O *JobSeeker Payment* substituiu o *Newstart Allowance* extinta em março de 2020.

<sup>53</sup> ‘As diretrizes de concessão e os regulamentos que prevêm o pagamento especificaram que cidadãos, residentes permanentes e titulares de vistos temporários que tenham o direito de trabalhar na Austrália poderiam ser elegíveis para o pagamento. Isto é incomum no contexto da seguridade social e dos pagamentos em caso de catástrofe, que geralmente excluem os titulares de vistos temporários. No entanto, a medida orçamental para 2020-21 que definiu o financiamento do *Pandemic Leave Disaster Payment* observou que os governos estaduais “reembolsarão a Commonwealth por quaisquer pagamentos feitos a trabalhadores com vistos temporários” (Parliament of Australia, 2022, tradução minha).

**Tabela 4 - Políticas Públicas relacionadas à COVID-19, na Austrália, no ano de 2020**

<b>Data</b>	<b>Alcance</b>	<b>Políticas Públicas</b>
07/03/2020	Nacional	Remoção temporária de limite de horas de trabalho do visto de estudante Limite de 20 horas semanais alterado para 40 horas semanais.
20/03/2020	Nacional	Reuniões são proibidas para grupos de mais de 500 pessoas ao ar livre ou mais de 100 pessoas em ambientes fechados.
22/03/2020	Nacional	Pacote de apoio econômico de US\$ 189 bilhões, incluindo suplemento para coronavírus, pagamentos de estímulo e liberação antecipada de aposentadoria. Migrantes temporários não elegíveis.
25/03/2020	Nacional	<i>JobKeeper</i> e <i>JobSeeker</i> anunciados. Migrantes temporários não elegíveis.
30/03/2020	Nacional	Anunciada uma moratória de seis meses sobre despejos, a ser implementada pelos estados.
30/03/2020	Nacional	Reuniões públicas são proibidas para grupos de mais de 2 pessoas. Instalações como bares, clubes e hotéis, academias, cinemas, salões de beleza e locais de culto são fechados.
04/04/2020	Nacional	A maioria dos titulares de vistos temporários, incluindo estudantes internacionais, têm permissão para acessar a aposentadoria ( <i>superannuation</i> ).
05/04/2020	Nacional	Subsídio para assistência à criança ( <i>childcare</i> ) instituído. Migrantes temporários, como aqueles com vistos de proteção temporária ( <i>Temporary Protection visas</i> ) e vistos provisórios de parceiro ( <i>Partner Provisional visas</i> ), podem ser elegíveis.
8 – 18/05/2020	Nacional	Anunciado plano nacional de três etapas para reduzir as restrições ao coronavírus. Os estados começam a implementar políticas que permitem reuniões ao ar livre de 10 pessoas, até 10 clientes sentados em cafés e restaurantes, 5 visitantes em domicílios.
15/05/2020	Estadual (NSW)	Anunciado financiamento de US\$ 20 milhões para até 20 semanas de acomodação gratuita para estudantes internacionais “com necessidade genuína” e maior apoio para serviços jurídicos para estudantes internacionais.
01/06/2020	Estadual	Os estados começam a permitir que pubs, clubes, cafés e restaurantes tenham até 50 clientes, e salões de beleza e manicure podem reabrir. Os alunos voltam às aulas.
03/06/2020	Estadual (NSW)	Anunciado o ‘Programa Multicultural de Subsídios de Apoio COVID-19 de NSW’. Inclui US\$ 6 milhões para agências que auxiliam pessoas com vistos temporários, incluindo US\$ 1,5 milhão para emergências.
14/07/2020	Estadual (NSW)	Foi anunciado um financiamento adicional de 4 milhões de dólares para titulares de vistos temporários, incluindo para alimentação de emergência, apoio médico, habitação essencial, bem como para organizações que prestam serviços a trabalhadores com vistos temporários, tais como serviços de tratamento de casos e de tradução. Exclui apoio a requerentes de asilo e estudantes internacionais.
24/07/2020	Estadual (NSW)	Reservas em restaurantes limitadas a um máximo de 10 pessoas.

**Fonte: FREEMAN, B; et al, 2022. (Elaborado pela autora).**

A pandemia e a ausência de políticas de auxílio aos migrantes temporários resultaram na saída de mais de meio milhão de titulares de vistos temporários (Tabela 5), gerando uma crise caracterizada por uma escassez crônica de trabalhadores, mesmo diante de taxas de desemprego relativamente baixas. Entre março de 2020 a março de 2021 houve uma redução de 33% do número de estudantes internacionais no país, ameaçando uma das maiores indústrias nacionais.

Como Evento Focalizador, a pandemia do COVID-19 colocou em debate os efeitos de longo prazo das políticas de migração adotadas na Austrália nos últimos anos, culminando na eleição de Anthony Albanese, do *Labour Party*, como primeiro-ministro da Austrália em maio de 2022.

**Tabela 5 - Titulares de visto temporário com direito total ou parcial ao trabalho-2020-21**

Categoria de Visto	31-março 2020	31-março 2021	Varição (de março 2020 a março 2021)
Categoria especial/cidadãos da Nova Zelândia ( <i>Special Category/NZ citizens</i> )	672.432	659.254	-2%
Estudantes internacionais ( <i>Student visa/ 500</i> )	567.924	377.785	-33%
Permissão de trabalho e estudo ( <i>Working Holiday Visa</i> )	119.266	38.830	-68%
Outros temporários ( <i>Other temporary</i> )	5.392	3.944	-27%
Residentes temporários/outros empregos ( <i>Other employments</i> )	40.805	39.334	-4%
Residentes temporários trabalhadores qualificados/ todos os aplicantes ( <i>Skilled Employment/ all applicants</i> )	139.331	104.333	-25%
Residentes temporários trabalhadores qualificados (apenas requerentes de 1º. visto) ( <i>Primary Applicants/ only</i> )	77.691	57.954	-25%
Visto de trabalho pós-estudo ( <i>Temporary graduate</i> )	96.819	100.325	4%
<b>Total</b>	1.641.968	1.323.605	-19%

**Fonte: Adaptado de Department of Home Affairs (2021). Tradução minha.**

#### 6.4.1. Políticas Sociais e vistos temporários em contexto de crise

Um documento informativo foi elaborado no contexto de crise gerada pela COVID-19 e motivado por dúvidas e demandas dos imigrantes temporários. Publicado em maio de 2020, o relatório elaborado pelo departamento de assistência social do parlamento australiano *Temporary visa holders and social security: a quick guide, 2020* buscou informar os migrantes internacionais sobre os critérios para pagamentos de seguridade social na Austrália, especificamente para os portadores de vistos temporários (Parliament of Australia, 2020).

Segundo o relatório, até 31 de março de 2020, eram 2,17 milhões de pessoas portando vistos temporários na Austrália, desses, 567.924 eram estudantes internacionais. Ainda, de acordo com o documento, os requisitos de elegibilidade para auxílios sociais podem ser divididos em duas categorias: requisitos de qualificação (*qualification requirements*) e requisitos de "pagamento" (*payability requirements*).

Os requisitos de qualificação são requisitos mínimos que devem ser atendidos antes que um benefício possa ser considerado.

O status de residência é um tipo de requisito de qualificação. Para a maioria dos benefícios de seguridade social, segundo o *Social Security Act*, 1991, o critério mínimo de qualificação é ser considerado um “residente australiano”, isto é, estar em uma das seguintes categorias: ser um cidadão australiano; ser portador de um visto de residência permanente; ser portador de um visto disponível apenas para cidadãos da Nova Zelândia, ou os vistos denominado de SCV na categoria “*protected*”. Os requisitos de pagamento são aqueles que devem ser atendidos por uma pessoa que já cumpriu o requisito qualificação. Eles incluem períodos de espera, testes de recursos ou a exigência de que uma pessoa não receba mais de um pagamento de suporte de renda ao mesmo tempo.

Neste caso, o migrante temporário, mesmo atuando de forma documentada no mercado de trabalho, não são elegíveis aos programas sociais. O estudante internacional é um residente temporário em termos legais, mesmo que viva por muitos anos no país, portanto, não atende ao requisito de elegibilidade mínima de qualificação que é ser “residente australiano”. Como consequência, os migrantes temporários de longo prazo estão em uma condição de maior vulnerabilidade se comparados aos permanentes residentes e cidadãos. Tanto por terem acesso restrito a direitos sociais no país de acolhidas, quanto por ter uma rede social mais restrita, condição intensificada em períodos de crise.

#### 6.4.2. *Impactos da primeira onda da COVID-19 sobre os (as) estudantes internacionais*

Se comparado ao Brasil, a Austrália foi um país considerado seguro durante a pandemia, com baixos índices de mortalidade pelo vírus. No entanto, é crucial destacar que essa condição de segurança não foi alcançada de forma equitativa por todos os grupos da população. A disparidade tornou-se especialmente evidente durante a primeira onda da pandemia, quando os imigrantes temporários enfrentaram desafios específicos e foram excluídos de algumas das principais políticas públicas federais, como relatado acima.

Quando as primeiras notícias sobre a pandemia começaram a surgir, em dezembro de 2019, observei uma apreensão na casa onde morava. Éramos oito pessoas em uma mesma república, distribuídos em pelo menos cinco diferentes nacionalidades, a maior parte vindos do continente asiático. Dividíamos quartos, banheiros e utensílios de cozinha. Todos trabalhávamos em funções que não eram passíveis de serem realizadas *home office*. Essa era a realidade da maioria das repúblicas e grande parte dos estudantes internacionais moravam em casas compartilhadas.

Havia uma crescente preocupação sobre a possibilidade de disseminação da doença, ainda “misteriosa”, a saúde dos familiares em outros países e o temor do aumento da xenofobia. Tal como no restante do mundo, não prevíamos o impacto da pandemia e nem sua extensão, mas, como migrantes, estávamos sempre vigilantes sobre questões relativas à circulação internacional e o impacto no mercado de trabalho local. Nos círculos de brasileiras, ouvi muitas narrativas, principalmente no início do projeto migratório, sobre o temor de se perder alguém no Brasil e a impossibilidade de estar presente nos momentos importantes dos familiares. A pandemia trazia uma materialidade para todos esses temores imaginados.

“Porque quando a gente chega na Austrália, eu vejo muitas pessoas falando sobre isso. Quando eu cheguei no meu intercâmbio, meu maior medo era perder alguém da minha família. É um dos maiores medos que existe dentro do intercâmbio, que é estar longe, perder pessoas e você não poder se despedir (...)” (Luana, 38 anos, informação verbal).

Nas comunidades de brasileiros(as) no Facebook circulavam relatos de recém-chegados sem emprego, nem rede de apoio. Também eram frequentes os pedidos de ajuda por aqueles que já moravam há alguns anos no país e que haviam perdido o emprego. Algumas pessoas estavam no período de renovação de vistos e sem auxílio do governo, nem emprego, temiam permanecer no país na condição de indocumentados. Observei, ao longo dos anos, que a dificuldade de acumular reservas financeiras e alcançar um ponto de estabilidade era generalizada entre os que estavam em vistos temporários e intensificada para os que permaneciam no visto de estudante. Uma combinação de fatores se relacionava com tal realidade: as despesas do visto e dos estudos, somada à instabilidade dos trabalhos casuais, limitações de trabalho impostas pelo visto de estudante e as frequentes mudanças de moradias. Muitos dos estudantes internacionais trabalhavam em empregos temporários conhecidos como trabalhos casuais ou “*casual job*”. Os trabalhadores casuais (“*casual employees*”) foram muito afetados na primeira onda da pandemia, já que atuavam em áreas como hospitalidade (bares, restaurantes, eventos, cafés), beleza (salões de beleza, clínicas de estética), construção civil (obra, controle de tráfego, limpeza de obras), consideradas como serviços não essenciais. Somados a isso, a condição de trabalho casual não dava direito a proteção em caso da perda de emprego (ou redução de horas) e a condição de migrante temporário impossibilitava que os benefícios do governo fossem acessados.

As companhias aéreas de todo mundo, seguindo os protocolos de segurança, reduziram ou cancelaram os voos internacionais, a partir de março de 2020. Dentre as razões estão as restrições de fronteiras e a redução da demanda por viagens.

Este foi o caso de duas das maiores companhias aéreas da Austrália, *Quantas* e *Jetstar*, que tiveram 90% dos voos internacionais cancelados. Ademais, países de trânsito, como Dubai, Singapura e Hong Kong, também estavam fechados à circulação, o que dificultou o tráfego internacional. Segundo dados do relatório divulgado pela *University of Technology Sydney (UTS)* e *University of New South Wales (UNSW)*, em parceria com a *Migrant Worker Justice Initiative*, durante o primeiro *lockdown*, desde 1º de março de 2020, 70% dos entrevistados que estavam trabalhando perderam o emprego ou a maior parte de suas horas ou turnos (54% perderam o emprego, 16% perderam a maioria das horas/turnos, outros 13% dos entrevistados perderam alguns dos seus horários ou turnos). A área de serviços (*hospitality*) foi o ramo de atuação mais citado pelos entrevistados (30%), trabalham como cozinheiros, ajudantes de cozinha, garçons e baristas. No que diz respeito à rede de apoio, 33% relataram buscar algum suporte emergencial para atender às necessidades básicas, sendo que apenas um em cada dez estudantes de instituições privadas receberam suporte da faculdade. Organizações filantrópicas, como Cruz Vermelha, instituições que forneciam alimentos e os governos estaduais, também foram citados como fonte de ajuda. Por fim, alguns receberam a ajuda de amigos e familiares que também moravam na Austrália, (Freeman, B; et al, 2022).

Nas comunidades de brasileiros(as) começaram a circular notícias sobre cancelamentos de voos e sobre a possibilidade de repatriação feita pelo Itamaraty. Havia brasileiros(as) “presos” em diversos países e a Austrália era um deles. A prioridade era dada para pessoas em vistos de turistas e as com passagens de volta para o Brasil adiadas ou canceladas. Em uma reportagem, veiculada no dia 12 de abril de 2020, afirma-se que no início da pandemia havia uma lista de 5.500 brasileiros a serem repatriados, sendo 471 na Austrália. Ainda na mesma notícia, uma estudante de Sidney relata que:

“A sensação é de abandono, porque você está aqui de mãos atadas. Eu ainda estou conseguindo pagar o aluguel, mas tenho amigos que já vão começar a passar perrengue. Se eu não voltar em maio, eu não sei como eu me sustento aqui, porque a vida na Austrália é cara” afirma. Para tentar se manter de forma legalizada no país, solicitou um visto de turista, que custa US\$ 365. “Eu não posso ficar ilegal, mas também não posso renovar para o visto de estudante, porque eu não teria dinheiro para isso, eu teria que comprar outro curso” (Saringer, G., R7, 2020).

O contexto de restrição das mobilidades foi um dos fatores que levaram os migrantes temporários a permanecerem na Austrália durante a pandemia. Alguns países, como Colômbia e Nepal, fecharam suas fronteiras inclusive para volta de seus cidadãos.

Também é importante ressaltar que a grave situação da pandemia em muitos países, como é o caso do Brasil, da Índia, da China e dos Estados Unidos, o que também dificultava a volta de seus cidadãos e aumentava o temor pelo retorno (Freeman, B; et al, 2022).

A maioria fundamentou sua decisão visando evitar prejuízos nos investimentos realizados em seus estudos e vistos. Para alguns, a continuidade dos cursos de maneira remota não era viável, uma vez que o pagamento das mensalidades representava um desafio financeiro considerável em seus países de origem. Outro elemento incentivador para a permanência foi o receio de não conseguir retornar à Austrália. Esses estudantes têm expectativas, projetos, estabeleceram laços e relacionamentos no país, e a saída representaria o risco de não poderem retornar. Essas motivações evidenciam a complexidade das escolhas dos migrantes em vistos temporários diante das desafiadoras circunstâncias provocadas pela pandemia (Freeman, B; et al, 2022).

Três pontos merecem destaque: 1) a explicitação da condição de vulnerabilidade vivenciada pelos migrantes temporários, particularmente os estudantes internacionais, que já viviam muitas instabilidades antes da pandemia. 2) O papel dos estudantes internacionais no mercado de trabalho australiano fica claro. A primeira decisão do Governo Federal, antes mesmo de declarar estado de crise, foi aumentar a autorização de trabalho para os estudantes (de 20 para 40 horas), uma vez que era prevista uma crise de mão de obra. Os estudantes internacionais exerciam funções que não podiam ser realizadas na modalidade *home office*. 3) A falta de acesso aos programas de auxílio do Governo Federal, na primeira onda da pandemia, os pressionou para que trabalhassem nos setores de serviços essenciais: supermercados, área de cuidados, limpeza, comércios e fábricas de comida.

#### 6.4.3. *Lidando com a pandemia: exclusão e janela de oportunidades*

Considero a COVID-19 como o ponto-chave para compreender a trajetória das interlocutoras da pesquisa, primeiro pelos impactos na circulação, como abordado anteriormente, a pandemia impôs desafios para a mobilidade em muitos níveis, principalmente no caso da circulação internacional. Entre as decisões de “partir” e “ficar”, tanto a gravidade da pandemia no Brasil, como as dificuldades de retorno para casa, estimulou a permanência de algumas migrantes.

Rose circulou por diversas empresas e construiu um vasto capital de rede, apesar disso, sempre manteve o contato com a *Labour Force*, sua primeira empresa, em Sidney, para trabalhos esporádicos.

A influência adquirida, ao longo dos anos, tanto nos trabalhos por onde passou, quanto nas diversas repúblicas em que morou, eram reflexo de anos de atuação no “universo corporativo”, em São Paulo. Tal *network* foi determinante no contexto de crise do coronavírus e possibilitou que ela fosse contratada no escritório da empresa *Labour Force*, ficando responsável pelo recrutamento de *casual workers*.

Dentre os variados contratos da empresa estavam a realização de trabalho de *deep clean* em estações de ônibus e trem, limpezas e manutenção comercial, serviços gerais em eventos e um grande contrato firmado com o estado de NSW, durante a pandemia, para limpeza e *desinfection* de ônibus, trens e escolas. Já os serviços especializados prestados pela empresa durante a pandemia, podem ser citados: limpeza antiviral, limpezas de resposta rápida, limpeza profunda antiviral e avaliações de risco *SafeZone*. As equipes eram formadas por migrantes temporários, muitos vindos do Brasil e do Nepal. Rose recomendou, para o mesmo trabalho, uma de suas *ex-flatmates*, que havia perdido todas as horas no café onde trabalhava, a qual, por conseguinte, recomendou uma amiga brasileira que estava na mesma situação, Júlia, nossa segunda interlocutora. Laura também trabalhou na *Labour Force* durante a pandemia, e, com ela e Júlia, convivi quase diariamente, por cerca de dez meses. Mais tarde, Ana foi empregada na mesma empresa, mas a conheci alguns meses antes, no auge da pandemia, quando fomos morar na residência estudantil da Universidade de Sydney, através de um programa de auxílio, fornecido pelo governo de NSW, residência que Júlia também morou por um tempo. À medida que o tempo passava, os comércios alteraram seu funcionamento, mas passaram a contratar novamente. Luiza conseguiu um trabalho em um café perto de sua casa. E Luana também foi contratada para trabalhar em um café.

A figura a seguir mostra equipes, a maioria formada por trabalhadores migrantes em vistos temporários, nos trabalhos de limpeza e *desinfection* de escolas onde havia casos de contágio do vírus. Como uniforme obrigatório deviam vestir um avental descartável de plástico que cobria todo o corpo, luvas, protetores de plásticos que cobriam todo o rosto e máscaras descartáveis.

**Figura 7 - Equipes de trabalhadores migrantes temporários na pandemia do COVID-19**



**Fonte: Olinga Services.**

Ao mesmo tempo que a primeira onda de COVID-19 impactou os migrantes temporários negativamente, com o passar do tempo, as empresas voltaram a recrutar e, com as fronteiras fechadas, a concorrência no mercado de trabalho foi reduzida consideravelmente. Alguns enxergavam o momento como um contexto de oportunidades. Havia a esperança de que o governo australiano reconhecesse a permanência e o trabalho de quem atuou durante a pandemia, facilitando a obtenção da PR, o que não aconteceu. No entanto, auxílios foram criados ao longo da pandemia, como o de moradia do governo de Nova Gales do Sul e o emergencial (que passou a incluir migrantes temporários a partir da segunda onda de contágios do coronavírus).

Também foi um momento de relativa facilidade para se alugar um apartamento, já que muitos imóveis ficaram vazios. Essa foi uma conquista para Júlia, que completava três anos em Sidney, e, após mudar de casa mais de seis vezes em seis meses, descreve como se sentiu com o aluguel do seu primeiro apartamento:

“E foi daí que eu percebi que depois que eu consegui alugar, você precisa de comprovação que você tem um dinheiro ‘monstro’. Eu me sinto mais... Eu me sinto mais parte da Austrália. Me sinto pertencendo aqui assim, sabe? (...) Deu muito medo, porque eu sou estudante, sou imigrante, não tenho um salário fixo por mês, nem por semana. Toda semana é um valor diferente. (...) Ter uma casa contribui sim para me trazer minimamente uma segurança no sentido de que é menos uma coisa para me preocupar, sabe? Eu posso sair e posso voltar para as coisas do jeito que eu quiser” (Júlia, 34 anos, informação verbal).

As vivências e as novas experiências relacionadas à segurança, ao trabalho e à condição de 'ser mulher' estão intrinsecamente ligadas a novos sonhos e deslocamentos nos projetos de vida. A abordagem desses lugares é definida por uma perspectiva do espaço que não o encara apenas como uma superfície para a vida social, mas como o encontro de diversas histórias (VIDAL e SOUZA, 2018, p. 312). Mesmo diante das mudanças de residência e emprego, o foco no movimento não pode desconsiderar os períodos de imobilidade na vida das migrantes.

### 6.5. PR como liberdade de circulação

"Quem anda no trilho é trem de ferro, sou água que corre entre pedras: liberdade caça jeito." (Manoel de Barros)

No caso particular das estudantes brasileiras em Sidney, em que os primeiros anos da experiência migratória envolvem os custos da mobilidade, gastos para a permanência no país e um possível movimento de descendência profissional, seria infrutífero analisarmos o panorama sob viés econômico e da escolha racional, em termos de custos e benefícios. A motivação, como narrada nas entrevistas, pode ser vista como um “investimento futuro” Tal “investimento” nos direciona o olhar não só para os aspectos da mobilidade, como também para fatores que estimulam a imobilidade.

Entre os motivos para permanecerem na Austrália estão a vivência de uma sensação de segurança. De um modo geral, a experiência de segurança pública e, mais especificamente, a condição de liberdade de ser mulher nos espaços públicos sem sofrer assédios. Também a experiência de liberdade de viver a cidade com mais liberdade e poder utilizar parques e fazer caminhadas na natureza sem se sentir ameaçada.

A busca pelo status de PR pode envolver períodos prolongados sem retornar ao Brasil, longas rotinas de trabalho em posições chamadas de fixos estruturais que, muitas vezes, lembram pouco o ideal da viajante cosmopolita. Ana e Luiza visitaram o Brasil após três anos de sua chegada na Austrália.

“Eu visitei o Brasil em junho do ano passado (2022). Me senti muito bem, me senti em casa. (...) Claro que foi um momento de festa, eu só fiquei um mês. Eu estava com muita saudade da minha família, dos meus amigos. Foi muito intenso, mas eu me senti acolhida, me senti bem, me senti leve. E eu acho que eu consegui integrar melhor ser uma pessoa brasileira que morou na Austrália. Eu senti que se eu quisesse voltar para o Brasil, o Brasil ainda estaria lá pra mim e isso me deu uma sensação muito boa”. (Ana, 28 anos, Informação verbal)

“(eu fui para o Brasil depois de ) Quase três anos. (...) Eu fui no aniversário da minha mãe. Não contei pra ninguém que eu estava indo, só fui aparecer surpresa, quase matei ela do coração. Mas foi bem emocionante assim, foi muito bom. Estar em casa, ver meus pais, ver minha família, meus amigos. Tanto que a primeira vez que eu vim eu não tive esse homesick. Foi porque eu estava tão animada com tudo que foi tudo ótimo. Mas quando eu fui pro Brasil vi minha família e voltei, eu fiquei muito mal. Eu chorava, eu fiquei chorando durante uma semana (na Austrália). Todos os dias eu chorei. Apesar que eu queria estar aqui, porque aqui me proporcionava uma qualidade de vida melhor.” (Luiza, 31 anos, Informação verbal)

O relato de Maria se assemelha ao que foi descrito por Ana e Luiza, ela também ficou três anos sem visitar o Brasil e descreve um sentimento de pertencimento ao visitar família e amigos:

“eu cheguei aqui em novembro de 2019 e fui para o Brasil a primeira vez em agosto de 2022, e foi ótimo, passou absurdamente rápido e como eu me senti... eu cheguei depois de um contexto de pandemia que acabou com o Brasil. Eu me senti muito amada, muito querida, eu me senti no meu lugar, me senti em casa aqui no Brasil, mas por outro lado eu também me senti muito triste de ver como o nosso país está mais acabado, mais pobreza na rua depois que eu sai de lá, mais sujeira, mais gente na rua pedindo dinheiro. E mais violência... Como a vida do povo parecia que estava mais difícil, parecia não, estava mais difícil, né, mesmo acompanhando as notícias daqui e tal você não tem noção, a hora que você pisa no Brasil é que você vê de fato (...) Eu fiquei bem triste de ter voltado (para a Austrália) porque pra mim foi um momento que foi muito bom, muito reconfortante estar no Brasil, então assim, a volta pra cá foi bem difícil, chorei muito, comecei a chorar uma semana antes de voltar e ainda chorei mais duas semanas depois ainda aqui. (Maria, 39 anos, Informação verbal).

A visita ao Brasil depois de quase 4 anos na Austrália, despertou sentimentos contraditórios em Laura:

“Visitei o Brasil no final de novembro, do ano passado (2022), fiquei 36 dias, foi a primeira vez que eu fui desde 2019. Então fazia 3,5, quase 4 anos que eu não ia, eu me senti surpresa porque eu não lembrava de algumas coisas, eu não me lembrava de algumas dificuldades que a gente passava no Brasil e de algumas coisas que a gente se acostuma e que aqui é diferente. (...) Então assim, me senti insegura no Brasil, porém eu fiquei muito feliz em rever minha família e meus amigos, foi muito curto, eu não consegui rever todo mundo que eu queria, mas, nossa, meus amigos são muito importante pra mim, então revê-los e ter um momento com eles novamente foi maravilhoso e me fez inclusive pensar se um dia eu vou conseguir assim, ficar pra sempre aqui, porque é um país muito longe também, né, infelizmente as pessoas não têm condição de vir pra cá, o meu círculo de amigos não conseguiria vir. Então ter esse momento com eles, ao mesmo tempo me fez ficar muito introspectiva pensando daqui há uns 30 anos, sabe, como vai ser, porque a distância é real e infelizmente não dá pra ficar visitando, nem a gente visitando o Brasil e nem eles vindo pra cá, então como vai ser daqui a 20, 30 anos. E passar o natal com a minha família foi muito bom também.” (Laura, 30 anos, Informação verbal)

Luana visitou o Brasil após o primeiro ano de intercâmbio e, no momento da entrevista, estava completando 3 anos sem visitar o país. Júlia planejava uma visita ao Brasil após 5 anos sem visitar sua família. Já Rose visitou o Brasil um vez por ano desde a sua chegada na Austrália em 2017, com exceção do período de pandemia.

As restrições financeiras e legais dificultam a mobilidade. Enquanto a vida no exterior sugere a inserção dessas mulheres em um contexto transnacional, a transição de um projeto de vida de intercambista planejando uma estada de curto prazo, para a migrante que permanece no país no longo prazo, modifica os projetos e percursos, gerando longos períodos de sedentarismo. Cada uma das entrevistadas utilizará recursos e estratégias específicas para atingir seus objetivos durante as mobilidades migratórias. A seguir, apresento uma breve análise das trajetórias a partir da noção de motilidade (*motility*).

#### 6.5.1. Análise de trajetórias a partir do conceito de motilidade (*motility*)

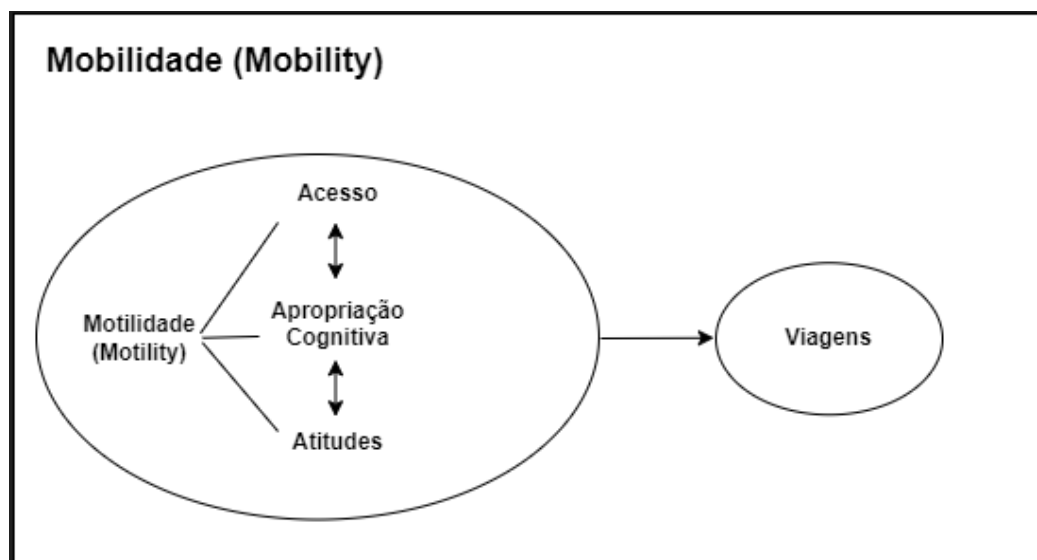
Optei por analisar as trajetórias a partir da noção de motilidade, pois esta incorpora um modelo analítico útil para a pesquisa<sup>54</sup>. Importa ressaltar que entre os conceitos de *motility*, capital de mobilidade e capital de rede são utilizados neste trabalho como sinônimos.

Utilizo o conceito de *motility* para referir a todos os elementos que definem a capacidade de ser móvel no espaço, englobando tanto capacidades físicas quanto aspirações de ser sedentário ou móvel. Isso inclui sistemas técnicos de transporte e telecomunicações existentes, sua acessibilidade, conhecimentos adquiridos, tais como a posse de um passaporte ou proficiência em inglês para viagens, dentre outros. Portanto, a *motility*, conforme a figura a seguir, é formada por fatores relacionados ao acesso (condições nas quais as opções disponíveis podem ser utilizadas de maneira ampla), às habilidades (necessárias para fazer uso dessas opções) e à apropriação cognitiva (a avaliação das opções disponíveis em relação aos seus projetos). (Kaufmann e Flamm e, 2004; Kaufmann; Bergman; Dominique, 2004).

---

<sup>54</sup> Freire-Medeiros (afirma que com o objetivo de ressaltar as consequências propriamente sociais das mobilidades, John Urry optou pelo termo capital de rede, em vez de capital de mobilidade ou motilidade (ver Kaufmann, 2002). No entanto, utilizo neste trabalho os termos capital de rede e motility como sinônimos.

**Figura 8 - Motility e os componentes da mobilidade**



Fonte: Kaufmann e Flamm , 2004. Adaptado pela autora.

Componentes da motilidade (motility):

- a) **Acesso:** relaciona-se ao conceito de serviço. Recursos financeiros, informações, capital de rede;
- b) **Habilidades:** centrando-se em duas questões essenciais: o conhecimento adquirido e a capacidade organizacional necessária para planejar atividades (como pesquisa de informações, habilidade para adaptar-se a mudanças de curto prazo, etc.). Experiências anteriores de intercâmbio, experiências de viagem e conhecimento do idioma;
- c) **Apropriação cognitiva:** refere-se ao que os atores fazem com o acesso e as habilidades; portanto, está relacionada a estratégias, valores, representações e hábitos. A sua formação ocorre especialmente por meio da assimilação de normas e valores. Confiança no uso do idioma, domínio dos aspectos burocráticos relacionados à migração, capacidade de construir uma rede de trabalho.

A seguir, elenco as entrevistadas em ordem da maior capacidade de movimento para a menor no momento de chegada a Austrália, levando-se em consideração os seguintes critérios:

- a) Laços sociais na Austrália (fortes/fracos);
- b) Experiências anteriores de intercâmbio;
- c) Experiências anteriores de viagens internacionais;

- d) Experiências anteriores de migração interna;
- e) Conhecimento do idioma inglês;
- f) Confiança na utilização do idioma inglês;
- g) Perfil profissional (segundo demanda de *skills* na Austrália);
- h) Conhecimento sobre a legislação migratória e aspectos burocráticos.

Conforme as entrevistas:

- a) **Maria:** Vivência de mobilidade internacional (realizou um intercâmbio de um ano para Portugal durante a graduação); Vivência de migração interna no Brasil (de Ribeirão Preto para São Paulo); domina o idioma inglês e sente-se segura ao se expressar; Presença de um laço forte na Austrália: seu irmão mora na Austrália desde 2015 e é residente permanente no país; tem conhecimento sobre legislação migratória; Profissão em demanda na Austrália (Arquiteta);
- b) **Rose:** Possui segurança financeira e patrimonial (Casa própria que está alugada no Brasil e recursos investidos); Variadas experiências de viagens internacionais a turismo; Realizou um intercâmbio de um mês no Canadá; Razoável domínio do idioma inglês; Vasta experiência na construção de *networking* profissional; Visita o Brasil com frequência (alto capital de mobilidade);
- c) **Ana:** Variadas experiências de viagens internacionais a turismo; Vivência de migração interna (mudança da Bahia para São Paulo/Capital); Realizou um intercâmbio de um mês no Canadá quando estava no ensino médio; Sente-se segura ao se expressar no idioma inglês;
- d) **Júlia:** Realizou um intercâmbio de um mês em Malta durante as férias do trabalho; Vivência de migração interna (mudança de São Paulo/Interior para São Paulo/Capital); Razoável domínio do idioma inglês;
- e) **Laura:** Moderado domínio do idioma inglês; Profissão em demanda na Austrália (Engenharia);
- f) **Luiza:** Moderado domínio do idioma inglês; Suporte financeiro familiar nos primeiros meses de intercâmbio;
- g) **Luana:** Moderado domínio do idioma inglês. A seguir, descrevo as (I) mobilidades durante a trajetória migratória de cada uma das interlocutoras: Quem se move para mais longe? Quem se move mais rapidamente? Quem se move mais frequentemente?

Maria foi a única das sete entrevistadas a conquistar o PR até o momento da conclusão dessa pesquisa. Quando chegou, estudou inglês por um mês para prestar o teste de proficiência IELTS<sup>55</sup>, e depois seguiu para um curso VET, em diploma de *Leadership Management*, seguido do *Advanced Diploma de Project Management*, curso que ela não terminou, porque a sua aplicação para a PR foi aprovada em fevereiro de 2023.

A combinação entre habilidades, apropriação cognitiva e acesso se mostrou determinante para que ela alcançasse sua meta em um prazo relativamente curto e sem pressão para se mover para uma área regional da Austrália, uma vez que ela permaneceu em Sidney. Ela contava com o mais alto capital de mobilidade, desde o início da trajetória. Segundo seu relato, o PR abre um conjunto de novas possibilidades como mobilidades turísticas, migrações internas e migração circular entre Brasil-Austrália. A experiência de COVID-19, somada à espera pela resposta da permanente residência, fez com que Maria vivesse um longo período de imobilidade e sem pausa do trabalho. Sobre a conquista do PR, Maria afirma:

“Eu estou satisfeita, a minha missão de vir pra cá e conseguir o meu ‘PR’ foi cumprida, ainda mais considerando que teve duas pandemias no meio e eu conseguir o ‘PR’ em menos de 4 anos, eu me sinto bem privilegiada, mas eu ralei muito pra isso. Eu também só vim porque eu tinha condições favoráveis a isso, sabia que a minha profissão estava na lista, eu só vim por isso, se não, eu não teria vindo para a Austrália. Porque eu não vou ficar 10 anos sem visto de estudante, eu não quero isso pra mim, eu não preciso disso no Brasil, eu não vou me sujeitar a isso na Austrália, não quero, porque é muito desgastante”. (Maria, 39 anos, informação verbal)

Rose estava no visto de estudante até a data da entrevista, o que correspondia aos seis anos da sua trajetória migratória. O seu objetivo era aplicar para o visto 485, ao fim do curso. A combinação de acesso e habilidades favoreceu a circulação de Rose, a construção de um capital de rede vasto e a conquista de experiências de trabalho qualificadas. No entanto, não foi suficiente para a obtenção da Residência Permanente.

Sobre suas mobilidades: no início do seu percurso na Austrália se mudou de Gold Coast, em Queensland, para Sidney, em Nova Gales do Sul, motivada pela busca de oportunidades de trabalho. Apesar das restrições impostas pelo calendário acadêmico e dos compromissos exigidos pelo visto de estudante, Rose tem um alto capital de mobilidade, realizando inúmeras circulações turísticas tanto internamente quanto internacionais. Também relatou ter uma renda no Brasil, o que possibilitou que a sua entrada no mercado de trabalho australiano fosse sob menos pressão e com maiores possibilidades de escolha.

---

<sup>55</sup> Testes de idioma como o IELTS e o PTE são pré-requisitos para a solicitação do visto de Permanente Residência e para ingressar nas universidades locais.

Atualmente, ela trabalha em uma multinacional na Austrália. Somado a isso, os seus recursos do Brasil podiam ser utilizados para a sua circulação, o que, em alguns momentos, a aproximava de um tipo de migração de bem-estar. Numa última conversa, após a entrevista, em junho de 2023, recebi a atualização sobre a aprovação do seu visto temporário 485 (*post graduate visa*), o que sinaliza para um aumento do seu capital de circulação. Rose está em um relacionamento, o que apresenta novas motivações para a sua permanência na Austrália. É possível afirmar que ela conquistou os seus objetivos quando partiu do Brasil: desenvolver a confiança na comunicação em inglês, viajar e ter experiências de trabalho que poderiam contribuir com seu currículo no Brasil e na Austrália. Ana permaneceu no visto de estudante por quatro anos quando aplicou para o seu visto temporário 485 (*post graduate visa*), que foi aprovado, conforme o nosso último contato em outubro de 2023. Ela permaneceu em Sidney e, durante esse período, desenvolveu a sua habilidade com o idioma inglês, fez um teste de proficiência no idioma e alcançou o resultado desejado. Apesar disso, ela relata sentir dificuldades em estabelecer conexões profundas e criar laços fortes fora do círculo da comunidade brasileira. Isto a leva a questionar a possibilidade de se sentir pertencente ao país, mesmo que provisoriamente.

Para além do progresso no idioma, Ana também tinha como objetivos experimentar outros setores de trabalho fora da sua área de atuação (jornalismo). Ela circulou por variadas atividades, mas até o momento da entrevista a experiência não promoveu uma satisfação profissional, nem a melhora da sua qualidade de vida. Ela acredita que um visto que permita o trabalho *full time*, como 485, possa abrir portas para a entrada no mercado de trabalho qualificado, portanto, este é seu objetivo atual. Ela também buscou informações sobre o visto de residência permanente, mas está reticente, no que diz respeito aos custos pessoais dessa trajetória, levando-se em conta o seu baixo nível de satisfação e bem-estar com a vida em Sidney. Como conquistas de mobilidade pós-pandemia, ela relata uma viagem solo à Nova Zelândia e uma visita ao Brasil.

Ainda de acordo com o seu relato, ela acredita que a Austrália não é o seu lugar no mundo e mantém o desejo de voltar ao Brasil. Porém, a incerteza profissional e financeira a distanciam da tomada de decisão. Depois de muitas experiências em diversos tipos de trabalho, busca estabilidade num lugar que acredita que possa ter alguma perspectiva de futuro profissional. Como está afastada do mercado de trabalho do Brasil há algum tempo e não tem uma reserva financeira, ainda não consegue ter “a convicção e a força necessária” para enfrentar a mudança de volta para casa.

“A minha ideia hoje é ficar na Austrália nesses dois anos me programando para voltar para o Brasil. Então, eu pretendo me organizar financeiramente e profissionalmente para voltar para o Brasil com alguma segurança digamos assim. Ainda que eu não descarte a possibilidade de permanecer na Austrália. Eu ficaria se eu encontrasse alguma forma de estar aqui profissionalmente feliz ou se encontrasse um parceiro disposto a construir uma família e eu sentisse que seria aqui, que seria melhor essa nova fase da minha vida. Mas como essas duas opções parecem distantes para mim no momento. E profissionalmente falando, eu ainda acredito que pra mim, o Brasil é mais vantajoso, eu pretendo voltar para o Brasil sim.” (Ana, 28 anos, informação verbal).

Júlia permanecia no visto de estudante na data da entrevista em maio de 2023. Ela completaria seis anos como migrante temporária em visto de estudante. O seu objetivo era finalizar o curso VET de *Community Serviços* para aplicar para o 485- *post graduate visa*. A escolha do curso foi condicionada pelo seu projeto de permanecer em território australiano e buscar a residência permanente. Ela buscava se qualificar numa profissão que estava na lista de demandas na Austrália. A falta de recursos financeiros a impedia de investir numa graduação ou pós-graduação. Um curso VET na área de *Community Serviços* foi a possibilidade encontrada mais acessível, uma vez que o projeto migratório de Júlia continuava como migrante solo. O compromisso com o curso (tanto financeiro, como o calendário das aulas) impôs longos períodos de imobilidade para Júlia. Na sua entrevista ela relata que não visitava o Brasil desde sua chegada na Austrália.

“Vim com oito meses de visto, aí o objetivo era aprender inglês. Inicialmente era aprender inglês e viajar o mundo.(...) eu pensava em ir para a Espanha ou Peru depois, pra aprender espanhol e voltar para o Brasil, mas ter uma vida diferente também. Eu já sabia que eu não ia voltar para a vida de Office, sabe?” (Júlia, 34 anos, informação verbal)

Apesar do projeto de uma vida mais cosmopolita ter sido (momentaneamente) modificado, ela encontrou nos trabalhos temporários, uma possibilidade de escapar da “vida de Office” vivida em São Paulo, e enxerga essa alternativa como positiva. Portanto, há uma mudança no seu projeto migratório inicial de “viajar o mundo” para “conquistar o PR australiano”, que claramente afeta a sua mobilidade e impõe longos períodos de sedentarismo.

“Mas para mim, poder virar residente poder entrar e sair quando eu quiser daqui, sabe? Sair dessa prisão da vida de estudante, do visto de estudante. Eu acho que para mim hoje, o sonho australiano, é virar residente. E aí poder viver uma Austrália que eu ainda não conheço, sabe? De não ter que pagar escola, de não ter que ficar correndo atrás do rabo, de poder...poxa, tirar umas férias, poder me planejar e usar esse dinheiro que eu pago a escola pra ficar um mês de férias sem estar preocupada que meu visto vai vencer. (...) Construir minha família num lugar seguro, sabe? Que ela possa ter mais contato com a natureza (...) Essa qualidade de vida sim, é ser residente para poder slowdown para poder apreciar mais a vida. Acho que esse é o meu sonho australiano, quem sabe virar residente, e poder relaxar”. (Júlia, 34 anos, informação verbal)

Laura permanecia no visto de estudante até o nosso último contato em março de 2023. O projeto migratório deixou de ser solo e passou a ser um investimento de um casal de brasileiros. Ela traçou como percurso de permanência, estudar cinco meses de inglês e depois um VET de Project Management, porque ela poderia relacionar o diploma com a sua faculdade de engenharia civil, para aplicar para o visto 485 (*pos-graduate*). Dentre as suas estratégias de permanência ela se mudou para Hobart, na Tasmânia (regional), mas a dificuldade em encontrar trabalho a levou a migrar novamente para outra área regional com melhores oportunidades, Adelaide, cidade onde mora atualmente.

“Eu penso em permanecer na Austrália e estou fazendo de tudo para isso, e o motivo basicamente hoje é pra ter esse poder de escolha porque eu acho que a gente muda o tempo todo. A gente vive em constante mudança e autoconhecimento também, então hoje a minha vontade é ficar aqui, mas eu não sei se essa ida para o Brasil me fez pensar que realmente daqui a alguns anos, se eu tiver numa outra condição financeira para poder escolher onde eu vou morar, se eu tiver a minha independência financeira, sem precisar trabalhar em algum lugar físico, eu penso talvez em construir uma casa do jeito que eu queira, em alguma cidade mais afastada do centro de São Paulo, que eu me sinta mais segura, então, pra mim, nada é definitivo, e eu ter esse poder de escolha entre o ir e vir, ficar ou voltar, se eu tivesse que escolher hoje, eu prefiro Austrália, é sem dúvida pela segurança, pela qualidade de vida que eu tenho aqui, oportunidades, e oportunidades de crescimento mesmo, no sentido profissional, no sentido de poder dar uma vida de oportunidades para futuros filhos.’ (...) Uma expectativa que não foi alcançada foi referente a ganhar dinheiro, eu esperava que eu conseguisse fazer muito mais dinheiro do que realmente a gente faz”. (Laura, 29 anos, informação verbal)

Luiza permanecia no visto de estudante na data da entrevista. A ideia de investir no ‘PR’ surgiu depois de três anos vivendo na Austrália. Até então, ela não sabia se gostaria de permanecer no país. O projeto migratório deixou de ser solo e passou a ser um investimento de um casal de brasileiros. Para traçar a estratégia de permanência, ela contratou o serviço de um agente de imigração. Como caminho, escolheu fazer um mestrado em *Social Work* (profissão de alta demanda na Austrália) e trabalhar como *support worker*. No meu último contato com Luiza, ela fazia um estágio obrigatório e faltavam três meses para concluir o seu mestrado em *Social Work*. Ela também se mudou para *Gold Coast* (regional) para aumentar suas chances de conquistar o ‘PR’ e para viver próxima à família do seu *partner*.

Luana estudou inglês e fez curso de VET. No período anterior à pandemia, ela planejava voltar a morar no Brasil. Porém, a pandemia abriu a possibilidade de mudança para moradia pública, posteriormente, o aluguel de um apartamento e a solicitação de visto COVID-19, visto que ela permaneceu até nosso último contato em janeiro de 2024. As experiências de moradia precária e o sentimento de falta de lar impactaram a vida de Luana.

Apesar disso, ela vem construindo novas experiências: atualmente trabalha como secretária em uma clínica onde tem oportunidade de utilizar suas habilidades como publicitária. O trabalho é menos estressante e ela pode praticar o idioma. Ela também está em um relacionamento que abre possibilidades de mudanças em seus projetos de vida.

Entre rupturas de expectativas ainda, com relação ao aprendizado do idioma, convém salientar que todas as entrevistadas realizaram exames de proficiência no idioma inglês, alcançando os resultados exigidos pelas instituições de ensino e pelo departamento de imigração australiano. Tal fato representa a realização do objetivo traçado pela maioria delas, mesmo que em um prazo maior que o esperado inicialmente. Também simboliza uma conquista de capital de rede que pode ser utilizado como fator de distinção no mercado de trabalho brasileiro e pode ser fonte de maior autoconfiança na atuação no mercado de trabalho australiano.

A comparação entre as trajetórias mostra que uma combinação de fatores resulta na conquista do PR por Maria, sendo ela a com maior capital de mobilidade desde o início da trajetória. Tanto Maria, quanto Laura, saíram do Brasil, no mesmo período, visando a cidadania australiana. Ambas possuem diplomas universitários em profissões escassas na Austrália que estão na lista de demandas do governo (arquitetura e engenharia civil). Algumas diferenças entre as duas são: Maria dominava o idioma quando chegou na Austrália, o que facilitou a obtenção do exame de proficiência do idioma demandado no processo de reconhecimento de diploma, e na aplicação do visto. Portanto, o domínio do idioma permitiu que Maria economizasse alguns anos em sua jornada migratória. Somado a isso, Maria é a única a ter um laço forte no país (o irmão que mora na Austrália desde 2015). Isso contribui para seu percurso de duas formas: tanto no sentido de uma rede de apoio emocional e material, quanto como fonte de informações confiáveis, uma vez que o seu irmão havia passado por um processo semelhante e poderia contribuir com informações que não são fornecidas pelas agências, nem pelos advogados de migração. Neste sentido, Maria contava com acesso, habilidades e apropriação cognitiva. A sua experiência de intercâmbio, em Portugal, também foi fator importante no entendimento das legislações migratórias.

Já Laura e Luiza deixam de ser migrantes solo no início da trajetória e passam a dividir o percurso com os atuais companheiros. Tal mudança pode facilitar emocional e financeiramente, entretanto não é possível afirmar categoricamente, uma vez que os relacionamentos também podem ser fonte de vulnerabilidade para uma mulher sem rede de apoio. Fica perceptível que os projetos migratórios de casais, apresentados pelas entrevistadas, envolvem mais mudanças interestaduais para áreas regionais, enquanto as migrantes solo permaneceram em Sidney.

A migrante solo, por ter uma rede de laços fortes mais escassa, pode arriscar menos. Isso pode ser atribuído pela maior segurança financeira de permanecer em Sidney onde há maior oferta de trabalho.

Por fim, as três migrantes cujas trajetórias foram na maior parte como migrantes solo, Luana, Júlia e Ana relatam longos períodos de imobilidade, enquanto Rose continua com alto capital de mobilidade apresentado desde o início do seu percurso migratório. Tal mobilidade pode ser explicada pela combinação de acesso a recursos financeiros, alto capital de rede e acesso a empregos qualificados.

Apesar dos períodos de imobilidades e das condições precárias que colocam em risco o bem-estar das estudantes/trabalhadoras e adiam sonhos, como a construção de uma família, novas vivências abrem a oportunidade de sonhar com um bem-estar maior no futuro com segurança urbana e liberdade de circulação como mulher. Pode-se afirmar que o que as entrevistadas buscam é ter um poder de escolha após tantas experiências na Austrália com a opção de circular livremente entre Brasil-Austrália e outras regiões do mundo.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. (Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas.)

O presente trabalho buscou observar os recentes movimentos migratórios de brasileiras para a Austrália na interseção entre gênero, (i)mobilidades e migrações internacionais. Para isso, utilizei entrevistas e observação de campo com o intuito de acompanhar as trajetórias migratórias de sete mulheres brasileiras que chegaram à Austrália com o visto de estudante (500). A escolha de tal categoria de visto se justifica por ser a porta de entrada da maior parte de brasileiras ao país. Somado a isso, o visto de estudante impõe condições para a entrada e permanência na Austrália que impactam suas escolhas antes da partida e durante os anos de suas jornadas como migrantes. Neste sentido, a pesquisa buscou entender os planos, expectativas, motivações para o intercâmbio, anteriores à chegada na Austrália. O contexto de vida das entrevistadas no Brasil está diretamente relacionado à capacidade dessas mulheres em se tornar móveis e em qual velocidade isso é possível.

Existem diferenças nos percursos, entre aquelas que saem do Brasil em busca de uma segunda cidadania e aquelas com intenção inicial de realizar um intercâmbio de curto prazo? Qual o perfil do migrante brasileiro na Austrália? Quais as dificuldades enfrentadas e soluções construídas ao longo do caminho? Qual o impacto das tecnologias de governo sobre os corpos migrantes? Como vivem a experiência de ser mulher na Austrália? Como as diferenças de capitais de mobilidade (*motility*) impactam nas trajetórias? Essas são algumas das questões que nortearam a pesquisa.

Dentre as variadas motivações para a realização do intercâmbio, as três principais são:

- a) Aprendizado/desenvolvimento no idioma inglês;
- b) Insatisfação com a vida urbana no Brasil e busca por qualidade vida;
- c) Conquista de uma segunda cidadania (PR) para o aumento da possibilidade de circulação transnacional.

Para chegar até a Austrália, algumas demoram anos enquanto investem grande parte do seus recursos neste projeto. Outras abrem mão de carreiras em ascensão. E há também aquelas que apostam no intercâmbio como uma experiência de vida.

Das entrevistadas, dois grupos iniciais foram identificados: as mulheres que partem do Brasil com o objetivo de conquistar a cidadania australiana ou, melhor, o PR (representadas na pesquisa por Maria e Laura) e as que saem com o objetivo de estudar inglês e retornar ao Brasil em poucos meses, mas mudam de projeto ao longo do percurso (caso de Ana, Luiza, Júlia, Luana e Rose). Em comum, todas iniciaram o percurso como viajantes solo (distinta da modalidade de migração familiar) e vivem na Austrália como migrantes temporárias de longo prazo, definidas na pesquisa como aquelas que permanecem em vistos temporários por mais de dois anos. Além disso, todas elas têm curso superior, estão na faixa etária entre 26 e 44 anos e possuem experiências qualificadas de trabalho no Brasil. A pesquisa acompanhou os primeiros anos das trajetórias dessas mulheres que chegaram ao país entre os anos de 2016 e 2019.

Abro a pesquisa analisando alguns aspectos macro estruturais envolvendo Brasil e Austrália, uma vez que eles emolduram (limitam e desenham) as trajetórias migratórias aqui descritas. O arcabouço teórico das viradas das mobilidades fornece suporte conceitual para pensar a questão das (i) mobilidades diante de estruturas de poder e das tecnologias de governo, tais como vistos, fronteiras, reconhecimento de diplomas, que impactam, com diferentes intensidades, os corpos móveis. A mudança de perfil dos fluxos migratórios brasileiros abre um conjunto de novas demandas para o Estado brasileiro. Ressalto alguns marcos importantes

, tais como a permissão da aquisição da dupla cidadania, em 1994, o Decreto nº 7.214, de 2010, que alinha diretrizes da política brasileira para as comunidades de brasileiros no exterior e a Nova Lei de Imigração (Lei nº 13.445), em 2017, que dentre inúmeras mudanças relevantes, garante a proteção ao brasileiro no exterior e a prestação de assistência consular.

Os regimes de mobilidade, sistemas organizados e estruturados de deslocamento de pessoas, sofrem influência de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Resultado de políticas neoliberais, o sistema migratório australiano circunscreve os campos de possibilidades das entrevistadas. No que diz respeito às políticas de migração da Austrália, é notável o aumento das migrações temporárias se comparados com a reduzida e demorada aprovação de vistos de residência permanente. Um ponto crucial é a centralidade da indústria de atração de estudantes internacionais para o mercado australiano, classificada como a quarta indústria mais lucrativa do país.

Neste sentido, o contexto maior no qual as narrativas individuais são construídas é caracterizado por: um modelo de migração temporária regida pelas leis do mercado (oferta e demanda), um Estado que restringe os vistos de residência permanente, um forte mercado do educação internacional, ansiosos por novos consumidores, e os programas de atração de trabalhadores estrangeiros (TFW).

Sendo o visto de estudante, muitas vezes, não contabilizado pelas estatísticas oficiais, como um visto de trabalho.

Já na outra ponta, temos as entrevistadas com suas trajetórias e anseios individuais. Os percursos escolhidos por elas dialogam com a construção de imaginários de viagens, boa vida e do aumento da mobilidade em um Brasil que viveu o crescimento de uma (nova) classe média a partir da valorização do real. Tais mobilidades, apesar de voluntárias, são pressionadas por um mercado de trabalho cada vez mais competitivo em que a fluência no idioma inglês é critério distintivo para inserção na esfera ocupacional. Somado a isso, as pressões do uso do idioma em um contexto de trabalho cada vez mais global, também são citadas como motivação para um investimento no intercâmbio. Importa ressaltar que todas as nossas interlocutoras viveram, em algum momento, na cidade de São Paulo, considerada uma metrópole cosmopolita. A vida em um grande centro urbano no Brasil, definida pelas entrevistadas pela aceleração, excessiva cobrança no trabalho, trânsito e episódios de violência urbana estimulam o desejo por uma cidade mais calma, com acesso a natureza e com possibilidades de trabalho e estudo, lembrando que Sidney, também é considerada uma cidade cosmopolita e um grande centro urbano da Austrália.

Ir para a Austrália não era o sonho, nas palavras da maioria das entrevistadas. O desejo estava na circulação transnacional, em viver uma experiência de alguns meses fora do Brasil e na imersão no idioma, este era o caso de Luiza, Luana, Rose, Ana e Júlia. Neste ponto, as agências de intercâmbio, os conhecidos e os influenciadores digitais têm papel determinante na escolha do destino internacional. Juntamente com a *webdiáspora*, eles formam o que denomino no trabalho de capital de rede. Os laços fracos se mostram essenciais no compartilhamento de informações e de oportunidades antes da partida do Brasil e após a chegada na Austrália. Já a web diáspora, aqui representada pela comunidade de mulheres no Facebook, Papo Calcinha, é um exemplo da formação de comunidade e de uma série de práticas públicas por aqueles que estão em movimento.

Sobre as tecnologias de governo, ressalto que o visto de estudante é um importante instrumento para a circulação além fronteiras e também para o controle governamental das (i)legalidades. Ele permite que as entrevistadas circulem em segurança. No entanto, seu alto custo, leva as estudantes a chegarem na Austrália com baixas reservas financeiras, o que, rapidamente, às coloca em situação de pressão no mercado de trabalho local. Ao cruzarem a fronteira e entrarem no novo país, elas passam de consumidoras de intercâmbio para portadoras de um visto cujas condições são sentidas no cotidiano (restrições de carga horária de trabalho, exigências de frequência em aula, pagamentos de mensalidades).

Estes são compromissos que definem a permanência na legalidade e, em alguns contextos, são narrados como mais importantes que a integridade física e a saúde mental.

Nesse meio tempo, a vivência da COVID-19, como migrante temporário, ressalta o que já estava claro, os migrantes temporários estão mais expostos a diversas vulnerabilidades. A primeira delas é a condição de não-cidadão, no sentido daquele que não possui direitos no país receptor (ou que os possui de forma limitada). Tal condição pode ser instrumentalizada por governos com maior ou menor ênfase. A segunda é a dependência do mercado de trabalho australiano daqueles que, em um primeiro momento, não são considerados trabalhadores, mas sim, estudantes. O visto de estudo na Austrália, portanto, é um visto, igualmente, de trabalho. Tal situação não se deve apenas a falta de recursos das estudantes, mas também, aos modelos migratórios conhecidos como neoliberais e o enfoque nos programas de TFW.

Entre os vídeos do *YouTube*, os relatos do Papo Calcinha e as recomendações de conhecidos, encontramos a dimensão do corpo (da liberdade, das dores) que só é possível acessar através da experiências vividas. O corpo da liberdade de ser mulher nos espaços públicos, de viver sem assédios, de caminhar a noite em segurança, do café no parque em tranquilidade e de quem pode circular no mundo. O mesmo corpo de quem vive árduas jornadas de trabalho como *cleaner*, longas horas em pé nos trabalhos de *hospitality*, que trabalha na linha de frente no combate à pandemia e que perde o refúgio do lar entre tantas mudanças de casa. As experiências são narradas com a mesma dualidade de que são vividas.

As trajetórias apresentadas, em perspectiva comparada, revelam que a combinação de fatores envolvendo habilidades, acesso e apropriação cognitiva, resultam em percursos diferentes entre as entrevistadas. Alguns desses percursos contam com maiores fricções e longos períodos de imobilidade.

Ainda assim, todas as entrevistadas abdicaram, em alguma medida, da circulação livre em prol das metas traçadas. As vivências de instabilidade nos trabalhos e nas moradias são relatadas por todas as participantes. Maria inicia sua jornada munida de um alto capital de mobilidade: ela já dominava o idioma quando chegou à Austrália e contava com um laço forte no país, seu irmão. A proficiência linguística agilizou inúmeros processos, como a obtenção do teste de proficiência em inglês, demandados tanto no mercado de trabalho qualificado quanto para a obtenção do visto de residente permanente.

É importante notar que a presença de um vínculo significativo no país (laço forte) mostrou ser um diferencial considerável na trajetória de Maria, o que corrobora com achados de pesquisas anteriores no campo das mobilidades migratórias. Rose, também com um alto capital de mobilidade, manteve sua condição de circulação turística, progrediu no idioma, estabeleceu uma ampla rede de contatos (*network*) na Austrália e alcançou um emprego na sua área. Ela é uma das entrevistadas que permaneceu por mais anos no visto de estudante, mas também a que apresenta uma experiência mais próxima da noção de migração de bem-estar. Atualmente ela está no visto *postgraduate* (485).

Laura e Luiza deixam de ser viajantes solos e seguem seu percurso em busca da cidadania, agora acompanhadas de *partners* brasileiros. As mudanças para áreas regionais do país, depois de viverem em Sidney por anos, mostra que o estabelecimento de um laço forte como parceria na trajetória migratória, pode encorajar a mobilidade para outras cidades/Estados e os recomeços, uma vez que os riscos são divididos. Luiza é a única a adquirir uma formação acadêmica acima da que possuía no Brasil, um mestrado em *Social Work*.

Já Luana teve seu percurso alterado pela pandemia e não pôde retornar ao Brasil, como planejava. Entrar no visto do “COVID” foi uma solução para sair do visto de estudante e a abertura de novas possibilidades de trabalho e de relacionamento, o que alterou o seu planejamento de retorno ao Brasil. Júlia, que queria aprender inglês para viajar o mundo, é a entrevista com maiores períodos de imobilidade. Ela se viu obrigada a negociar sua mobilidade para permanecer no visto de estudante. Seus estudos são uma estratégia para alcançar o PR, ainda como migrante solo. Por fim, Ana conquista um visto de trabalho depois de alguns anos de estudo, o já mencionado *pos-graduate*. Das entrevistadas, Ana é quem planeja retornar ao Brasil. Apesar das conquistas no idioma, se vê mais capaz e reconhecida em sua profissão de comunicadora social no Brasil. Para sua volta busca acumular recursos, já que não pode renunciar a sua independência financeira.

Para futuros estudos é válido acompanhar a transição do visto de estudo para o visto de trabalho *pos-graduate* (485). Quais seriam os impactos da mudança de visto? As entrevistadas experienciam aumento de oportunidades no país? Quantos anos permanecem em visto temporário? Quais são os impactos no corpo, na saúde, nos ciclos de vida, na noção de bem-estar dessas trajetórias de vida? Estes questionamentos ficam em aberto para inspirar novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gisele.M.R.; BAENINGER, Rosana. **Mobilidades Migratórias Internacionais: Da Diversidade dos Fluxos as novas Exigências Conceituais**. Coleção Por dentro do Estado de São Paulo, São Paulo, v.9.

AMARAL, Ana Paula M.; COSTA, Luiz R.; ALLGAYER, Cristiane B. A. O brasileiro como estrangeiro: a política migratória brasileira para emigrantes. **Cadernos de Direito, Piracicaba**, v. 17, n. 33, pp. 257-285, 2017.

ASSIS, Gláucia de O. Mulheres imigrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migrações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 745-772, 2007.

ASSIS, Gláucia de O.; SASAKI, Elisa M. Os novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, M. G. (org.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: **CNPD**, 2001. p. 615-669

AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS (ABS). **Reflecting a Nation: Stories from the 2011 Census, 2012–2013**. Disponível em: 2071.0 - Reflecting a Nation: Stories from the 2011 Census, 2012–2013 (abs.gov.au). Acesso em: 02. dez. 2023.

AUSTRALIAN GOVERNMENT DEPARTMENT OF EDUCATION. **Student Visas Data. 2022**. Disponível em: Student visas - Department of Education, Australian Government. Acesso em: 20 jul.de 2022.

AUSTRALIAN TRADE AND INVESTMENT COMMISSION (Austrade). **Student enrolments - growth and actual. 2022**. Disponível em: Education market profile - Brazil - For Australian education institutions – Austrade. Acesso em: 20 de nov. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Zahar. 2010.

BECKER, Gary S. Investment in human capital: a theoretical analysis. **The Journal of Political Economy**, vol.70, n.5, part 2 (Supplement), p.9-49, 1962.

BELTA. **Brasileiros Otimistas para estudar no exterior. 2022**. Online. Disponível em: Belta: Brasileiros otimistas para estudar no exterior em 2022 (hotcourses.com.br). Acesso em: 19 jul.de 2022.

BELTA. **Os principais destinos de intercâmbio. 2020**. Online. Disponível em: <https://www.belta.org.br/belta-lanca-virtualmente-sua-nova-pesquisa-selo-belta-2020-e-pesquisa-impacto-do-covid-19-no-intercambio/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BLOKLAND, Talja. **Community as Urban Practice**. Polity Press. 2017.

BONGIANINO, Claudia. Crescendo pessoas, relações e lugares: experiências cabo-verdianas sobre família e mobilidade. **Cadernos Pagu** n. 45 (2015): Dossiê corpos, trajetórias e valores: perspectivas de gênero, famílias e reprodução social em contextos africanos.

BOUCHER, Anna K. **Measuring migrant worker rights violations in practice: The example of temporary skilled visas in Australia**. *Journal of Industrial Relations*, 61(2), 277-301. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022185618783001>. Acesso em: 05 de jan.2023.

BOUCHER, Anna K.; GEST, Justin. **CROSSROADS: Comparative Immigration Regimes In A World Of Demographic Change**. Cambridge University Press, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Distinção: Crítica Social do Julgamento**. 1ª edição ed. São Paulo: 1984.

BOURDIEU, Pierre. **The forms of Capital**. In J.Richardson (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the sociology of education*. New York. 1985.

CAGGIANO, Sergio. “Conexões e entrecruzamentos: configurações culturais e direitos em um circuito migratório entre La Paz e Buenos Aires”. *Mana*. Estudos de Antropologia Social 18 (1): 63-90, abril de 2012.

CAILLÉ, Alain. **Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva**. *Revista Brasileira de Ciências. Sociais*. 13 (38). Out 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000300001>. Acesso em: 14 de jun.2022.

CANZLER, Weert; KAUFMANN, Vincent; KESSELRING, Sven. **Tracing mobilities: Towards a cosmopolitan perspective**. Routledge. 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Ed: Civilização brasileira, 1970.

CARLING, Jorgen e SCHEWEL, Kerilyn. **Revisiting aspiration and ability in international migration**. pp. 945-963. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1384146>. Acesso em: 10 de jan de 2023

CASTELLS, Manuel. **The Informational City: Information Technology, Economic Restructuring, and the Urban-Regional Process**. Oxford, Blackwell. 1989.

CASTLES, Stephen; HAAS, Hein de & MILLER, Mark J. **The age of migration: International population movements in the modern world** (5th ed.). Guilford Press. 2014.

CLAVAL, Paul. **As organizações territoriais**. In: *GEOGRAFIA do Homem*. Cultura. Economia. Sociedade. Coimbra: Livraria Almedina, 1987. p.119-149.

CRUZ, Fa *et al.* **Pesquisa sobre os Brasileiros na Austrália**. Departamento de Empreendedorismo e Gestão, UFF. Niteroi, 2016. Disponível em: [https://mpeinternacional.uff.br/wpcontent/uploads/sites/53/2019/08/Relatorio\\_BrasilAustralia.pdf](https://mpeinternacional.uff.br/wpcontent/uploads/sites/53/2019/08/Relatorio_BrasilAustralia.pdf). Acesso em: 6 jul. 2022.

CRUZ, Eduardo; FALCÃO, Roberto; OLIVEIRA, Paula. Imigrantes ou consumidores de intercâmbio? As agências como possíveis facilitadores da imigração de brasileiros para a Austrália. **Tur., Visão e Ação, Balneário Camboriú**, v22, n2, p297-317, Mai./Ago. 2020.

DAVIDSON, Helen. **'I stopped these': Scott Morrison keeps migrant boat trophy in office.** The Guardian 19/09/2019. Disponível em: ['I stopped these': Scott Morrison keeps migrant boat trophy in office | Australian immigration and asylum | The Guardian](#). Acesso em: 02. fev. 2024.

DAWSON, Maria Teresa; SILVA, Alcione Leite da. The impact of international migration on the health of brazilian women living in Australia. *Texto & contexto enfermagem* ; 13(3): 339-350, jul.-set. 2004.

DE HAAS. 2021. **A theory of migration: the aspirations-capabilities framework.** Comparative Migration Studies volume 9, Article number: 8 (2021).

DEPARTMENT OF HOME AFFAIRS (2016) **Brazil-Born. Community information Summary.** Disponível em: <https://www.homeaffairs.gov.au/mca/files/2016-cis-brazil.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022.

DIAS, Gustavo, Jr.MARTINS, Angelo. A segunda onda migratória brasileira: o impacto das mudanças econômicas e sociais no Brasil sobre a migração contemporânea para o Reino Unido. **Revista século XXI**.v.8 n.1. Dossiê Migrações, Fronteiras, Deslocamentos e Mobilidades. 2018.

DIAS, Gustavo. Casas de Brasileiros em Londres: a importância da casa para imigrantes brasileiros. Travessia. **Revista do Imigrante**, 45-56, 2010.

DIAS, Gustavo. **Mobilidade migratória: uma leitura crítica para além de metáforas hidráulicas.** remhu, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 27, n. 57, dez. 2019, p. 61-782019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880005705>. Acesso em: 05 de fev.2022.

DIRLIK, Arif. Global South: Concepts of the Global South-Voices from around the world, 2015. **Global South Studies Center**, Universidade de Colônia, Alemanha.

DUARTE, Fernanda. **“The Betweens’: Diaspora Consciousness Formation and Identity among Brazilians in Australia”.** Journal of Intercultural Studies. Volume 26, 2005 - Issue 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07256860500270197> . Acesso em: 10 de jun.2023

ELLIOTT, Anthony.; URRY, John. **Mobile Lives: self, excess and nature.** Abingdon: Routledge, 2010.

ESCUADERO, Camila. **Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e cultural do imigrante nas celebrações das origens.** (Tese de Doutorado). Programa de pós-graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação da UFRJ(PÓS-ECO) 2017.

ESPOSTO, Lexis; ABBOTT, Mailcom; TRAN, My. **Increasing complexity: australia’s foreign policy links with Latin America 1973 to 2019.** Estudos Econômicos. 39 (79) pp.271-300.2022.

FELDMAN-BIANCO, Bela, SANJURJOIL, Liliana, MANSUR, Douglas. Migrações e deslocamentos balanço bibliográfico da produção antropológica brasileira entre 1940 e 2018. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**. Anpocs, n. 93. 2020.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Memórias de luta: Brasileiros no Exterior (1993 – 2010). REMHU - **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília**, ano XXIV, n. 48, p. 45-61, set./dez. 2016.

FIRMEZA, George. T. **Brasileiros no exterior**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. ONU – Organização das Nações Unidas. Department of Economic and Social Affairs. World Economic and Social Survey. 2004. Disponível em: <http://www.un.org/desa/analysis/wess/>. Acesso em: 20 de fev. de 2023.

FLEISCHER, Soraya. **Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston**. Massachussets. São Paulo: Annablume, 2002.

FLEISCHER, Soraya. **Uma faxina na identidade de emigrantes brasileiras**. Cadernos de Campo, São Paulo, v. 11, n. 11, p. 49-67, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v11i11p49-67>. Acesso em: 05 de fev.2022.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège deFrance (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, Isadora L. **“Refugiados LGBTI”: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência**. Cadernos. Pagu, n. 50, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500006>. Acesso em: 05 de fev.2022.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca e LAGES, Maurício Piatti. “A virada das mobilidades: fluxos, fronteiras e fricções”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 123: pp. 121-142, 2020.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Touring Poverty**. Londres/Nova York: Routledge, 2013. (Advances in Sociology Series.).

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; TELLES, Vera e ALLIS, Thiago. “Por uma teoria social on the move”. **Tempo Social** vol. 30, n. 2: 1-16, 2018.

FUSCO, Wilson. Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares. Campinas: **Unicamp**, 2002. p. 1-96. (Textos Nepo, 40.)

GILROY, Paul. **Entre campos – Nações, culturas e o fascínio da raça**. São Paulo: Anablume, 2007.

GRADILONE, Eduardo **Uma política governamental para as comunidades brasileiras no exterior**. In: I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior, Brasileiros no Mundo. Brasília: FUNAG, 2009.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. **American journal of sociology** 78,no. 6 1360-1380. 1973.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. n.5. pp. 07-41. 1995.

HARMAN, Grant. Adjustment of Australian Academics to the New Commercial University Environment. **High Educ Policy** 19, 153–172 (2006). Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.hep.8300117>. Acesso em: 05 de fev.2022.

HOUTKAMP, Christopher. (2014). **Integrating language in theories on long-distance movement: migration vs mobility & the concept of motility**. Amsterdam working papers in multilingualism. 2014. Disponível em:.

A'damMultiling.<http://www.multilingualism.humanities.uva.nl/download/a-dam-multiling-2014/> Acesso em: 20 de fev. de 2023.

INFOMONEY. **Os 10 destinos preferidos dos brasileiros para fazer intercâmbio**, Infomoney – Carreira. 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/pos-e-carreira/os-10-destinos-preferidos-dos-brasileiros-para-fazer-intercambio-159c45dqbi0cgomglx5qz9f5> Acesso em: 20 de fev. de 2023.

JIRÓN, Paola; GOMEZ, Javiera. Interdependencia, cuidado y género: las estrategias de movilidad en la ciudad de Santiago. **Mobilidades**. Tempo Soc. 30.May-Aug. 2018 .

KAUFMANN, Vicent; BERGMAN, Max. M.; DOMINIQUE Joye,. Motility: mobility as capital. **International Journal of Urban and Regional Research**. 28(4), 745-756, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social: introduction to Actor-Network-theory**. Oxford, 2005.

KAUFMANN, Vincentç; FLAMM, Michel. **Operationalising the Concept of Motility: A Qualitative Exploration**. Discussion Paper. Paper presented at the ad-hoc Session “Mobility and Social Differentiation” 32, 2004.

LEE, Everett S. A theory of migration. In: JACKSON, J. A. (Ed.). **Migration**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. p.282-297 (originalmente publicado em Demography, vol.3, 1966)

LIN, Nan. **Social Capital: a Theory of social structure and action**. Cambridge University Press. 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Barueri, SP: Manole, 2005.

LOBO, Andréa; VENANCIO, Vinícius. Com parente se negocia? Redes migratórias e o comércio transnacional em Cabo Verde. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 23, p. 25-44, 2017

MACHADO, Igor R. **Deslocamentos e parentescos**. EdUFSCar. 2021. MACHADO, Igor R. **Etnografias do Refúgio no Brasil**. EdUFSCar. 2021.

MAIA, Suzana. **Cosmopolitismo, desejos e afetos: sobre mulheres brasileiras e seus amigos transnacionais**. In: PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O.; OLIVAR, J. M. N. (orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: UNICAMP/PAGU, 2011. p. 363-384.

MAIA, Suzana. **Brazilian Erotic Dancers in New York: Desire and National Identity**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Graduate Center, City University of New York, Nova York, 2007.

MAIA, Suzana. **Intersections of the Transnational: Brazilian dancers in New York City gentlemen's bars**. *Vibrant*, v. 6, n. 1, p. 37-64, 2009.

MAIA, Suzana. **Brazilian Women Crossing Borders**. In: AARON, J.; ALTINK, H.; WEEDON, C. (orgs.). *Gendering Border Studies*. Cardiff: University of Wales Press, 2010. p. 63-82.

MARGOLIS, Maxine. Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v.41,n.1, p.88-89, 2001.

MARGOLIS, Maxine. From mistress to servant: Downward mobility among Brazilians in New York City. **Urban Anthropology**, v. 19, n. 3, pp. 215-231. 1992.

MARGOLIS, Maxine. **The Little Brazil-Imigrantes Brasileiros em Nova York**. Ed.Papirus. 1994.

MARGOLIS, Maxine. **Goodbye, Brazil: Emigrantes Brasileiros no Mundo**. Editora Context. 2013.

MARTIN, Peter. **How treasury found that immigrants make Australia Money**. The Sydney Morning Herald. 17, Abril, 2018.

MASSEY, Doreen. A global sense of place. **The cultural geography reader**, pp. 269-275. Routledge, 2008.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

MASSEY, Doreen. **Space, Place, Gender**. Minneapolis: University of Minnesota, 1994.

MASSEY, Doreen. **Spatial Divisions of Labour** – Social Structures and the Geography of Production. Londres: Macmillan Education, 1984.

MASSEY, Doreen. **World City**. 1ª ed. Polity Press. 2007

MASSEY, Douglas *et al* . Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**. V.19. n.3 1993.

MASSEY, Douglas. International Migration at the Dawn of the Twenty-First Century: The Role of the State. **Population and Development Review**. Vol. 25, No. 2 (Jun., 1999), pp. 303-322. 1999.

MCKAY, John; WHITELOW, James S. **The role of large private and government organizations in generating flows of inter-regional migrants: the case of Australia.** *Economic Geography*, vol.53, n.1, p.28-44, 1977.

MENDES, Vinícius. **Para entender as mobilidades com Bianca Freire-Medeiros.** 05/12/2022. MOBILIDADES: TEORIAS, TEMAS E MÉTODOS Disponível em: [Para entender as mobilidades, com Bianca Freire-Medeiros | Grupo MTTM \(usp.br\)](#). Acesso em: 02. jan. 2024.

MILANEZ, Livia. C.B.M. **Brasileiros no Exterior: Formulação de Política Externa e Formação de Comunidades. Tese (Doutorado em Relações Internacionais).** Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

MILLAR, Kathleen M.; FANINI, Michele A. **“Saia do Brasil Agora”: emigração brasileira como ação antecipatória.** *Tempo Social*, 34(3), 315-339, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.198669>. Acesso em: 05 de jan.2023.

MONITOR ICEF. **Education agents refer 75% of Australia’s international students.**2019. Disponível em: <https://monitor.icef.com/2019/10/education-agents-refer-75-of-australias-international-students/>. Acesso em: 11 de jan. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Brasileiros pelo mundo: estimativas populacionais.** 2016. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades>. Acesso em 04 de jul. de 2022.

MUSEU DO MIGRANTE. **Migrante, Imigrante, Emigrante, Refugiado, Estrangeiro: qual palavra devo usar?** 2019. Disponível em: Migrante, Imigrante, Emigrante, Refugiado, Estrangeiro: qual palavra devo usar? - Museu da Imigração ([museudaimigracao.org.br](http://museudaimigracao.org.br)). Acesso em: 06 jan. 2023.

NAIL, Thomas. **The figure of the migrant.** Stanford University Press. 2015. NOGUEIRA, M. F.; SANTOS, C. **Brazilian Mobilities.** 2020 Routledge. 1st Edition.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES (OIM). **Portal de datos mundiales sobre la migración – Brasil,** 2021b. Disponível em: [https://migrationdataportal.org/es/data?cm49=76&focus=profile&i=stock\\_abs\\_origin&t=2020](https://migrationdataportal.org/es/data?cm49=76&focus=profile&i=stock_abs_origin&t=2020). Acesso em: 3 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES (OIM). **Brasil Empoderando Diáspora.** 2021. Disponível em: [brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/brasil-empoderando-diaspora.pdf](https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/brasil-empoderando-diaspora.pdf). Acesso em: 05 de fev.2022.

PARLIAMENT OF AUSTRALIA, 2022. **Australian Government COVID-19 disaster payments: a quick guide.** Disponível em: [Australian Government COVID-19 disaster payments: a quick guide – Parliament of Australia \(aph.gov.au\)](#). Acesso em: 05 de fev.2022.

PARLIAMENT OF AUSTRALIA. **COVID-19 in the region: a quick guide.** Parliament of Australia, 2020. Disponível em: [COVID-19 in the region: a quick guide – Parliament of Australia \(aph.gov.au\)](#). Acesso em: 10.de jun.2022.

PARLIAMENT OF AUSTRALIAN. **Migration to Australia: a quick guide to the statistics Updated** 18 January 2017. Disponível em: [https://www.aph.gov.au/About\\_Parliament/Parliamentary\\_Departments/Parliamentary\\_Library/pubs/rp/rp1617/Quick\\_Guides/MigrationStatistics](https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/rp/rp1617/Quick_Guides/MigrationStatistics). Acesso em: 10 de jun.2023.

PAWSON, H., Martin, C., THOMPSON, S., AMINPOUR, F. **‘COVID-19: Rental housing and homelessness policy impacts’ ACOSS/UNSW Poverty and Inequality Partnership**. Report No. 12, Sydney. 2022. Disponível em : [Covid-19\\_rental-housing-and-homelessness-impacts-in-Australia.pdf \(acoss.org.au\)](https://www.acoss.org.au/COVID-19_rental-housing-and-homelessness-impacts-in-Australia.pdf) Acesso em: 13 de jun.2023.

PEARSON, Ruth; SWEETMAN, Caroline. **Introduction: gender, development, and migrants in a global economy**, *Gender & Development*, 27:1, 1-13, 13 Mar 2019. Disponível em: DOI: 10.1080/13552074.2019.1588587. Acesso em: 02 dez. 2022.

PEIXOTO, João. **Da era das migrações ao declínio das migrações? Transição para a mobilidade revisitada**. Dossiê: Enfoques e perspectivas sobre mobilidade humana. REMHU, revista Interdisciplinar Mobilidade Humana. 27 (57) • Sep-Dec 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005709>. Acesso em: 20 fev.2023.

PINTO, Paulo G. The Religious Dynamics of the Syrian-Lebanese and Palestinian Communities in Brazil. **Mashriq & Mahjar**, v. 3, n. 1, p. 30-40, 2015.

PIORE, Michael J. **Birds of Passage – Migrant Labor and Industrial Societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

PISCITELLI, Adriana. **Corporalidade em confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 17-32, jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200002>. Acesso em: 02 de dez.2022.

PISCITELLI, Adriana. Between Trafficking Discourses and Sexual Agency. In: ZHENG, T. (org.). **Sex Trafficking, Human Rights and Social Justice**. Londres: Routledge, 2010. p. 1-25.

PISCITELLI, Adriana. **Entre a Praia de Iracema e a União Européia: turismo sexual internacional e migração feminina**. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (orgs.). *Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 250-270.

POLIVANOV, BEATRIZ BRANDÃO. **Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos**. *ESFERAS - Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste*, 2013.

PORTES, Alejandro. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. **Sage Journals**. Volume 15, issue 1.1981.

QI, J.; CHENG, M. **Australia’s crisis responses during COVID-19: The case of international students**. *Journal of International Students* 11.S2 94-111, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.32674/jis.v11iS2.3578>. Acesso em: 10 jul.de 2022.

RAVENSTEIN, Ernest G. **The laws of migration.** *Journal of the Royal Statistical Society*, vol.48, part I, p.167-227, 1885.

REILLY, A.; HOWE, J. **Working Holiday Makers in Australian Horticulture: Labour Market Effect, Exploitation and Avenues for Reform.** Paper nº9.09 de 2019, The University of Adelaide.

REIS, R.R. **A política do Brasil para as migrações internacionais.** In: Contexto Internacional, vol. 33, n. 1, jan.-jun. 2011.

ROCHA, Cristina. **A Megaigreja Hillsong no Brasil: a constituição de um campo religioso transnacional entre o Brasil e a Austrália.** *Plural*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 162-181, 2016. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2016.125085. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/125085>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ROCHA, Cristina. **Two faces of God : religion and social class in the Brazilian diasporain Sydney.** In P. P. Kumar (Ed.), *Religious Pluralism in the Diaspora*. 2006.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography: the limits of geographical knowledge.** Minneapolis; Polity Press. 1993.

ROSSI, Peter H. **Why families move.** In: LAZARFELD P.F.; ROSENBERG, M. (Ed.). *The Language of Social Research*. Glencoe: The Free Press, p.457-468, 1955.

RUHS, Martin. **Temporary foreign worker programmes: Policies, adverse consequences, and the need to make them work.** The Center for Comparative Immigration Studies CCIS University of California, San Diego Working Paper, 56. 2002.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Vol. 23 nº. 66 fevereiro, 2008.**

SALAZAR, Noel B. **Towards an Anthropology of Cultural Mobilities. 2010. Crossings: Journal of Migration and Culture** 1(1):53-68, Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2104217> Acesso em: 03 jun. 2022.

SALAZAR, Noel B; SCHROOTEN, Mieke; DIAS, Gustavo. Living in mobility: trajectories of Brazilians in Belgium and the UK, **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 42:7, 1199-1215, 2016. DOI: [10.1080/1369183X.2015.1089160](https://doi.org/10.1080/1369183X.2015.1089160)

SALAZAR, Noel. B. **Migrating Imaginaries of a Better Life ... Until Paradise Finds You.** In: Benson, M., Osbaldiston, N. (eds) *Understanding Lifestyle Migration. Migration, Diasporas and Citizenship Series*. Palgrave Macmillan, London. 2014. Disponível em: [https://doi.org/10.1057/9781137328670\\_](https://doi.org/10.1057/9781137328670_). Acesso em: 10 jun. 2022.

SALAZAR, Noel. B. **Labour migration and tourism mobilities: 2020.** Time to bring sustainability into the debate, *Tourism Geographies*. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1801827>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SALES, Teresa; REIS, Rosana. **Cenas do Brasil Migrante.** Boitempo.1999.

SANTOS Jr, Embaixador Manuel I. de L. **Embaixada do Brasil em Camberra**. Relatório de Gestão 2016-2018. Disponível em: documento (senado.leg.br). Acesso em: 20 de nov. 2022.

SANTOS, Danielle de Sousa; ZAN, Dirce Djanira Pacheco. O sistema de ensino australiano: um olhar sobre as desigualdades educacionais. **Educação em Revista** (ONLINE), v. 38, p. 1-20, 2022.

SARIAN, Emma. 2018. Rethinking Neo/liberalism and the Australian Citizenship Test: A History of Regulating Difference. **Cultural Studies Review**, 24:1, 119-136. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5130/csr.v24i1.5455>. Acesso em: 06 fev. 2023.

SARINGER, Giuliana. **Brasileiros relatam dificuldades para voltar da Austrália por covid-19** - Notícias - R7 Internacional, 12/04/2020. Disponível em: [Brasileiros relatam dificuldades para voltar da Austrália por covid-19 - Notícias - R7 Internacional](#). Acesso em: 06 dez. 2023.

SASSEN, Saskia. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Princeton University. 2001.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

SCHILLER, Nina. G & SALAZAR, Noel. B.: Regimes of Mobility Across the Globe, **Journal of Ethnic and Migration Studies**. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1369183X.2013.723253> Acesso em: 10 de jun. de 2022.

SCHILLER, Nina. **Transnationality, Migrants and Cities: A Comparative Approach**. In: AMELINA, Anna; NERGIZ, D. D.; FAIST, Thomas; SCHILLER, Nina Glick. **Beyond Methodological Nationalism – Research Methodologies for Cross-Border Studies**. New York, London: Routledge, 2012. p.23-40.

SCHILLER, Noel. **A global perspective on transnational migration: Theorising migration without methodological nationalism**. In: BAUBÖK, Rainer; FAIST, Thomas (Eds.). **Diaspora and Transnationalism – Concepts, Theories and Methods**. Amsterdam: IMISCOE – Amsterdam University Press, 2010. p.109-130.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 2012. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. in Original “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press. 1989. Disponível em: [Vista do Gênero, uma categoria útil para a análise histórica \(ufpe.br\)](#). Acesso em: 05 de fev. 2022.

SHELLER Mimi, URRY John. **The New Mobilities Paradigm**. *Environment and Planning A: Economy and Space*. 2006;38(2):207-226. doi:10.1068/a37268

SHELLER, Mimi. “From Spatial Turn to Mobilities Turn”, **Current Sociology**, 65(4), 623-639. 2017. DOI : 10.1177/0011392117697463

SHELLER, Mimi. (2014), “**Sociology After the Mobilities Turn**”, in Peter Adey; David Bissell; Kevin Hannam; Peter Merriman; Mimi Sheller (orgs.), *The Routledge Handbook of Mobilities*. London: Routledge, 45-54. 2014.

SHELLER, Mimi. **Mobility Justice. The Politics of Movement in an Age of Extremes**. 2018. London: Verso.

SHELLER, Mimi.; URRY, John. **Tourism Mobilities**. Places to Play, Places in Play. London: Routledge. 2004. DOI : 10.4324/9780203340332

SHELLER, Mimi; URRY, John. “The New Mobilities Paradigm”, **Environment and Planning A**, 38(2), 207-226. 2006. DOI : 10.1068/a37268

SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, T. “Nossa Senhora da Help”: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 249-280, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200010>. Acesso em: 02 dez.de 2022.

SILVA, Ana Paula. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 99-117, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0009>. Acesso em: 02 dez.de 2022.

SILVA, Ana Paula da et al. Prostitutas, “traficadas” e pãnicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 153-184, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200007>. Acesso em: 02 dez.de 2022.

SILVA, Ana Paula. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200012>. Acesso em: 02 dez.de 2022.

SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, T.G., BENTO, A.R. **Cinderela traída: análise de um mito brasileiro sobre o tráfico de pessoas**. In: FELDMAN-BIANCO, B. et al. (orgs.). *Migração e Exílio*. São Carlos e Viçosa: EdUFSCar/Editora UFV, 2018. p. 291-331.

SIMMEL, Georg. **O Estrangeiro**. RBSE, Vol.4, N.12, dezembro de 2005.

SIMMEL, Georg., “**A ponte e a porta**”, *Revista Política & Trabalho*, 12, 11-15. Tradução de Simone Maldonado. 1996.

SJAASTAD, Larry. A. The costs and returns of human migration. **The Journal of Political Economy**, vol.70, n.5, Part 2 (Supplement), p.80-93, 1962.

SMITH, Cameron. **Authoritarian neoliberalism’ and the Australian border-industrial complex**. *Sage Journal*. Volume 23, Issue 2. October 15, 2018 Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1024529418807074>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

SOUZA, Adriana Cristina da Silva. **Mulher, uma força que caminha. Um estudo de caso em Brasília e Lisboa**. **Brasília**: Universidade de Brasília/Departamento de Engenharia Civile Ambiental, 2019 (Tese de Doutorado em Transportes).

SPRANDEL, Márcia. A. **Breve análise da relação entre o Estado brasileiro e seus emigrantes.** In: FERREIRA, P. A. et al. A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SPRANDEL, Márcia. A. **Tráfico de seres humanos: novas categorias, antigos problemas.** In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org.). Travessia na desordem global. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 187-207.

SPRANDEL, Márcia A.; DIAS, Guilherme M. **A temática do tráfico de pessoas no contexto brasileiro.** REMHU, v. 18, n. 35, p. 155-170, 2010.

STOUFFER, Samuel. Intervening opportunities and competing migrants. **Journal of Regional Science**, 2, p.1-26, 1960.

THOMSON, Alistai. **Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração.** **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH/Humanitas/FAPESP nº44, vol. 22, 2002.

TIBOLLA, Flávia Rosane C. **'Me tocou virar tudo': cicatrizes discursivas em narrativas de descendentes de imigrantes italianos.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2014.

URRY, John. **Sociology beyond societies.** Mobilities for the twenty-first century. London: Routledge, 2000.

URRY, John. **Mobile Cultures.** Lancaster: Department of Sociology of Lancaster University, 2003.

URRY, John. **Mobilities.** 1<sup>st</sup> ed. Polity Press, 2007. URRY, John. **O olhar do Turista: Lazere Viagens na sociedade Contemporânea.** Studio Nobel. 2001.

URRY, John. The **'Consumption' of Tourism.** *Sociology.* Vol.24. nº 1. pp. 23-35. Sage Publications. 1990.

USHIJIMA, F.R. **A política externa brasileira para os emigrantes e seus descendentes.** **Dissertação** (Mestrado em Relações Internacionais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2012.

UTENG, Tanu. P; CRESSWELL, Tim. (ed.). **Gendered Mobilities.** 1 ed. 2008. Routledge.

VARGAS. V. F. de Ana Maria. **Análise dos programas da Capes de concessão de bolsas de estudos para a formação doutoral no exterior: estudos de egressos.** Dissertação (Mestrado em Educação e Ciência). Universidade. Disponível em: [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010349792018000100169&lng=pt&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792018000100169&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jul. 2022.

VERTOVEC, Steven. **Conceiving and Researching Transnationalism.** **Ethnic and Racial Studies,** University of Oxford, Vol.22, N.2, p.1-14, 1999. Hall, S. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (Org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (2003).

VIDAL, SOUZA, Candice. **A vida móvel das mulheres entre os bairros e as cidades: explorações antropológicas em fronteiras urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2018. Minas Gerais/Brasil. Universitas Humanística, 85, 293-318.

VIDAL, SOUZA, Candice; GUEDES, André .D. (ed.) **Antropologia das mobilidades**. ABA publicações. 2021.

WALSH, James. **From nations of immigrants to states of transience: Temporary migration in Canada and Australia**. International Sociology 2014, Vol. 29(6) 584–606 sagepub.co.uk/journals. Disponível em: From nations of immigrants to states of transience: Temporary migration in Canada and Australia (sagepub.com). Acesso em: 20 jul.de 2022.

ZHOURI, Andréa. et al. **O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social**.In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (orgs.). Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016. p. 45-66.

ZHOURI, Andréa. et al. **The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations**. Vibrant, Brasília, v. 14, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43412017v14n2p08>. Acesso em: 02 dez.de2022.

ZHOURI, Andréa. **Megaprojects, epistemological violence and environmental conflicts in Brazil**. Perfis Economicos, n. 5, p. 7-33, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22370/rpe.2018.5.1235>. Acesso em: 02 dez.de 2022.

ZIPF, Georges K. The P1 P2 / D hypothesis: on the intercity movement of persons. **American Sociological Review**, vol.11, n.6, p.677-680, 1946.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – Tabelas de dados ABS - Perfil dos Brasileiros (as) na Austrália

Número total de brasileiros (as) na Austrália por ano:

ANO	N de Homens (%)	N de Mulheres (%)	Total
2021	21,645 (46.3%)	25,073 (53.7%)	46,720(100%)
2016	12,897(46.7%)	14,734(53.3%)	27,631(100%)

**Fonte: Australian Bureau of Statistics (ABS), 2023. Elaborado pela autora.**

Status de Cidadania dos (as) brasileiros (as) na Austrália por ano:

ANO	Status de Cidadania - Cidadão australiano	Não-cidadão australiano	Total
2021	32%	68.1%	100%
2016	33.2%	66.8%	100%

**Fonte: Australian Bureau of Statistics (ABS), 2023. Elaborado pela autora.**

Número de brasileiros (as) na Austrália por migração em famílias e não-famílias e por ano:

ANO	Famílias	Não-Famílias	Total
2021	22,448	24,272	46.720
2016	Sem informação	Sem informação	Sem informação

**Fonte: Australian Bureau of Statistics (ABS), 2023. Elaborado pela autora.**

Faixa etária dos (as) brasileiros (as) na Austrália por ano:

ANO				
Idade	2021		2016	
	N	%	N	%
0-14 anos	1,697	3.6	1,132	4.1
15-24 anos	2,882	6.2	3,339	12.1
25-34 anos	18,636	39.9	12,242	44.3
35-44 anos	16,536	35.4	7,156	25.9
45-54 anos	4,136	8.8	2,078	7.5
55-64 anos	1,712	3.7	1,017	3.7
65 anos e mais	1,120	2.4	661	2.4
Média de Idade	35	N/A	32	N/A
<b>Total</b>	46,751	100%	27,657	100%

Fonte: Australian Bureau of Statistics (ABS), 2023. Elaborado pela autora.

Proficiência em inglês dos (as) brasileiros (as) na Austrália:

ANO	Fala apenas inglês	Fala outras línguas e fala inglês:		Total
		Muito bem ou bem	Mal ou nada	
2021	7,066 (15.1%)	37,255 (79.7%)	2,238 (4.8%)	46.559(100%)
2016	3,412(12.4%)	21,826(79%)	2,194(7.9%)	27,432(100%)

Fonte: Australian Bureau of Statistics (ABS), 2023. Elaborado pela autora.

Participação no mercado de trabalho dos (as) brasileiros (as) na Austrália por ano:

ANO	Está inserido (a) no mercado de trabalho	Não está inserido (a) no mercado de trabalho	Não respondeu	Total
2021	36,743 (81.6%)	7,893 (17.5 %)	384 (0.9%)	45.020(100%)
2016	Sem informação	-	-	-

Fonte: Australian Bureau of Statistics (ABS), 2023. Elaborado pela autora.

Situação de emprego dos(as) brasileiros(as) na Austrália por ano (Pessoas que relataram estar na força de trabalho, 15 anos ou mais):

ANO	Trabalhou em tempo integral	Trabalhou meio período	Afastado (a)	Desempregado (a)	Total
2021	16,652 (45.3%)	14,779 (40.2%)	3,235 (8.8%)	2,071 (5.6%)	36.737 (100%)
2016	9,174 (43.1%)	9,452 (44.4%)	739 (3.5%)	1,930 (9.0%)	21.295 (100%)

Fonte: Australian Bureau of Statistics (ABS), 2023.

Estado Civil Registrado de brasileiros(as) na Austrália (15 anos ou mais) por ano:

Estado Civil						
ANO	Casado(a)	Separado(a)	Divorciado(a)	Viúvo(a)	Nunca Casado (a)	Total
2021	20,748 (46.1%)	1,164 (2.6%)	3,029 (6.7%)	308 (0.7%)	19,757 (43.9%)	45.006
2016	11,988 (45.3%)	560 (2.1%)	1,721 (6.5%)	203 (0.8%)	12,015 (45.4%)	26.487

Fonte: Australian Bureau of Statistics (ABS), 2023. Elaborado pela autora.

Nível Educacional (Brasileiros (as) 15 anos ou mais):

Nível Educacional	ANO			
	2021		2016	
	N	%	N	%
Bacharelado ou acima	27,672	61.5	14,680	55.4
Diploma ou Diploma Avançado	5,499	12.2	2,504	9.4
Certificados Nível IV e III	2,787	6.2	1,526	5.5
Anos 12, 11 e 10	5,598	12.4	5,343	20.2
Certificados Nível I e II	18	0.0	6	0.0
Ano 9 ou abaixo	590	1.3	523	2.0
Descrito Inadequadamente	1,432	3.2	N/A	N/A
Sem escolaridade	124	0.3	60	0.2
Não Respondeu	1,292	2.9	745	2.8

Fonte: Australian Bureau of Statistics (ABS), 2023. Elaborado pela autora.

Ano de chegada na Austrália dos nascidos no Brasil:

<b>Ano de Chegada/ Nascidos no Brasil</b>		
<b>Período</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Antes de 1951	17	0.0
1951-1960	46	0.1
1961-1970	274	0.6
1971-1980	594	1.3
1981-1990	912	2.0
1991-2000	1,681	3.6
2001-2010	9,416	20.2
2011-2015	9,347	20.0
2016-2021	23,898	51.2
Nascidos na Austrália	N/A	N/A
<b>Total</b>	<b>46.185</b>	<b>100</b>

**Fonte: Australian Bureau of Statistics (ABS), 2023. Elaborado pela autor.**

## APÊNDICE B - Programa de Migração da Austrália-Ranking por país 2020-2021

Ranking	Concessões de visto permanente				Concessões de visto temporário			
	População da Austrália	Migração Regional	Funcionário	Total de migração 'SkillVisa'	Migração Familiar/	Estudantes/ Student Visa	Residentes	
			patrocinado/employee sponsored		Family and child migration		Temporários/Skilled	Visitantes
1	Reino Unido	Índia	Índia	Índia	China	China	Índia	China
2	Índia	Filipinas	Reino Unido	China	Reino Unido	Índia	Reino Unido	Índia
3	China	Nepal	Filipinas	Reino Unido	Filipinas	Nepal	Filipinas	Filipinas
4	Nova Zelândia	China	China	Filipinas	Índia	Brasil	Irlanda	Reino Unido
5	Filipinas	Paquistão	África do Sul	Nepal	Vietnã	Colômbia	Estados Unidos	Coreia
6	Vietnã	Reino Unido	Irlanda	Nova Zelândia	Tailândia	Vietnã	África do Sul	Japão
7	África do Sul	Sri Lanka	Brasil	Hong Kong	Estados Unidos	Filipinas	Japão	Estados Unidos
8	Itália	África do Sul	Nepal	Vietnã	Indonésia	Paquistão	China	Vietnã
9	Malásia	Vietnã	Coreia	Irã	Paquistão	Coreia	Coreia	Singapura
10	Sri Lanka	Irã	Itália	África do Sul	Brasil	Indonésia	França	Nepal
11	Nepal	Brasil	Estados Unidos	Paquistão	Coreia	Malásia	Brasil	Malásia
12	Coreia	Bangladesh	França	Sri Lanka	Canadá	Tailândia	Itália	Taiwan
13	Alemanha	Quênia	Sri Lanka	Malásia	Afganistão	Sri Lanka	Sri Lanka	Tailândia
14	Estados Unidos	República da Coreia	Vietnã	Estados Unidos	Japão	Hong Kong	Malásia	Indonésia
15	Hong Kong	Malásia	Paquistão	Bangladesh	Malásia	Taiwan	Canadá	Canadá
16	Grécia	Hong Kong	Canadá	Brasil	Alemanha	Arábia Saudita	Nepal	Sri Lanka
17	Iraque	Egito	Malásia	Irlanda	Taiwan	Bangladesh	Alemanha	França
18	Paquistão	Nigéria	Colômbia	Coreia	Colômbia	Japão	Vietnã	Alemanha

Fonte: Australian Bureau of Statistics (ABS). Elaborada pela autora.

**APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Semiestruturada**

Dados de identificação da entrevistada

Nome:

Cidade de origem:

Estado:

Idade:

Estado civil:

Casada  Solteira

Divorciada  Viúva

Outro

Sem informação

Estuda atualmente?  Sim  Não

Se sim, qual curso?

Escolaridade e Profissão no Brasil : Ano de chegada na Austrália:

1. Fale um pouco sobre seu momento de vida antes de ir para a Austrália (Ex: onde morava? Trabalhava? Teve alguma experiência no exterior anterior à Austrália?).
2. Quando você saiu do Brasil tinha algum conhecido na Austrália?
3. Utilizou os serviços das agências de intercâmbio ou algum outro serviço para organizar a sua viagem?
4. Quais foram as motivações para ir para a Austrália? Porque escolheu a Austrália?
5. Você tinha expectativas em relação à ida para a Austrália? Quais eram?
6. Conte-me um pouco sobre os seus primeiros meses na Austrália. Como conseguia sua primeira moradia? E o seu primeiro trabalho?

7. Com quem você vive na Austrália? Como é o relacionamento com sua família e amigos, tanto da Austrália quanto do Brasil?
8. Fale um pouco das suas moradias na Austrália. (Como conseguiu? Com quem morou? Quais os motivos das mudanças de casa/Mudanças de cidade).
9. Fale um pouco sobre seus trabalhos na Austrália. Como conseguiu?
10. Como você organiza seus dias livres (dias de folga)? O que costuma fazer?
11. Como você organiza as suas férias? O que costuma fazer?
12. Fale um pouco sobre seus estudos na Austrália.
13. Quais são as principais dificuldades encontradas?
14. Você já sofreu algum tipo de desrespeito na Austrália? (Racismo, xenofobia, violência de gênero...)
15. Se já passou por alguma situação de desrespeito, como você reagiu? O que fez para lidar com isso?
16. O que é, para você, ser mulher na Austrália? E ser mulher migrante na Austrália? Existe alguma diferença?
17. Você participa de algum grupo ou coletivo? Se sim, conte-me um pouco sobre?
18. Você está satisfeita em ter migrado para a Austrália?
19. Conte-me um pouco sobre sua decisão de renovar o visto (caso já tenha renovado): sensações durante o processo; onde buscou informações; fatores que influenciaram a decisão.
20. Já visitou o Brasil após a sua chegada na Austrália? Se sim, como se sentiu?

21. Você pretende permanecer na Austrália? (Caso sim, quais são as principais motivações em permanecer?) Pensa em voltar para o Brasil ou emigrar para outro destino?
22. Para você existiria algo que poderíamos chamar de o ‘sonho australiano’?
23. Você concorda que seu depoimento seja utilizado em minha pesquisa, em artigos e outras publicações.

## APÊNDICE D - Ficha Técnica das Entrevistas

FICHA TÉCNICA DAS ENTREVISTAS				
Entrevistada	Idade	Ano de chegada na Austrália	Formação universitária no Brasil	Dados da entrevista
Ana	28 anos	2019	Comunicação	04/09/2023 WhatsApp
Júlia	31 anos	2017	Gestão de RH	05/10/2022 Google Meets
Laura	29 anos	2019	Engenharia Civil	17/03/2023 WhatsApp
Luiza	31 anos	2016	Direito	10/03/2023 Google Meets
Luana	37 anos	2019	Publicidade	05/08/2022 Google Meets
Maria	39 anos	2019	Arquiteta e Urbanista	20/03/2023 WhatsApp
Rose	42 anos	2017	Administração de empresas	13/09/2022 Google Meets

Fonte: Elaborado pela autora.

## ANEXOS

### ANEXO A - Documento oficial do visto de estudante (500) -2017

---

#### **Why keep this notice?**

- Employers and other government agencies might ask for details in this notice so they can carry out checks using VEVO.
- To access your visa record in VEVO.

#### **Student (subclass 500) visa conditions**

##### **Maintain health insurance (visa condition 8501)**

This condition means that you must maintain adequate arrangements for health insurance (generally Overseas Student Health Cover) while you are in Australia. You must not enter Australia before your Overseas Student Health Cover has begun. You are not permitted to remain in Australia after your Overseas Student Health Cover has expired. If you are a student from Norway, Belgium or Sweden you may not need to maintain Overseas Student Health Cover.

More information: [immi.homeaffairs.gov.au/visas/getting-a-visa/visa-listing/student-500/overseas-student-health-cover](http://immi.homeaffairs.gov.au/visas/getting-a-visa/visa-listing/student-500/overseas-student-health-cover)

##### **Work limitation (visa condition 8105)**

This condition means that you must not engage in any work before your course of study commences. You are also not permitted to work more than 40 hours per fortnight when you are in Australia when your course of study is in session.

Note the 40 hour requirement does not apply if you are engaged in work that was specified as a requirement of the course when the course particulars were entered into the Commonwealth Register of Institutions and Courses for Overseas Students and the student visa was granted for a masters degree by research or doctoral degree.

##### **Meet course requirements (visa condition 8202)**

This condition means that you must be enrolled in a full-time course and satisfy the course requirements of your enrolment including the course level, course progress and course attendance. Unless you are a Defence, Foreign Affairs or secondary exchange student, the course you are undertaking must be a registered course with the Commonwealth Register of Institutions and Courses for Overseas Students (CRICOS).

The course you are undertaking must give you a qualification from the Australian Qualifications Framework that is at the same level or higher level than the course mentioned in your grant letter.

For more information about the Australian Qualification Framework: [www.aqf.ed.au](http://www.aqf.ed.au)

##### **Must maintain eligibility (visa condition 8516)**

This condition means that you must continue to maintain your eligibility as a person who would satisfy the criteria for the grant of your visa.

**Maintain education for dependants (visa conditions 8517)**

This condition means that you must ensure that adequate schooling arrangements are maintained for your school age dependants who will be in Australia for more than three months on the visa.

**Under 18 approve welfare (visa condition 8532)**

This condition means that you must maintain adequate accommodation, support and general welfare arrangements. You are not permitted to change those arrangements without the approval of your education provider. This should be in writing. You are not allowed to enter Australia before the date specified by your education provider.

**Inform education provider of address (visa condition 8533)**

This condition means that you must notify your education provider within seven days after arriving in Australia of your residential address (if you were outside of Australia at time of grant). In all cases, you are also required to notify them of any change to your residential address in Australia within seven days after the change.

If you intend to change education provider you are required to notify your former education provider within seven days after receiving an electronic Confirmation of Enrolment (COE) or other evidence of enrolment.

**Australian working conditions****Workplace rights**

Pay rates and workplace conditions are set by Australian law. All people working in Australia, including those from overseas, have rights and protections at work. These cannot be taken away by contracts or agreements.

If you have questions about your pay and conditions while in Australia, you can contact the Fair Work Ombudsman for free information, resources and advice.

Visit [www.fairwork.gov.au](http://www.fairwork.gov.au) for information for visa holders and international students. This includes information in 27 languages.

You can also contact the Fair Work Ombudsman by phone within Australia on 13 13 94 (Translating and Interpreting Service 13 14 50).

**Pay**

Your minimum pay rate can come from an award, enterprise agreement or other registered agreement, or the national minimum wage. Employees have to be paid the right pay rate for all hours they work including training, team meetings, opening and closing the business and doing a trial shift.

**National minimum wage**

Certain employees may have different pay entitlements depending on whether they have a reduced work capacity because of disability, if they are under the age of 21 or if they are an apprentice or trainee. You can calculate your correct pay and entitlements using the Pay and Conditions Tool at [www.fairwork.gov.au/pay](http://www.fairwork.gov.au/pay)

More information on employment in Australia is available on our website [www.homeaffairs.gov.au](http://www.homeaffairs.gov.au) and on the website of the Department of Jobs and Small Business [www.jobs.gov.au](http://www.jobs.gov.au)

---

**Tax file number**

To receive an income in Australia, you need a Tax File Number (TFN). Income includes wages or salary from a job, government payments and income from investments.

For more information or to apply for a TFN online, go to the Australian Taxation Office website [www.ato.gov.au](http://www.ato.gov.au)

**Information pack on domestic and family violence, sexual assault and forced marriage**

The Australian Government has developed a family safety pack with information on Australia's laws regarding domestic and family violence, sexual assault and forced marriage. The family safety pack also includes important information about essential services and emergency contacts in Australia. This information can be found at [www.dss.gov.au/familysafetypack](http://www.dss.gov.au/familysafetypack)

**Character requirements**

Entering or remaining in Australia is a privilege. You must obey the law and not engage in criminal activity.

Your visa may be cancelled for a number of reasons, including if you have a substantial criminal record or behave in a way that is a risk to somebody in the Australian community.

More information: [immi.homeaffairs.gov.au/help-support/meeting-our-requirements/character](http://immi.homeaffairs.gov.au/help-support/meeting-our-requirements/character)

**Update us**

You are required to tell us about any changes to your details as soon as possible.

These changes may include your name, passport, contact details, address or family members.

If you do not notify us of your new details, this can have serious consequences for you.

You must do this in writing and can use Form 1022 *Notification of changes in circumstances* (Section 104 of the *Migration Act 1958*), which is available at [www.homeaffairs.gov.au/allforms](http://www.homeaffairs.gov.au/allforms)

More information: [immi.homeaffairs.gov.au/change-in-situation](http://immi.homeaffairs.gov.au/change-in-situation)

**Useful links**

- Check your visa details in VEVO: [www.homeaffairs.gov.au/vevo](http://www.homeaffairs.gov.au/vevo)
  - Update your details in ImmiAccount: [www.homeaffairs.gov.au/immiaccount](http://www.homeaffairs.gov.au/immiaccount)
  - Understand your workplace rights: [www.homeaffairs.gov.au/workplace-rights](http://www.homeaffairs.gov.au/workplace-rights)
  - Learn about family safety: [www.dss.gov.au/family-safety-pack](http://www.dss.gov.au/family-safety-pack)
  - Update your details (including passport): [immi.homeaffairs.gov.au/change-in-situation](http://immi.homeaffairs.gov.au/change-in-situation)
  - More information: [www.homeaffairs.gov.au](http://www.homeaffairs.gov.au)
-